

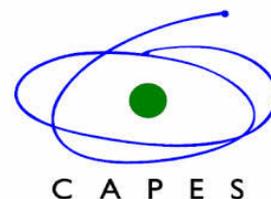


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação

Mariana Lousada

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA
TEORIA ARQUIVÍSTICA**



**Marília
2015**

Mariana Lousada

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA
TEORIA ARQUIVÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como parte das exigências para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

**Marília
2015**

Lousada, Mariana.

L892m A mediação da informação na Teoria Arquivística /
Mariana Lousada. – Marília, 2015.
135 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 126-135

Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

1. Arquivologia. 2. Mediação da informação. 3.
Arquivos. 4. Ciência da informação. 5. Epistemologia. I.
Título.

CDD 025.171

Mariana Lousada

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA TEORIA ARQUIVÍSTICA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior (Orientador)

Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília.

Profa. Dra. Sueli Bortolin (Membro Externo)

Universidade de Londrina – UEL, Londrina.

Dra. Wilmara Rodrigues Calderon (Membro Externo)

Universidade de Londrina – UEL, Londrina.

Profa. Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Membro Interno)

Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília.

Profa. Dra. Maria Manuela Moro Cabero (Membro Interno)

Programa de Posgrado en Información y Documentación – Universidad Salamanca

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família pelo apoio e pelo estímulo sempre recebido na minha formação acadêmica em todos esses anos;

Agradeço, em especial, ao meu orientador Oswaldo pela atenção recebida nesses anos trabalhando juntos e por acreditar na pesquisa, contribuindo, sobremaneira, com o meu amadurecimento como pesquisadora;

Á professora Marta Lígia Pomim Valentim, responsável pelo despertar do meu interesse pela pesquisa, pela vida acadêmica, por acreditar no meu potencial como pesquisadora e por todos os anos que trabalhamos juntas;

Á professora Manuela e toda sua família por me receber com tanto carinho na Universidade de Salamanca e em Salamanca;

Aos membros da banca de defesa pelas contribuições com a pesquisa;

A todos os membros do grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional”, pelas importantes contribuições com o desenvolvimento do projeto e pelas relevantes discussões realizadas nas reuniões do grupo;

Ao CNPq e a Capes, pelo financiamento durante a pesquisa;

Em especial, aos grandes amigos que conquistei, Maira, Renato, Hércules durante os longos anos de Unesp, em especial a Marta pelo companheirismo e parceria em todos os momentos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e aos meus colegas e demais pessoas que conheci na trajetória de desenvolvimento deste trabalho;

Enfim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram de alguma maneira para minha formação acadêmica e, também, pessoal ao longo desse período.

Muito obrigada!!!

*Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda.
(Paulo Freire)*

LOUSADA, M. **A Mediação da Informação na teoria Arquivística**. Marília: UNESP, 2015. 135f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista (UNESP).

RESUMO

Este estudo tem como proposição a identificação e análise crítica das correntes teóricas que compõem o pensamento arquivístico, buscando discutir o desenvolvimento histórico e epistemológico de tais correntes, por meio da comparação e confronto de seus conceitos principais para assim compreender e tecer relações com a Mediação da Informação. Haja vista que não há incidência de estudos que relacionem a Mediação da Informação sob a perspectiva dos fundamentos da teoria Arquivística e da Ciência da Informação na literatura brasileira. Sendo assim, a questão problema é: Como a mediação da informação é compreendida nas correntes teóricas arquivísticas? Destaca-se que a problemática abordada também envolve questionamentos complementares como: A teoria Arquivística oferece fundamentos consolidados que possam subsidiar discussões relacionadas à Mediação da Informação? Quais são as correntes teóricas que consideram relevante a mediação da informação? A metodologia adotada está fundamentada em uma abordagem epistemológica, ou seja, análise conceitual dos aspectos envolvidos objetivando contribuir à melhor compreensão do tema. O desenvolvimento e a consolidação da teoria arquivística podem ser considerados recentes quando comparado a outras ciências também de caráter social, isto se deve em grande parte, pelo fato de ter sido fundamentada em um conjunto de práticas profissionais bastante específicas - a organização e gestão de arquivos. Portanto, considera-se que discussões teóricas são fundamentais para o seu amadurecimento, pois visam suprir lacunas conceituais. Considera-se a partir das análises realizadas que há uma ausência de discussões, no entanto é nítido que a Mediação da Informação encontra-se presente em diversos momentos das práticas profissionais arquivísticas, desde a produção destinação final dos documentos e concretiza-se no momento do acesso do usuário.

Palavras-chave: Mediação da Informação. Arquivologia. Abordagem Canadense. Arquivística Integrada. Diplomática Contemporânea. Arquivística Pós-Moderna.

LOUSADA, M. **The Information Mediation in Archival theory**. Marília: UNESP, 2015. 135f. Thesis (PhD in Information Science) - Graduate Program in Information Science - Faculty of Philosophy and Science - Universidade Estadual Paulista (UNESP).

ABSTRACT

This study is to propose the identification and critical analysis of the theoretical currents that make up the archival thought, willing to discuss the historical and epistemological development of such chains, by comparing and collating its main concepts to understand and thus establishing relations with the Mediation information. Considering that there is no incidence of studies correlating the Information Mediation from the perspective of the foundations of theory Archival and Information Science in Brazilian literature. Thus, the problem question is: How the mediation of information is understood in archival theoretical currents? It is noteworthy that the problem raised also involves additional questions as: The Archival theory offers consolidated fundamentals that can support discussions related to Mediation info? What are the theoretical currents that consider relevant mediation of information? The methodology adopted is based on an epistemological approach, ie, conceptual analysis of the aspects involved aiming at contributing to a better understanding of the topic. The development and consolidation of archival theory can be considered recent when compared to other sciences also social, this is due in large part, by the fact that it was based on a set of very specific professional practices - the organization and file management . Therefore, it is considered that theoretical discussions are essential for ripening, as aim to address conceptual gaps. It is considered from the analyzes that there is a lack of discussion, however it is clear that the Information Mediation is present at various times of professional archival practices, from production disposal of documents and manifests itself at the time of user access.

Keywords: Mediation Information. Archival. Canadian approach. Integrated archiving. Diplomatic Contemporary. Archival Postmodern.

LISTA DE FIGURAS

| | P. |
|--|------------|
| Figura 1 - Evolução do Princípio da Proveniência..... | 39 |
| Figura 2 - Fase sincrética e custodial. Fase técnica e custodial. Fase científica e pós- custodial..... | 48 |
| Figura 3 - Emprego do termo Mediação..... | 87 |
| Figura 4 - Tipos de Mediação Pós-Custodial..... | 98 |
| Figura 5 - Arquivologia Tradicional X Arquivologia Moderna..... | 116 |
| Figura 6 - Anexo 1..... | 121 |

SUMÁRIO

| | P. |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 Justificativa..... | 15 |
| 1.2 Objetivos..... | 16 |
| 1.3 Procedimentos Metodológicos..... | 17 |
| | |
| 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA..... | 21 |
| 2.1 Origem e evolução dos Arquivos..... | 23 |
| 2.2 O surgimento da Arquivologia como disciplina científica: primeiros enunciados teóricos..... | 34 |
| 2.3 A Revolução Francesa e a institucionalização do Princípio da Proveniência..... | 36 |
| 2.4 A importância do Manual dos Arquivistas Holandeses..... | 41 |
| 2.5 A Revolução Francesa ou Manual dos Arquivistas Holandeses: o que fundou a Arquivologia?..... | 44 |
| 2.6 Formação das Correntes Teóricas na Arquivologia..... | 47 |
| | |
| 3 A ESCOLA CANADENSE E SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS..... | 58 |
| 3.1 Arquivística Integrada..... | 58 |
| 3.2 Diplomática Contemporânea..... | 68 |
| 3.3 Arquivística Pós-Moderna ou Arquivística Funcional..... | 72 |
| 3.4 A “redescoberta” dos Princípios Arquivísticos..... | 78 |
| | |
| 4 INTERLOCUÇÕES ENTRE A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA..... | 85 |
| 4.1 Início dos estudos de Mediação e Mediação da Informação..... | 85 |
| 4.2 Estudos Teóricos de Mediação da Informação..... | 93 |
| 4.3 Os diferentes tipos de Mediação da Informação..... | 95 |
| 4.4 A Arquivística Pós-Moderna e sua interface com a Mediação da Informação..... | 99 |
| 4.5 O mito da neutralidade..... | 109 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 115 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 126 |

SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO

A história das ciências consideradas documentais, Arquivologia e Biblioteconomia, está diretamente vinculadas às técnicas desenvolvidas por cada uma das áreas e determinaram sua própria existência.

Tanto uma como outra são áreas técnicas por excelência, o que faz a assertiva acima não ser, em si, crítica. O que deve ser evitado, no entanto, é a exacerbação da técnica, colocando-a como o único espaço de interesse e de preocupação, sendo até mesmo entendida, de maneira implícita, como o único segmento, tanto da Biblioteconomia como da Arquivologia, que explica, reconhece, legitima e diferencia essas áreas das outras que compõem o conhecimento humano.

Confundindo-se com as técnicas e tendo como objeto a informação registrada - ou o documento - as duas áreas pouco se voltaram à preocupação com o usuário ou mesmo com a recepção.

Apesar de uma história tão antiga, o foco das ações e preocupações nos espaços informacionais, bibliotecas e arquivos, não era o usuário, mas o armazenamento - e o antigo e sempre presente desejo de possuir tudo o que foi produzido pelo homem - e as técnicas de organização visando à recuperação dos materiais quando necessário. E ainda: o principal interesse era o de preservar os materiais.

Assim sendo, a ideia de preservação levou-nos a considerar como mais importante, o material, o tangível, o palpável, o suporte, o documento.

Os usuários, apesar do surgimento de propostas específicas para seu atendimento nos equipamentos informacionais, continuavam a ser quase que desconsiderados, relegados a um espaço de menor importância. Essa concepção acompanha idêntico reconhecimento à disseminação da informação. Ainda hoje, a disseminação é vista como subordinada à Organização da Informação e não como um segmento de igual importância. Por esse motivo, os conceitos presentes na disseminação não encontram espaços nem para discussão e reflexão da área. Entre eles, por exemplo, a recepção da informação; a informação não registrada; a informação oral; a leitura etc.

Independente de sua aceitação ou de apoio por parte da academia e dos profissionais, conceitos de disseminação foram criados e seguidos, concentrados no Serviço de Referência e Informação. Analisando hoje tais conceitos, é possível afirmar que não se tratavam de

concepções teóricas, mas de formas de ação que permitiam uma melhor atuação quanto ao atendimento do usuário e uma consequente reflexão e consciência sobre elas.

É importante destacar que, na literatura especializada da Arquivologia, poucos textos, pesquisas e estudos existem no tocante ao usuário, seja em relação as suas necessidades e interesses, seja no que se refere ao seu perfil ou a formas de relação com a informação. Segundo Jardim e Fonseca (2004), a literatura arquivística sobre estudos de usuários é pouco expressiva quando comparada a outros temas como transferência de documentos, avaliação, arranjo e descrição. De maneira geral, o usuário não se configura como sujeito do processo de transferência da informação¹ e sim como objeto (nem sempre explicitado) do acesso à informação. Os poucos trabalhos na área tendem a privilegiar o estudo de usuários de arquivo permanente, sem contemplar as especificidades que envolvem os usos e usuários das demais fases do ciclo vital arquivístico. E a ênfase no acesso à informação encontra-se nos aspectos legais, nas ofertas de instrumentos de pesquisas, normalização, etc.

Nos anos da década de 1990, pela falta de conceitos teóricos no âmbito da disseminação da informação, amplia-se o uso do termo mediação da informação, embora ainda sem um conceito que o distinguisse das concepções vinculadas ao Serviço de Referência e Informação. Esse fato é claramente observado a partir do entendimento dos profissionais da área quanto à mediação da informação: presente exclusivamente nos espaços de atendimento ao usuário e tão somente quando suas buscas por informação são realizadas presencialmente e sob orientação de um profissional.

Além dessa concepção, entendia-se - e no senso comum dos que atuam na área e a pesquisam ainda se entende - também a mediação como uma "ponte", ou seja, algo que permite a passagem da informação e a une ao usuário. A imagem da "ponte", por ser esta um objeto, quebra a ideia da mediação da informação como um processo, concepção com a qual nos identificamos e que defendemos.

Apenas no final da década de 1990 é que começam a surgir os primeiros cursos específicos sobre Mediação da Informação, quer no âmbito dos cursos de graduação, quer no contexto dos cursos de pós-graduação. Busca-se uma conceituação que possa orientar as pesquisas, estudos, discussões e reflexões sobre o tema. O conceito desenvolvido por Almeida Júnior (2009), é amplamente utilizado pelas pesquisas que se debruçam sobre o tema, e também é adotado aqui como referência.

¹ A ideia de transferência da informação não é adotada por este estudo, consideramos que o usuário se apropria da informação.

Do conceito do autor, deve se destacar a ideia de interferência e a de apropriação. Estas apontam para um novo rumo no entendimento da área de Ciência da Informação, ou seja, evidencia-se o usuário, a recepção e se desconstrói uma pretensa neutralidade do profissional da informação em suas ações nos espaços informacionais. A concepção de neutralidade fundamenta-se, basicamente, na aceitação da informação como coisa, como mercadoria, com existência antes de ser armazenada, processada e organizada. Sendo assim, a informação pode ser transferida, sem analisar o perfil do usuário - seus interesses e necessidades.

A Mediação da Informação entende o usuário como participante e não como mero receptor, sem possibilidade de interferir ou, de alguma forma, ser sujeito ativo do processo. Ao contrário, é ele o norte, o fim, para o qual todas as ações estão voltadas.

Convém ressaltar, no entanto, que o usuário não é o único sujeito do processo de mediação da informação. Participam também: o produtor do suporte informacional (seja um autor físico ou corporativo; isolado ou em grupo), trazendo seus interesses, suas verdades, seus valores, suas concepções; o momento em que a informação está sendo mediada (independente da época em que o suporte foi produzido), momento esse que pode determinar formas de apropriação; o suporte da informação (os tipos de suportes possuem linguagens próprias e diferentes); o ambiente informacional em que a mediação ocorre (a forma como está organizado; a construção; se virtual ou físico etc.); o mediador, que interferirá a partir de suas concepções e formas de ver e entender o mundo; e o usuário (com suas necessidades e interesses gerais e de momento).

Outro ponto a salientar é que não há controle da informação por parte de nenhum dos personagens presentes e participantes do processo de mediação. Muitos autores, mesmo sem o querer, explicitam muito além do que objetivavam de início, transferindo conceitos, valores e ideias que desejavam ocultar ou que desconheciam. O suporte de informação impõe formas diferenciadas de leitura e apropriações, dependendo de seu tipo, tanto de maneira ampla (texto, imagem fixa, imagem em movimento e som), como de maneira específica (livros, revistas, fotografias, desenhos, filmes, vídeos, cds, dvds, incluindo leitura do corpo e oralidade). Os equipamentos informacionais, por sua vez, também possuem restrições para armazenar, organizar e disseminar informações, restrições que interferem no processo de mediação. O mediador, tanto os profissionais que atuam nos equipamentos informacionais, como os que o são de maneira indireta, não controlam nem mesmo suas crenças, verdades, concepções. Dessa maneira, é o usuário quem determina, em última instância, o que é ou não informação e se apropria dela de maneira consciente e de maneira inconsciente. Muitas

informações, independente do desejo do usuário, superam, burlam e enganam os controles conscientes do usuário, alterando o conhecimento dele; faz-se informação, porque esse processo transforma, modifica o conhecimento do usuário.

Apropriação, nessa concepção, não significa controle, nem é dependente da consciência.

Por último, é preciso destacar a informação que, também por não ser neutra, é carregada de conceitos, valores, verdades, concepções, ideologias.

A partir desta contextualização, a Arquivologia desenvolveu-se pautada na análise dos trabalhos práticos realizados pelas instituições produtoras e detentoras de documentos, ou seja, ela nasce a partir de técnicas específicas de organização de acervos. Na realidade, a Arquivística como disciplina conheceu um desenvolvimento acidentado, mais ligado às tradições intelectuais e práticas de cada país que ao estabelecimento de teorias e de princípios universais (LOPES, 2009, p. 134).

Foi somente no final do século XIX, com a publicação do primeiro manual, o Manual dos Arquivistas Holandeses², publicado por Muller, Feith e Fruin, em 1898, que a área encontra sua dimensão científica, inaugurando o pensamento arquivístico tradicional por suas regras e métodos de tratamento dos arquivos definitivos, tomando por base os postulados do positivismo clássico (LOPES, 2009, p. 137).

Por ser considerado o início das reflexões teóricas, os conceitos e princípios concebidos pelo Manual tornaram-se base para o estabelecimento de regras e procedimentos da Arquivística Moderna. Até os dias de hoje, muitos deles ainda são aplicados da mesma forma em diversas instituições.

Historicamente, o desenvolvimento da Arquivologia é pautado por três períodos principais. O primeiro tem ligação intrínseca com a História, da qual foi considerada por muito tempo como uma ciência auxiliar, em função da necessidade de se organizar os arquivos da idade média e do antigo regime.

Num segundo momento, no século XX, a área volta-se para a Administração, especialmente entre os anos de 1930-1950, desenvolvendo sistemas que facilitarão o gerenciamento do crescente volume documental e da necessidade da racionalidade no momento da produção, ocasionados pela Segunda Guerra Mundial.

² A primeira edição em holandês é de 1898. Há inúmeras traduções e edições. Em português, por exemplo, há uma versão de 1975.

E um terceiro momento, de 1970 aos dias atuais, em que a Arquivologia busca se afirmar como disciplina ligada à Ciência da Informação, propondo novos métodos de abordagem e de metodologias.

A Arquivologia perdeu esse status de disciplina auxiliar da História há algum tempo, no entanto, alguns pesquisadores considerados mais conservadores ainda apresentam dificuldades em discutir aspectos mais contemporâneos da disciplina.

Por essa razão, muitos temas de estudo ainda não foram devidamente explorados pela área, é o caso da Mediação da Informação que até os dias atuais não é objeto de pesquisa. Essa foi uma das motivações do desenvolvimento do presente estudo, uma vez que busca discutir a questão da Mediação da Informação a partir dos fundamentos teóricos da disciplina, através da identificação e análise crítica das correntes teóricas que compõem o pensamento arquivístico contemporâneo. Por meio do desenvolvimento histórico e epistemológico de tais correntes, busca-se comparar e confrontar os conceitos principais, para assim, fundamentar a discussão da Mediação da Informação nesse contexto.

Dessa forma, a partir da contextualização dos aspectos que a pesquisa se propõe a discutir, tem-se como base a seguinte questão problema: *A mediação da informação é discutida nas correntes teóricas Arquivísticas?* Destaca-se que a problemática abordada também envolve questionamentos complementares como: *A teoria Arquivística oferece fundamentos consolidados que possam subsidiar discussões relacionadas à Mediação da Informação? Quais são as correntes teóricas que consideram relevante ou podem fundamentar discussões acerca da mediação da informação?*

Busca-se, assim, por meio de futuras análises sobre o tema em questão, alcançar subsídios teóricos consistentes que possam ser aplicados como parâmetro para outras pesquisas referentes à temática.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este estudo tem como proposição aprofundar as discussões acerca das relações entre a Mediação da Informação e a Arquivologia, por meio da abordagem conceitual dos aspectos que envolvem essa temática, objetivando contribuir para a melhor compreensão dos aspectos discutidos.

Pretende-se, também, aportar, modestamente, a criação de um espaço para reflexão sobre essa problemática, aprofundando teoricamente as relações existentes, haja vista que não

há incidência de estudos que relacionem a Mediação da Informação sob a perspectiva dos fundamentos da teoria Arquivística e da Ciência da Informação.

Em relação ao campo científico, a pesquisa contribuirá para o avanço das áreas de Ciência da Informação e da Arquivologia, visto que aprofunda as discussões teóricas sobre o tema, objeto e fenômenos relacionados à Mediação da Informação. Busca-se, também, contribuir com os estudos da Linha de Pesquisa ‘Gestão, Mediação e Uso da Informação’ do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília.

Outrossim, ressalta-se que, uma vez que a literatura nacional e internacional da área ainda é escassa, a realização deste estudo torna-se relevante e oportuna, contribuindo com o preenchimento de uma lacuna sobre o tema em questão.

Esta investigação proporcionará ainda, por meio das discussões realizadas, a construção de um referencial teórico consistente e consolidado que possibilitará aprofundar questões relativas à fundamentação do conceito de Mediação da Informação visto que não há incidência de estudos que contemplem essas duas temáticas sob os princípios e parâmetros da Arquivologia e da Ciência da Informação. Esta pesquisa representa, portanto, uma contribuição no que concerne ao desenvolvimento dessas duas áreas do conhecimento.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta investigação centra-se na análise do conceito e dos atributos da Mediação da Informação, a partir dos fundamentos epistemológicos das correntes teóricas que compõem o pensamento arquivístico.

Os objetivos específicos abrangem:

- a) Identificar as bases históricas e epistemológicas fundantes da Arquivologia;
- b) Identificar e analisar as correntes que compõem o pensamento arquivístico contemporâneo, destacando os elementos conceituais convergentes e divergentes;
- c) Aprofundar em termos terminológicos e epistemológicos o conceito de “Mediação da Informação” sob o paradigma da Teoria Arquivística;
- d) Analisar criticamente quais fundamentos da Arquivologia apresenta relação intrínseca com a Mediação da Informação.

Assim, ao definirmos nossos objetivos e a problemática, não pretendemos estabelecer rupturas entre as diferentes abordagens teóricas, mas, sim, apresentar elementos que venham agregar e fortalecer a Arquivologia.

Dessa forma, assume-se como ponto de partida a análise sobre a trajetória da área, percorrendo desde a história da formação dos primeiros sistemas de arquivamento até o que estamos convencionando chamar de Arquivística Contemporânea, para assim entender de que forma a Mediação da Informação pode ser discutida e entendida (o que foi explicado e justificado no decorrer do trabalho). Assim, valemo-nos das obras de diversos pensadores da área, de tempos e espaços diversos, para construirmos nossa reflexão.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa compreende um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos que permitem a verificação de uma investigação científica, ou seja, consiste em estabelecer o método que possibilita a elaboração de um novo conhecimento científico.

Alinhar os procedimentos metodológicos em conformidade aos objetivos da pesquisa é extremamente importante para se obter uma análise consistente e lógica, ordenada e suscetível à verificação empírica.

A partir das reflexões acerca da amplitude e complexidade da temática proposta, torna-se mais adequado fundamentar a pesquisa em uma abordagem qualitativa, posto que se trata de um estudo de caráter teórico.

Mais especificamente, trata-se de uma pesquisa com viés epistemológico, pois investiga o conhecimento produzido por uma área da ciência revelando seu grau de interação com outro campo, ou seja, busca explicar as condições de relacionamento da Mediação da Informação com a Arquivologia. Um dos preceitos mais importantes da epistemologia é questionar e refletir sobre a construção do objeto científico, revelando como a ciência se comporta nesse processo.

Segundo Japiassu (1981), a epistemologia pode ser entendida como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais – concentrando-se em reflexões teóricas, a partir de leituras analíticas de materiais bibliográficos selecionados na literatura, analisando criticamente, conceitos e teorias fundantes, argumentos de teóricos etc.

A epistemologia, por meio da abordagem crítica, sustenta que uma ciência deve ser vista quanto às suas relações com a sociedade, ao impacto de seus conhecimentos e produtos,

aos sujeitos envolvidos e, obviamente, quanto à sua história. É possível empregar para a análise, segundo esse viés, diversas teorias e conceitos sociológicos, históricos e filosóficos que objetivavam esclarecer o significado de uma ciência e, no caso específico desta investigação, das relações interdisciplinares que estabelece.

Nesse método, é fundamental ter clareza do objeto de pesquisa, ou seja, do tema estudado, porquanto é necessário entender o contexto histórico, político-social e também cultural, haja vista que todos os fatos e fenômenos são importantes para a fundamentação e discussão.

Japiassu, no livro “O mito da neutralidade científica”, de 1981, faz uma análise reflexiva sobre epistemologia e apresenta alguns instrumentos conceituais: “Saber³”, “Ciência⁴” e “Epistemologia”. Esses conceitos abrem caminhos para a compreensão da epistemologia contemporânea. O autor segue apresentando elementos e instrumentos de reflexão sobre os processos de gênese, desenvolvimento, estruturação e articulação dos conhecimentos científicos.

Segundo o estudioso, há três tipos de epistemologias: 1) *Epistemologia global (geral)*: saber globalmente considerado, virtualidade e problemas, especulativos ou científicos; 2) *Epistemologia particular*: consideração de um campo particular do saber, especulativo ou científico; e 3) *Epistemologia específica*: consideração de uma disciplina intelectualmente constituída em unidade definida do saber, de modo a estudá-la detalhada e tecnicamente, em sua organização, funcionamento e relações que mantém com outras disciplinas.

De acordo com o percurso trilhado pela pesquisa, consideramos que se trata de um estudo epistemológico de caráter específico, uma vez que a área busca compreender como seu viés epistemológico foi instituído, as influências teóricas, além do seu atual estágio de desenvolvimento científico. Nesse âmbito, apresenta uma forte ligação com outras áreas, como também o próprio desenvolvimento social, econômico e cultural das sociedades vêm igualmente influenciando a área – mesmo que não de maneira uniforme e linear como se pode pensar num primeiro momento e de maneira superficial.

³ O termo “Saber” é considerado como um conjunto de conhecimentos metodicamente organizados a serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino, podendo ser aplicado na aprendizagem de ordem prática como, “saber fazer” (JAPIASSU, 1981).

⁴ O termo “Ciência” deve ser considerado como o conjunto de aquisições intelectuais; de um lado a matemática, do outro, as disciplinas de investigação do dado natural e empírico, mas sempre tendendo à matematização. Entre saberes e ciências intercalam-se várias disciplinas incertas: história, eruditas, jurídicas. Os saberes “especulativos” que não são ciências: 1) Racional; Filosofia e 2) Crente ou Religioso: Teologia. As ciências que não são saberes “especulativos”: 1) Matemáticas e 2) Empíricas e Positivas (JAPIASSU, 1981).

O autor critica a tendência metodologizante de muitas abordagens epistemológicas, que se perdem em teias de tecnicismos formais e negligenciam as questões de conteúdo, afirma o caráter eminentemente crítico que a epistemologia deve assumir para a explicação de todo tipo de pressupostos de cada disciplina, mediante a consideração da processualidade epistemológica de todas as ciências. Considera, ainda, que a reflexão epistemológica atual mostra que, aquilo que comumente chamamos de “metodologia das ciências”, não passa de uma disciplina meramente instrumental. Em outros termos, a metodologia não tem um fim em si mesma; ela é apenas um meio para atingir determinado fim. Os métodos são instrumentos que possibilitam ao cientista alcançar determinado objetivo cognitivo (JAPIASSU, 1981, p.56).

E a epistemologia não é outra coisa senão essa atitude reflexiva e crítica que permite submeter a prática científica a um exame que, diferentemente das teorias clássicas do conhecimento, aplica-se não mais à ciência verdadeira,

“[...] mas à ciência em vias de se fazer, em suas condições reais e concretas de realização, dentro de determinado contexto sócio cultural. [...] a função da epistemologia consiste, em outras atribuições, em mostrar que a atividade científica é um produto humano e, por isso, uma realidade sócio histórica. [...] ela está sempre se fazendo e construindo-se. Jamais atinge um estado definitivo. Uma produção científica acabada é um absurdo epistemológico, uma vez que deixaria de ser científica para converter-se em dogma imutável e, como todo dogma, seria objeto de crença, e não de saber racional” (JAPIASSU, 1981, p.60).

É por meio de uma epistemologia associada às diversas disciplinas que podemos interpretar os conhecimentos passados, historicamente, posicionando-os como reflexão sobre as ciências, sobre o que fazem como se constroem e, principalmente, numa abordagem pedagógica, “como se dá um estágio de menor conhecimento para um estágio de maior conhecimento”. Portanto, entende-se a epistemologia como o estudo da constituição dos conhecimentos válidos, que dizem respeito às contribuições dos estudos sobre o sujeito, o objeto e o processo de estruturação do conhecimento.

A epistemologia atual reconhece que “a” ciência não existe mais. O que existe são “as” ciências. Talvez fosse mais adequado falar de práticas científicas. Porque falar de “a” ciência é adotar, no ponto de partida, uma tese idealista e abstrata (JAPIASSU, 1981, p.56). Atendendo às definições acerca dos procedimentos metodológicos, foi realizada uma profunda e extensa revisão e seleção bibliográfica identificando as correntes teóricas Arquivísticas, a fim de analisar de que forma o pensamento na área vem se modificando e alguns conceitos tidos como paradigmas vêm sendo questionados. Desse modo, foicontextualizada, a Mediação da Informação, nesse cenário.

O trabalho contempla, além desta Seção, a seguinte estrutura:

Na **Seção 2**, denominada “Evolução histórica e epistemológica dos arquivos e da Arquivologia” aborda-se a evolução da área, centrando-se nos principais períodos historiográficos e o reconhecimento enquanto disciplina pela comunidade acadêmica. Busca-se, ainda, compreender o porquê da eleição do Manual do Arquivistas Holandeses como marco fundador da área e não o Princípio da Proveniência.

Na **Seção 3**, “A escola canadense e suas perspectivas teóricas” analisa-se a formação do Canadá enquanto província e, posteriormente país, considerando-se de que maneira essa transição influenciou no desenvolvimento da Arquivologia e na construção das abordagens: Integrada, Diplomática Contemporânea e a Funcional ou Pós Moderna.

Na **Seção 4**, “Interlocuções entre a Mediação da Informação e a Arquivologia” apresentam-se as atuais discussões a respeito do conceito de Mediação da Informação e os mais recentes estudos publicados na área, destacando a deficiência do tema no âmbito dos arquivos. Analisa-se também, quais são os elementos da Arquivologia se relacionam com a Mediação buscando justificar uma aproximação teórica entre as áreas.

Na **Seção 5** são apresentadas as Considerações Finais da pesquisa.

SEÇÃO 2

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

Entender a história dos arquivos é, também, pensar na história da Arquivologia, a partir da qual, a teoria foi construída. Os arquivos possuem uma existência muito antiga, já a Arquivologia, enquanto área do saber, começa a delinear uma configuração científica a partir de desenvolvimentos técnicos de suas praxis na segunda metade do século XVIII.

O complexo processo evolutivo dos Arquivos e, conseqüentemente, da Arquivologia pode ser analisado de diversas maneiras, dependendo do viés do estudo. Buscando apreender uma análise com caráter didático, optamos pela abordagem diacrônica, ou seja, a compreensão da história dos arquivos enquanto instituição e prática, também pautada, nas características dos períodos historiográficos clássicos, demonstrando como determinados fatores socioeconômicos e culturais influenciaram sua narrativa.

Para compreender o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia, algumas reflexões tornaram-se base. Primeiramente, o trabalho de Mendo Carmona (1995, tradução nossa), que descreve a trajetória histórica, destacando os períodos mais significativos e seus atributos. Para tanto, a autora faz uso das seguintes classificações: 1ª. *A Arquivística empírica*, período que se caracteriza pela ausência de um *corpus* teórico reconhecido como tal. Abarca desde a antiguidade até o século XVI, também conhecido como a época dos *Arquivos dos Palácios*, no mundo antigo, e a época dos *Tesouros documentais*, a qual compreende os séculos medievais; 2ª. *A Arquivística como doutrina jurídica*, que abrange os séculos XVI a XVIII, desenvolve-se como uma doutrina jurídica a serviço da administração, ao mesmo tempo em que tem início sua sistematização como disciplina ainda sem ter seus princípios teóricos universais, também denominados de *Arquivos como arsenal de autoridade*; 3ª. *A Arquivística como disciplina historiográfica*, a qual compreende parte dos séculos XVIII e XIX, período em que os arquivos começaram a ser consultados para a preparação das primeiras histórias científicas; este período é também conhecido por *Arquivos como Laboratórios da História*; 4ª. *A Arquivística na atualidade*, confirmação dos princípios anunciados no século anterior, assim como, proliferação dos primeiros manuais da área.

Nesse contexto, merece destaque a obra de Silva et al. (2002) que, em linhas gerais, busca compreender os arquivos desde o surgimento da escrita, no berço das civilizações pré-clássicas, passando pelas práticas greco-romana, medieval e moderna quando, segundo os

autores, tem-se a configuração da Arquivologia como disciplina. Trata-se, portanto de um dos estudos contemporâneos mais aprofundados do tema.

Outro autor que fundamentou a discussão foi Vivas Moreno (2004a, tradução nossa), uma vez que realiza um estudo cujo objetivo é reconstituir, de maneira simplificada, a história da Arquivologia, buscando vislumbrar o processo evolutivo da disciplina por meio da categorização historiográfica dos diferentes espaços de racionalidade histórica, a saber: 1ª. *A Arquivística como instrumento indutivo e funcional*, que compreende desde as primeiras formalizações dos arquivos até a época dos Trastámaras na Idade Média; 2ª. *A Arquivística como doutrina patrimonial e jurídico administrativa*, que abarcaria desde a Baixa Idade Média até a segunda metade do século XVIII; 3ª. *A Arquivística como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa*, que chegaria desde a segunda metade do século XVIII, até a primeira metade do século XX; 4ª. *A Arquivística integral* na sociedade do conhecimento que se aplicaria ao estado atual da disciplina.

De mesma autoria, Vivas Moreno (2004b, tradução nossa), contribuiu para a compreensão sobre a maneira como os fatores sócio-culturais influenciaram o desenvolvimento da área. Segundo a autora, a *cultura escrita*, a *prática eclesiástica*, a *salvaguarda e garantia jurídica*, a *burocracia* e a *visão do arquivo como instrumento político*, a *memória histórica*, bem como a *função informativa* formam um emaranhado de interações sociais e culturais. Estas atuam não somente como marcos ou contextos do panorama arquivístico em cada época histórica, mas também como fatores condicionantes da forma como se articularam os arquivos e como se conceberam as práticas dos arquivistas nestes.

O último texto analisado foi o de Reis (2006), o qual traça uma síntese do Arquivo e da Arquivologia através dos tempos, partindo das civilizações pré-clássicas; clássicas (grego e romana); medieval; moderna até chegar a idade contemporânea.

As múltiplas maneiras de classificar e interpretar os períodos da evolução e história dos arquivos e da Arquivologia não se contrapõem e, sim, complementam-se, uma vez que, muitas vezes, refletem diferentes percepções deste mesmo fenômeno.

Sendo assim, consideramos que entender a trajetória da área, desde a formação dos primeiros arquivos até sua configuração atual de disciplina é essencial para podermos discutir epistemologicamente aspectos importantes, tais como as influências teóricas e seu atual estado de desenvolvimento científico.

2.3 Origem e evolução dos Arquivos

A evolução histórica dos arquivos e da Arquivologia pode ser melhor compreendida quando descrita paralelamente aos principais acontecimentos históricos dos quais forma parte integrante. Isto ocorre porque, a sociedade, no sentido mais amplo do termo⁵, influenciou no que se refere a sua existência, bem como as formas e critérios de organização, função e conservação. O campo dos arquivos apresenta uma forte ligação com outras áreas, como o próprio desenvolvimento social, econômico e cultural das sociedades vem igualmente influenciando a Arquivologia, mesmo que não de maneira uniforme e linear, como se possa pensar num primeiro momento, nem de maneira superficial (SCHMIDT, 2012).

Vivas Moreno (2004b, p.77, tradução nossa), afirma que não se trata somente da história dos arquivos ou das teorias que a fundamentam, mas também da *práxis* política dos diferentes métodos administrativos (...) o exercício de tomada de decisão e a consequente implantação do poder, e o uso que se operam dos arquivos e dos documentos. Ou seja, estabelece-se como uma relação multilateral, em que vários fatores influenciam e movimentam essa conexão, em que a prática influencia a teoria e vice-versa.

O surgimento da escrita é considerado um fator predeterminante para a existência dos arquivos (VIVAS MORENO, 2004b, tradução nossa), a partir do momento em que o homem sentiu a necessidade de registrar, comunicar e conservar por escrito suas relações como ser social com vistas a uma posterior utilização.

Os primeiros registros encontrados foram nas antigas civilizações do Oriente Médio, no quarto século antes da era cristã. De acordo com Silva et al. (2002, p.49), os primeiros arquivos foram encontrados junto às civilizações do Vale do Nilo e da Mesopotâmia, no Palácio de Elba na Síria e no Templo de Medinet no Egito. Em Alba, por exemplo, foi encontrado, há cerca de vinte anos, várias seções de uma rede de arquivos; trata-se de um dos maiores achados de tabuinhas em escrita cuneiforme que evidenciou a existência de uma estrutura orgânica da documentação, produzido sobre o mandato de três soberanos, em um período de aproximadamente quarenta e cinco anos. Constitui-se de cerca de 1.727 peças completas e de 9.483 fragmentos com dimensão significativa, que possibilitaram identificar o arquivo central cuja reconstituição pode ser realizada com certo detalhe.

Esta é uma das razões que fazem alguns autores considerarem esse tipo de documentação e estas estruturas de organização, mesmo que de maneira primitiva, como o

⁵ Emprega-se o termo “sociedade” para designar todos os fatores econômicos, administrativos, políticos, culturais, religiosos etc. que de alguma forma exerceram influência sobre o desenvolvimento dos arquivos.

que deu início a alguns pressupostos e métodos arquivísticos que viriam a se tornar clássicos para os estudos na Arquivologia Moderna.

No período clássico, o primeiro arquivo do Estado grego é atribuído a Éfialtes, em 460 A.C. Desta época merecem destaque ainda os arquivos de Gea e Palas Atenen, pelo fato de estarem depositados importantes documentos como leis, decretos, atas judiciais, decretos governamentais, inventários etc. (MENDO CARMONA, 1995, tradução nossa). Já no ano de 350 A.C., tem-se a criação do primeiro arquivo central do Estado ateniense, responsável pelo depósito dos documentos oficiais.

Nessa época, os arquivos estavam situados nos templos e cada magistrado tinha ao seu dispor seu *Archeion*⁶, local onde se registravam e conservavam os documentos expedidos pelas autoridades. Essa noção irá ser transmitida ao mundo romano com a denominação de *Archivum*. Esses templos tinham o poder de conferir fé pública aos documentos ali depositados, garantindo autenticidade e legitimidade em relação ao seu conteúdo (REIS, 2006, p.4).

Os arquivos romanos também eram custodiados nos templos. No entanto, houve um progresso no modo de organização, impulsionado, principalmente, pelo significativo senso prático e pela valorização dada à administração e à jurisprudência por parte dos romanos. Por esta razão, muitos critérios utilizados nessa época ainda hoje apresentam aspectos válidos. Segundo Silva et al. (2002), é na prática administrativa romana que podem ser encontradas algumas particularidades que irão orientar a profissão até, praticamente, a época moderna.

O termo latino *Archivum* é derivado do grego *Archeion*, porém, temos que levar em consideração que, no latim clássico, o significado de *Archivum* era desconhecido. Portanto, utilizava-se o termo *Tabularium*, que começa a ser empregado como significado de arquivo público no final da república (meados do século I A.C.) (FERNÁNDEZ ROMERO, 2003, p. 61, tradução nossa).

Sendo assim, o *Tabularium*⁷ era considerado um símbolo de expressão máxima de um Estado tão fortemente estabelecido, hierarquizado e burocrático como foi o Império Romano e seu reflexo nas diferentes províncias (FERNÁNDEZ ROMERO, 2003, p. 61, tradução nossa). Esse *Tabularium* desempenhava a função de arquivo central, já com a importância de um serviço público. Sua instauração é considerada um dos maiores feitos romanos, visto que possibilitou o aparecimento de arquivos por todas as cidades provinciais mais importantes,

⁶ É precisamente o *Archeion* de origem grega, onde está a origem da palavra que atualmente praticamente todas as línguas do mundo designam de arquivos (BAUTIER, 1961).

⁷ Os documentos, nesta época, eram basicamente administrativos e legais, para atender aos interesses políticos do império e de territórios.

nas quais se recolhiam a legislação, a jurisprudência e a documentação da administração provincial, assim como surgem também os arquivos dos municípios e os arquivos privados, frutos do desenvolvimento do Direito, e que constituíam um instrumento fundamental para a garantia da propriedade dos cidadãos.

Para entender a importância do arquivo na época romana, há que se entender que o Império Romano baseava seu domínio e seu poder na administração fortemente implementada em todos os lugares do império, e onde a administração provincial e o local eram reflexos fiéis de tudo o que acontecia na metrópole, Roma (FERNÁNDEZ ROMERO, 2003, p. 61, tradução nossa).

Alguns autores consideram que se tratava de uma verdadeira rede de arquivos, todavia, não se trata de sistemas abertos para os cidadãos, e sim de um uso controlado pelo Estado. O acesso era possível por meio de autorização do Imperador. Os arquivos são instrumentos de poder e de controle do Estado sob os cidadãos.

Uma das maiores contribuições da organização romana foi o desenvolvimento da noção de Arquivo Público, pois, apesar de os arquivos centrais terem sido criados para uso estatal, funcionavam como arquivo e cartório garantindo fé pública aos documentos.

Manifesta-se nesta época, também, segundo Silva et al. (2002) a importância dada à relação do documento com a entidade produtora, que viria a constituir elemento essencial da Arquivologia Moderna. Um exemplo desta preocupação era o fato de que os magistrados dispunham de um arquivo próprio, situados próximo ao local em que realizavam suas sessões, criando-se assim seus próprios arquivos centrais, chamados de Arquivo de Governadores Provinciais.

Neste período, já havia problemas comuns aos dias de hoje, como: instabilidade política, roubo e falsificação de documentos, problemas de conservação, entre outros. Outro aspecto relevante é que os Romanos possuíam uma noção bastante alargada de eliminação e, por isso, já sabiam o que podiam ou não guardar, procedendo à eliminação de documentos desnecessários ou menos importantes.

Vivas Moreno (2004a, p. 82-83, tradução nossa) resume as principais características nesse período:

1ª. A Arquivística como procedimento empírico. Neste momento, não existia teoria Arquivística específica, os métodos de classificação e ordenação dos documentos são resultados dos hábitos, condutas e das práticas administrativas; não há nenhum interesse histórico nessa época. A doutrina é traduzida em empirismo, a metodologia é costume, os

procedimentos operativos são tradição e a finalidade centra-se na utilidade organizativa para a administração.

2ª. O arquivo é considerado como sujeito individual, mais ainda, como uma entidade de natureza original (exemplo são o *archeion griegos* e o *tabularium romano*), com rigorosas regulamentações jurídicas. Consequentemente, alcança-se paulatinamente uma inserção do arquivo no contexto social e interpretativo, originando expectativas de evidência documental e vigência jurídica. Sendo assim, o arquivo se converte no lugar onde se conservam os monumentos escritos, com existência própria e independente e com o objetivo de testemunhar as ações administrativas e jurídicas.

3ª. O arquivo como agente da função administrativa. Os documentos são criados e conservados pelas necessidades dos governos e das administrações, com interesse na garantia jurídica. O direito romano garante os princípios do arquivo como instrumento jurídico, valor probatório e salvaguarda de direitos. Um exemplo são os tabeliões romanos que exerciam a função notarial e que se denomina “fé pública”, mediante a qual, dava-se reconhecimento do pleno valor probatório dos documentos emitidos por estas pessoas.

4ª. Surgimento do conceito de Arquivo Público, não somente em relação a seu proprietário, mas também quanto à noção de conferir fé pública aos documentos.

5ª. Avanços do “tratamento arquivístico”. É evidente que o desenvolvimento das seções e de arquivos na época romana influi decididamente no desdobramento arquivístico, porém, não obedecem a princípios teóricos aceitos globalmente; essas práticas implicaram melhorias para as atividades e funcionalidades administrativas romanas.

Podemos observar que o uso dos documentos e dos arquivos refletiam a estrutura e as necessidades administrativas desenvolvidas e praticadas na época. Os usuários são fundamentalmente os próprios produtores, que armazenavam e organizavam toda documentação. Dessa forma, não podemos considerar que havia algum tipo de mediação da informação, haja vista que se tratava de uma relação dual, entre o produtor/usuário e a informação, sem a presença de um terceiro elemento mediando essa relação.

Com a queda do Império Romano e o surgimento da Idade Média, os arquivos sofrem uma transformação em decorrência das novas características que se instauram nesse período.

Houve um processo de ruralização, a economia centrou-se na agricultura, com a formação de feudos, e, conseqüentemente, houve uma diminuição no uso e circulação de moeda e o quase desaparecimento do comércio externo. Ao mesmo tempo, o poder político encontrava-se descentralizado e fragmentado, ficando, portanto, a cargo dos senhores feudais. A sociedade era de caráter estamental e hierarquizada em ordens (clero, nobreza e servos). O

fortalecimento do cristianismo e o crescimento do poder da Igreja Católica são destaques, conduzindo a uma cultura baseada no teocentrismo.

Essa nova configuração que se instaurou influenciou no que concerne à organização e complexidade administrativa que havia sido desenvolvida no período anterior, acarretando seu quase desaparecimento. As dificuldades institucionais daí decorrentes, a diminuição do uso da escrita e a fraca resistência dos suportes levaram à perda quase total dos arquivos da época (SILVA et al., 2002).

O caráter probatório marcado nos documentos é substituído pela oralidade e pela demonstração testemunhal; com isso, a função de criação, registro e a custódia dos documentos passaram a ser exercidas nas catedrais e monastérios.

Diante da instabilidade e vulnerabilidade administrativas e, conseqüentemente, dos arquivos, reis e patronos começaram a copiar ou depositar seus documentos nos principais cartórios eclesiásticos, por oferecerem maior garantia de estabilidade (SILVA et al., 2002). Isso levou a uma concentração de documentos em catedrais e monastérios, formando os arquivos eclesiásticos.

Sendo assim, esse novo tipo de arquivo cumpriu a função de custodiar os títulos de propriedades, não somente das igrejas, mas também de outras instituições tanto públicas como particulares. Esse fato ocasionou um desmantelamento da rede de arquivos do Império e um desmoronamento da ideia de arquivo público, promulgada pela Roma antiga. Desse modo, acentua-se o uso do arquivo como forma de poder e controle por parte da igreja e do Estado sobre os direitos dos cidadãos.

Essa custódia exercida pelos poderes eclesiásticos acarretou uma nova realidade para os arquivos, que foi a sua guarda junto a diversos tipos de livros. Ou seja, os encarregados de organizar os livros passam também a ser responsáveis pela organização dos documentos, tornando-os, assim, sujeitos as mesmas práticas de organização (SCHMIDT, 2012, p.105). devido à confusão entre biblioteca e arquivo.

Para Mendo Carmona (1995, tradução nossa), a reunião de livros e documentos em um mesmo lugar, a cargo da mesma pessoa e seguindo uma prática de ordenação similar conduziu a uma forte indeterminação entre o mundo bibliotecário e arquivístico. Essa junção em um mesmo lugar dos documentos e dos livros contribuiu para que houvesse certa confusão entre arquivos e bibliotecas, interferindo na sistemática orgânica arquivística.

Muitos autores consideram que a soma desses fatores representou um atraso no que tange ao desenvolvimento arquivístico em relação às práticas do período anterior. O que antes estava ligado à administração, agora passa a ser entendido como espaços físicos em que se

recolhiam documentos de valor, por constituírem prova de atos ocorridos anteriormente (SILVA et al., 2002). Por essa razão, recebem a qualificação de “santuários” ou “tesouros”, expressões originadas ainda no período pré-clássico.

No século XII, na Baixa Idade Média, da-se início a uma recuperação econômica e institucional, e a história dos arquivos, bem como os procedimentos empregados em sua organização, acompanharam esse momento favorável, impulsionados, sobretudo pelo redescobrimto do Direito Romano e pela fundamentação doutrinal da monarquia.

Dessa maneira, começa a ser introduzida novamente a prática do ato da escrita e dos registos, como fundamento da organização jurídico-política. De acordo com Mendo Carmona (1995, tradução nossa), o poder da monarquia e sua força dependiam do seu patrimônio e, para a defesa destes, deviam contar com os documentos que atestavam seus títulos de propriedade. Assim como a igreja, os senhores feudais defendiam suas propriedades e seus interesses mediante a custódia dos documentos.

Nesse contexto, o arquivo volta a ter uma posição de destaque no processo administrativo e, agora, também com a função jurídico-política, ao oferecer aos soberanos uma documentação útil para a afirmação dos direitos da Coroa e do Estado e para o exercício do poder em seus territórios e nas relações com os estrangeiros (MENDO CARMONA, 1995, tradução nossa).

A partir do século XIII, assiste-se a um aumento no número de registros nos livros em que se transcreviam os documentos outorgados por autoridades ou entidades. Esses registros eram realizados nas Chancelarias, que haviam herdado do mundo romano tal prática.

As chancelarias das distintas monarquias e seus órgãos do governo, parlamentos, câmaras de contas, procediam igualmente na forma de registrar seus documentos; primeiramente, se realizavam de forma indiferenciada e mais tarde estabelecendo séries documentais, segundo sua natureza ou interesses. (MENDO CARMONA, 1995, p. 118, tradução nossa).

No século XIV, começam a surgir pela Europa vários arquivos centrais, como o *Archivo de la Corona de Aragón* em 1318 e o *Arquivo da Torre do Tombo* em 1324. Paralelamente, tem-se ainda a descentralização dos arquivos, o que leva ao aparecimento dos Cartórios Concelhios; é a época também das novas tipologias documentais, como os inventários, por exemplo. Com isso, ocorre a expansão na conservação dos documentos, agora financeiros e historiográficos etc (REIS, 2006).

É neste mesmo século que assistimos ao primeiro movimento de nomeação de arquivistas oficiais nas Cortes da Europa. Esse movimento permite que os arquivos sejam encarados de uma forma diferente, contribuindo para que, a partir do século XV, surjam

cronistas/historiadores oficiais, juntamente com o aparecimento dos primeiros críticos filológicos e textuais (REIS, 2006).

Em meados do XVI, emerge um novo modelo administrativo, o Estado Moderno, que terminou no período compreendido entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX, com as revoluções burguesas. De caráter absolutista e centralizador, deu origem aos primeiros Arquivos do Estado, concentrando toda a documentação gerada pelos reinos europeus, o que resultou em inéditas iniciativas de administração e reformas institucionais, provocando ajustamentos metodológicos, bem como a elaboração de normas, regulando os fazeres da rotina do Arquivista (REIS, 2006).

A partir de sua criação, a noção de propriedade nos arquivos foi substituída pelos arquivos públicos, ou seja, depósitos dos documentos relativos ao Estado. É nesse momento que surge o conceito moderno de arquivo, no entanto, o interesse público vem depois da Revolução Francesa.

Desse modo, os arquivos adquirem novos valores, atribuições, usos e uma função com maior destaque, em que funcionários foram indicados para organizar documentos e, principalmente, manter a autenticidade de certidões (RIBEIRO, 2002).

O primeiro Arquivo criado foi o de Simancas, na Espanha, em 1540, por ordem de Carlos V. Mais tarde, em 1611, tem-se a criação do Arquivo Secreto do Vaticano, seguido em 1788 pelo Arquivo das Índias, na Espanha.

Segundo Vivas Moreno (2004a, p. 85, tradução nossa), são características desse período:

1ª. A Arquivística como doutrina jurídica a serviço da administração; em razão disso, há uma melhora nas técnicas do tratamento arquivístico.

2ª. Desenvolvimento da organização administrativa e da complexidade da prática documental. A recuperação econômica, uma maior complexidade institucional e administrativa, a recuperação do direito romano e do procedimento administrativo que o sustentava, assim como a formação do Estado Absoluto, tornaram possível a recuperação do documento como um fundamento da organização jurídico-política. O arquivo transforma-se em um instrumento base para a organização administrativa do Estado. A crescente complexidade e sua burocratização progressiva traduziam-se em uma prática documental cada vez mais elaborada. O resultado disso por toda a Europa foram os Arquivos do Estado.

3ª. Arquivos do poder. O arquivo torna-se mais um dos mecanismos de poder das monarquias, isto é, um dos procedimentos de domínio e controle.

4ª. Desenvolvimento da literatura Arquivística. Desde finais do século XVI e ao longo dos séculos XVII e XVIII, surgem uma série de escritores que buscam desenvolver a literatura Arquivística.

5ª. Arquivos para eficácia administrativa. A relação entre arquivos e administração é bilateral; se por um lado as reformas administrativas condicionam a evolução quantitativa e qualitativa dos arquivos, por outro, estes incidem no desenvolvimento, fundamentando em uma maior funcionalidade pragmática⁸.

6ª. Elemental e embrionária rede de arquivos. Cada vez maior a organização territorial da administração, a hierarquização dos organismos, a progressiva interdependência entre eles, e a criação de suas funções e atividades em determinados marcos geográficos são fatores muito influentes na confecção de uma rede de arquivos nas Monarquias Absolutas.

Com a desaceleração do processo da escrita, a produção e o uso dos documentos nesta época praticamente desaparece, assim, os usuários têm seu papel diminuído. Essa realidade só vai mudar com a instauração dos primeiros arquivos públicos. Nesse momento, o usuário resgata e adquire uma importância inédita, sendo visto, a partir desse momento, como um elemento importante nesse processo.

Já na Idade Moderna, final do século XVIII, tem início um dos mais importantes movimentos contestadores da história, a Revolução Francesa. Com essa revolta, inicia-se uma transformação na história da civilização ocidental, com consequências sociais, políticas, econômicas e culturais que irão repercutir diretamente na noção e, principalmente, na funcionalidade e no uso dos arquivos. O principal objetivo da Revolução era derrubar o Antigo Regime e instaurar um Estado fundamentado na democracia que representasse e assegurasse os direitos de todos os cidadãos.

Nesse período, a França vivia uma grave crise econômica, em virtude das mal sucedidas colheitas e da escassez de alimentos. Os preços eram elevados, o que acentuava a miséria dos camponeses. O Estado enfrentava um grande endividamento, em decorrência do envolvimento na guerra dos Sete Anos (1756/1763) e na guerra de independência dos Estados Unidos. Uma das maneiras de solucionar esses problemas era por meio do aumento na arrecadação dos impostos, o que tornava o custo de vida cada vez mais alto.

A sociedade francesa era estamental, estratificada e hierarquizada. Na camada mais alta, encontrava-se o clero; abaixo, estava a nobreza, formada pelo rei, sua família, condes, duques, marqueses e outros nobres que viviam e desfrutavam do luxo na corte. A base era

⁸ Período anterior à teoria da Burocracia.

formada pela burguesia e pelos trabalhadores, camponeses, que sustentavam toda a sociedade com seu trabalho e com pagamento de altos impostos.

O regime político que vigorava nesse cenário era o absolutismo. Assim sendo, o rei tinha plenos poderes, já que controlava a economia, a justiça, a política e até mesmo a religião. Não havia qualquer tipo de democracia, os trabalhadores não tinham direito ao voto, tampouco opinar quanto à forma de governo. Qualquer cidadão que fizesse algum tipo de oposição ao regime era preso na Bastilha ou condenado à morte.

A burguesia, mesmo tendo uma condição social melhor, foi influenciada pelas ideias Iluministas. Portanto, desejava a modernização do Estado e o fim do absolutismo, com maior participação política e liberdade econômica em seu trabalho.

A revolução foi possível porque havia um sentimento generalizado de insatisfação no país, em decorrência das difíceis condições de vida, ou seja, essa insatisfação criou um contexto que possibilitou que o movimento ganhasse a proporção que ganhou. A partir desse momento, as estruturas do governo mudaram, bem como a configuração da sociedade e o modo de vida que prevalecia desde o Antigo Regime (SCHMIDT, 2012, p. 107).

A Revolução Francesa significou não apenas o fim do absolutismo e, conseqüentemente, dos privilégios da nobreza, mas também maior autonomia popular, com a garantia dos direitos sociais, e melhoria na vida dos trabalhadores urbanos e rurais. Nesse momento, tem-se a concretização do domínio do poder político da burguesia capitalista. Nesse sentido, os pensadores iluministas influenciaram a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, com os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

Neste âmbito, os arquivos começam a ser reconhecidos como fonte histórica e como patrimônio público, ficando a cargo do Estado a responsabilidade de preservação, conservação e restauração dessas fontes do passado. Esse novo tratamento dados aos arquivos permitiu, devido ao direito inalienável do cidadão, o acesso de qualquer pessoa essa fonte, como instrumento de pesquisa para a compreensão do passado (ARQUIVO NACIONAL, 1982, p. 366 apud MARQUES, 2012, p. 85).

Os novos governantes entendiam que era necessário criar um serviço que zelasse pelos documentos oficiais que apoiavam e que garantiam o novo regime. Nesse período, os arquivos foram explorados de maneira intensiva a serviço da política, uma vez que custodiavam os fundamentos da organização, os registros das deliberações mais odiadas pelos revolucionários, os títulos da nobreza e de propriedade dos partidários da monarquia (SILVA et al., 2002). Portanto, os arquivos exerciam uma função política e ideológica, e os documentos representavam essas relações de poder.

Convencidos da importância dos arquivos como meio de sustentar o novo governo e também como prova dos direitos dos cidadãos, em 1789, por meio do decreto de 18 Brumário, da Lei 7 Messidor, é criado o Arquivo Nacional da França, antes Arquivo da Assembléia, e posteriormente, em 1794, no dia 24 de junho, transformado nos *Archives Nationales*.

O Arquivo Nacional Francês era responsável por custodiar os documentos oficiais do governo. Por conta disso, os acervos foram reunidos em grandes depósitos subordinados ao Arquivo do Estado e localizados nas províncias. Foram recolhidos todos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França (órgãos das províncias, comunas, igrejas, hospitais, universidades e famílias nobres, além dos arquivos distritais)⁹. Dessa maneira, os documentos, independentemente de sua natureza, governamental, administrativa, jurídica ou eclesiástica passaram a ser considerados de propriedade pública, com livre acesso e à disposição de qualquer cidadão que os solicitasse¹⁰.

De acordo com Silva e Ribeiro (2010), a possibilidade concedida a todos os cidadãos de consultarem e de requererem, sem custo, certidões de documentos, essencialmente patrimoniais, que lhes permitiam reivindicar a posse de terras ou reivindicar direitos sonegados durante o Antigo Regime, instituiu a possibilidade de uma prática inovadora que vinculava o Estado ao dever de resposta às demandas de todo e qualquer cidadão, rico ou pobre¹¹.

Para Cruz Mundet (2001, tradução nossa), a abertura dos arquivos não passou de uma ilusão, visto que na prática havia inúmeros impedimentos à consulta efetiva da documentação pública. Segundo Marques (2012), esse acesso era restrito a poucas pessoas, consideradas privilegiadas, como, por exemplo, os responsáveis pelos arquivos e pelas bibliotecas, que eram ligados à Igreja.

Em consequência de tal política de incorporação em massa e organização dos arquivos, estabeleceu-se um caos sob o ponto vista da Arquivística, já que os acervos

⁹Mais tarde, em 1808, Napoleão, por meio de uma atitude centralizadora, ordenou a transferência para Paris de todos os documentos dos arquivos das administrações dos territórios ocupados (Áustria, Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica etc.). Todos os documentos incorporados foram considerados como um só conjunto e reordenados a partir de critérios cronológicos, alterando toda a organicidade e a ordem original dos arquivos. (SILVA et al., 2002, p. 103-104). Outra incorporação ocorrida nesse contexto foi nos documentos dos cartórios onde se conservavam títulos de posse e a documentação indispensável à administração das propriedades confiscadas. Sendo assim, houve uma incorporação em massa de arquivos privados nos depósitos do Estado e, conseqüentemente, uma reordenação geral dos documentos; mais uma vez, perde-se a organicidade e a ordem original desses arquivos (SILVA et al., 2002).

¹⁰ Tem-se assim, de fato, o surgimento dos Arquivos Públicos.

¹¹ Os Arquivos Públicos abrem-se ao cidadão, mas cedo se tornam lugares de Memória para a História, sem perderem, completamente, o cordão umbilical com a instância produtora tutelada pelo Direito e pelo Poder. A sua existência institucional implicou a emergência de arquivistas, e a prática empírica destes conduziu ao estabelecimento de um corpus de regras e de procedimentos fundador da Arquivística (SILVA, RIBEIRO, 2010, p. 18).

deixaram de estar no contexto de produção e passaram a ser realocados em outros territórios. Trata-se de uma espécie de aculturação iluminista e mesmo já positivista dos arquivos, em que valores culturais e ideológicos determinaram os procedimentos arquivísticos, em detrimento da organização original (SILVA et al. 2002).

A Lei de 7 de Messidor apresentava algumas tendências revolucionárias e ideológicas, pois determinava que fossem eliminados os documentos que comprovavam ou diziam respeito aos antigos direitos feudais, bem como os registros administrativos e processos judiciários que não apresentavam interesse para a inclusão e a gestão dos bens por parte do Estado.

Nessa época, os arquivos públicos eram entendidos no estrito da administração, no entanto, a Lei prescrevia que todos os manuscritos confiscados que pertencessem à história deveriam ser depositados na *Bibliothèque Nationale* e nas bibliotecas de cada província. Em suma, começa-se a distinguir-se dois tipos de acervo: o indispensável para a administração e aquele que, sendo desnecessário a esta, apenas conservava mero interesse histórico-cultural (SILVA et al., 2002, p. 100). Até esse momento, contudo, não havia sido instituído o conceito de arquivo histórico.

A Arquivística começa a ganhar novas dimensões a partir da desarticulação dos documentos pelo interesse administrativo e histórico. Foi também impulsionada pela demanda criada pelos historiadores, haja vista que, a partir da Revolução Francesa, surge um fenômeno comum em toda a Europa, isto é, um forte sentimento nacionalista que levou muitas pessoas a buscarem, em seu passado, as raízes da identidade nacional. Assim, por intermédio e era através dos documentos arquivísticos que a historiografia científica encontrou os elementos para sua investigação (MENDO CARMONA, 1995, tradução nossa).

Desse modo, a área volta-se para a história, e os arquivos passam a ser considerados como memória do passado e da Nação e se abrem à investigação científica, deixando de lado a função que havia primado desde então: de serviço da administração.

O uso e os usuários acompanham as novas dimensões adquiridas pelos arquivos. O que antes era concebido como uma instituição com fins patrimoniais e administrativos, agora, adquire uma função cultural, principalmente como fonte de investigação para os eruditos e pesquisadores da época. Os usuários são, principalmente, pessoas letradas, com o objetivo de resgatar a memória do país e criar uma identidade nacional.

Para tanto, foi necessário buscar novas teorias e metodologias a fim de atender às novas exigências e também buscando evitar que os acervos fossem reunidos de maneira indevida como havia acontecido, garantindo que um bom serviço fosse prestado. Dessa forma,

em 24 de Abril de 1841, Natalis de Wailly, um historiador que ocupava o cargo de Arquivista no Ministério do Interior francês, publicou o “Princípio de Proveniência ou Princípio de Respeito dos Fundos”. Tal princípio proclama que não se deveriam mesclar fundos documentais provenientes de instituições diferentes, a fim de assegurar a sua proveniência¹².

A partir desta breve caracterização da Revolução Francesa, podemos citar as principais consequências desse período de intensa agitação política e social em relação aos arquivos: mudança do foco administrativo para o histórico, a fim de atender aos anseios dos novos pesquisadores; busca de novas metodologias e práticas que contemplassem a organização eficiente dos arquivos históricos, - consequentemente, os arquivos administrativos são desvalorizados, permanecendo nesta situação por todo século XIX; a partir da nova demanda por profissionais que fossem qualificados para desenvolver estas novas tarefas, surgem as primeiras escolas voltadas para o ensino na área, a *École Nationale des Chartes*, na França, em 1821, na Áustria, em 1854, na Espanha, em 1856, e em 1857 na Itália; aparecimento das primeiras publicações a respeito da disciplina (com destaque para a publicação de coleções de fontes); elaboração de instrumentos de descrição documental e de pesquisa; proclamação do Princípio da Proveniência e da Noção de Fundo, conceitos que se tornaram base fundamental da Arquivologia Moderna.

Consideramos, assim, que a Revolução Francesa teve um impacto determinante nos arquivos. Para Silva et al. (2002), o século XVIII, a despeito do abalo intelectual que veio a provocar numa atividade de tão sólidas tradições, também não deixou de contribuir para o aprofundamento da *práxis* Arquivística.

A partir dessas transformações, a Arquivística começa a se desenvolver como disciplina, por meio do estabelecimento de determinados enunciados teóricos e princípios gerais sobre os quais desenvolverá, posteriormente, sua estrutura conceitual e possibilitará à área consolidar-se como saber científico.

2.2 O surgimento da Arquivologia como disciplina científica: primeiros enunciados teóricos

Os arquivos são considerados tão antigos quanto a escrita, portanto, suas práticas tornaram-se mais complexas à medida que as sociedades evoluíram e foram burocratizadas e as necessidades dos produtores e utilizadores da informação assim o exigiram.

¹² O Princípio da Proveniência é discutido no item 2 desta Seção.

As rotinas Arquivísticas começam a ser fundamentadas por normas e princípios gerais a partir do século XVI. Para Silva et al. (2002), “o ‘saber’ e a ‘prática’ estavam intimamente ligados desde as civilizações mais antigas, podendo ser considerados duas realidades inseparáveis, mesmo quando tal ‘saber’ ainda não se encontrava registrado em textos regulamentadores.

Rousseau e Couture (1998) consideram que a prática Arquivística está intimamente ligada à existência dos arquivos. Todavia, a estruturação desses procedimentos de trabalho em torno de um mesmo objeto e o aparecimento de princípios próprios aos arquivos constitui um fenômeno contemporâneo. Couture e Ducharme (2005) lembram que se a Arquivologia é muito antiga como prática, é um fenômeno contemporâneo como saber.

A Arquivologia enquanto disciplina desenvolveu-se em função das necessidades e das demandas de cada época, baseada por um *savoir-faire* que foi acumulado ao longo dos anos, mesmo com a mudança dos métodos e das rotinas, encontramos geralmente as mesmas preocupações funcionais (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 48).

Sendo a Arquivologia um campo do saber que se estabeleceu teoricamente e epistemologicamente a partir de sua práxis, questionamos em que momento ela nasce enquanto disciplina científica; qual foi o fato ou acontecimento que possibilitou que isso ocorresse? De que necessidades nasceram seus princípios? Sabemos que é difícil determinar exatamente quando isso aconteceu, uma vez que há muitos posicionamentos distintos entre os pesquisadores. Entretanto, por meio da revisão de literatura sobre a trajetória da área, podemos compreender que não há pleno consenso em definir o exato momento em que a área passou de uma simples prática, para adquirir o status de disciplina. No entanto, podemos destacar que predominam dois entendimentos a esse respeito. Alguns autores afirmam que foi a partir da Revolução Francesa e, conseqüentemente, a publicação do Princípio da Proveniência; outros, por sua vez, acreditam que isso somente aconteceu com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses¹³. Por essa razão, realizaremos uma discussão a partir da ideia de alguns autores, com a finalidade de entender de que forma essa falta de consenso pode ter influenciado algumas tendências teóricas atuais. Ressalta-se que tais tendências de

¹³ Há também autores que defendem que o nascimento da Arquivologia aconteceu com a publicação dos primeiros manuais de diplomática; como Duranti (1993), que considera que os primeiros sinais do nascimento da doutrina arquivística são encontrados na obra de Jean Mabillon, sobre Diplomática, publicada em 1681, quando se tratou da natureza e do relacionamento dos documentos com o seu produtor. Esse mesmo posicionamento é compartilhado por Mendo Carmona (1995), para quem as primeiras doutrinas da Arquivística seriam encontradas na obra dos diplomatas, demonstrando esse vínculo original, que foi alterado somente com o surgimento do princípio de “procedência”, em 1841, o qual passou a validar o tratamento dos conjuntos de documentos, a partir da estrutura institucional (CALDERON, 2011, p. 53).

pensamento não abrangem a totalidade do pensamento arquivístico, contudo, são parcelas significativas e representativas dos entendimentos na área.

2.3 A Revolução Francesa e a institucionalização do Princípio da Proveniência

A importância da Revolução Francesa para o desenvolvimento da Arquivologia já foi discutida anteriormente. Trata-se de um dos principais acontecimentos históricos da era moderna. Para Ribeiro (2002, p. 98):

A Arquivologia que todos conhecemos como disciplina ou corpo de saber mais ou menos estruturado é um “produto”, cujo nascimento remonta apenas a duas centenas de anos atrás, ou seja, a uma época que tem como marco inicial o acontecimento que, a vários níveis, alterou significativamente o mundo contemporâneo – a Revolução Francesa.

A partir de então, tem-se início uma nova fase na história dos arquivos, de maneira mais ou menos linear, sem rupturas ou desvios significativos, acompanhando as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais dos vários tempos e momentos históricos. Foi uma evolução contínua, que favoreceu o desenvolvimento de uma prática empírica, de forma natural, isto é, buscando soluções pragmáticas para problemas que se iam revelando; “inventando” métodos e modelos de organização de base lógica, racional e funcional, respondendo com procedimentos ajustados à complexidade das situações, sempre numa óptica de eficácia e operacionalidade dos arquivos com vistas ao funcionamento regular e satisfatório das necessidades de informação dos seus utilizadores (RIBEIRO, 2001).

Ainda de acordo com a autora, sua influência encontra-se presente até hoje no modelo que predomina nas instituições, com a existência de um órgão que coordena a política nacional dos arquivos (normalmente o Arquivo Nacional), a qual dissemina orientações técnicas e padroniza procedimentos a fim de que haja uma aplicação generalizada aos vários serviços de arquivo sob responsabilidade do Estado (RIBEIRO, 2002).

Portanto, foi a partir desse novo contexto social, político, administrativo e, conseqüentemente, das novas demandas que passaram a existir, que foi enunciado o Princípio da Proveniência, em 1841, por parte de N. de Wailly, considerado por alguns autores o ponto de partida da Arquivologia, uma vez que, “o princípio lhe da carta de natureza, a individualiza, diferenciando-a das demais ciências com as que até então havia mantido relação de subsidiariedade” (CRUZ MUNDET, 2001, p. 22, tradução nossa). Duchein (1982/1986, p. 16) o considera a “reviravolta Arquivística”, ao mesmo tempo em que estabelece aos arquivos sua especificidade.

Outro importante desdobramento do Princípio foi a referência, pela primeira vez, da noção de “fundo de arquivo”¹⁴. Duchein (1982/1986) entende que se trata da certidão de nascimento desse importante fundamento da área, ao passo que Herrera (1991) distingue os Arquivos das Bibliotecas e dos Centros de Documentação.

A proposta de Wailly, de respeitar a origem dos fundos, ou seja, “mantendo-os agrupados, sem mesclá-los com outros, os documentos de qualquer natureza procedentes de uma entidade, seja uma administração pública, privada, uma pessoa, família [...] e respeitando a estrutura ou classificação própria desta entidade” (CRUZ MUNDET, 2001, p. 231, tradução nossa), fez com que a Arquivologia saísse da anarquia e, mais importante, instalava-a sobre uma base sólida, seja no âmbito da teoria, seja na prática, o que lhe permitiria, posteriormente, evoluir normalmente para o estatuto de disciplina (ROUSSEAU E COUTURE, 1998).

Seu enunciado encontra-se diretamente relacionado à “necessidade de fixar um método de classificação uniforme” (MARTÍN-POZUELO, 1996, p. 28, tradução nossa). Com efeito, o método de trabalho revelou-se, posteriormente, muito mais do que um simples modo de fazer (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 79). Sua adoção, introduzida quase sempre no âmbito normativo, e sua posterior aplicação serviram para evitar os erros e as destruições de arquivos que a utilização de pseudometodologias haviam provocado (ALBERCH FUGUERAS, 2003, p. 38, tradução nossa).

Segundo Núñez Fernández (1999, p.39, tradução nossa), o princípio de Proveniência recebeu traduções em diferentes línguas, para os italianos, “*método stórico*” ou “*método archivístico*”; para os alemães, “*provenienz prinzip*”; para os franceses, “*respect des fonds*” ou para os espanhóis, “*respeto al origen*” e a “*al orden natural de los documentos*” – no geral, refere-se a algo semelhante para todos. Assim, o autor acredita que tais terminologias constituem um exemplo de como os conceitos recebem interpretação particular em cada escola Arquivística.

Cruz Mundet (2001, p. 231, tradução nossa), considera o Princípio da Proveniência o primeiro fundamento teórico da Arquivologia. Para Heredia Herrera (1991, p. 33) esse simples princípio afirmou-se em todos os países como princípio fundamental e vai configurar a especial orientação da área como disciplina, cuja qualidade essencial será a “ordem” (no mais amplo sentido do termo), ao proceder dessa realidade de que os documentos produzem-se naturalmente a partir de uma estrutura determinada. Vai determinar a condição

¹⁴ O Fundo é definido como o conjunto de arquivos cuja proveniência é a mesma (DUCHEIN, 1982/1986, p. 23).

fundamental do arquivo: sua organicidade, resultado das atividades complexas como são a classificação e a ordenação.

Rousseau e Couture (1998, p. 79), o qualificam como a base teórica, a lei que rege todas as intervenções Arquivísticas, uma vez que, o respeito desse princípio, na organização e no tratamento dos arquivos, qualquer que seja a sua originalidade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em Arquivística, a saber: o fundo de arquivo.

De acordo com Cruz Mundet (2001, p.23, tradução nossa), há muitos argumentos que reforçam a importância do princípio para a Arquivologia:

1. A mencionada circular de 24 de abril de 1841 e os textos que se seguiram constituem um corpo doutrinal reconhecido e que sustenta o princípio fundamental da teoria Arquivística;
2. Sua aplicação prática iniciou-se em um domínio territorial concreto, na França, e em um tipo de fundo concreto, os departamentais; todavia, longe de ficar restrita ao contexto francês, uma reação em cadeia expandiu-se de maneira paulatina por todos os países;
3. A expansão geográfica ou a universalização do dito princípio é caracterizada por uma continuidade cronológica que, assim como deu-lhe consistência, também o reforçou;
4. Imediatamente a sua formulação, surgiu o debate na comunidade Arquivística que, ao mesmo tempo, teve oportunidade de adquirir consciência de sua existência e de sua natureza;
5. O princípio de proveniência representa o fundamento sobre o que se há, representando o fundamento sobre o qual foi cimentado o anterior e progressivo desenvolvimento da teoria Arquivística moderna, servindo de base para a organização do eixo central sobre o qual gira toda ela: a classificação dos fundos.

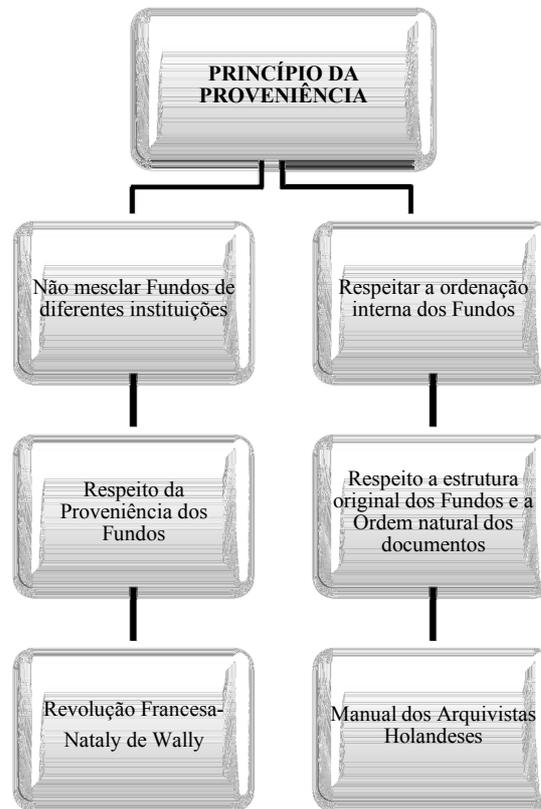
Em um sentido mais amplo, o Princípio tem um duplo significado, que não diz respeito somente aos fundos, mas também ao interior de cada fundo, por intermédio da reconstituição da Ordem Original ou Respeito à estrutura interna dos fundos, elaborado como consequência da profundização do primeiro; indica que o sistema de classificação deve estar baseado na organização original do organismo produtor, ou seja, os documentos devem ser ordenados da mesma forma que a instituição produtora classificou.

Como o Respeito à estrutura interna dos fundos foi pensando para os países anglo-saxões, cujas instituições classificam todos os documentos desde sua origem, pelo fato de muitos países de tradição latina não compartilharam desse mesmo procedimento administrativo, o princípio teve pouca aderência, já que se tornou muito difícil conhecer e

reconstituir a ordem interna dos documentos desses fundos (CRUZ MUNDET, 2001, p. 232, tradução nossa).

De maneira esquemática, o Princípio da Proveniência configura-se da seguinte forma:

Figura 1: Evolução do Princípio da Proveniência.



Fonte: Elaboração da autora.

A origem do Princípio de Proveniência não é consenso na literatura. Muitos autores, como Lodolini (1993, tradução nossa), Herrera (1991), Martín-Pozuelo (1996, tradução nossa), Mendo Carmona (1995, tradução nossa), defendem que as noções e, mais precisamente, as práticas já eram desenvolvidas em várias instituições custodiadoras de acervos. Outros autores, porém, consideram que essas noções e práticas não podem ser consideradas como pressupostos para o conceito, como Cruz Mundet (2001, p. 22, tradução nossa).

Segundo Mendo Carmona (1995, p. 125, tradução nossa), a formulação dada por Wailly não era novidade no campo da Arquivologia. A autora considera que esta já existia em muitos lugares da Europa como uma prática comum, ainda que numerosos estudiosos tivessem encontrado rastros ao retroceder no tempo, e tenham provado a sua existência como um preceito jurídico ou prático.

Cruz Mundet (2001, p. 22, tradução nossa), apoiado em R. H. Bautier, considerou a ordem dada em 1328 pelo rei da França – a raiz da separação do reino de Navarra de sua coroa – para que se entregassem ao novo monarca os documentos procedentes deste reino, porém não aqueles que se referindo ao Navarro não procediam do dito território. Segundo Vicenta Cortés, a regulamentação do governo para o Arquivo de Simancas, ditada em 1588 por Felipe II, e dois séculos mais tarde – para Casanova – e de 1790 para o Arquivo de Índias, que prescrevia a separação dos documentos em função do organismo que os remitiavam, são claro exemplo de aplicação do referido princípio.

Segundo Cruz Mundet (2001, p. 22, tradução nossa), tais exemplos são inegáveis, entretanto sua validade e efeitos doutrinários são também questionáveis por vários conceitos:

1. As aplicações foram pontuais, no tempo e no espaço, em fundos territoriais bem definidos. Em outros casos, teve uma experiência muito limitada, o que deixou de ser respeitado com o tempo.
2. Em nenhum momento foi formado um processo de teorização, de sistematização, que argumentava de acordo com os princípios científicos, sua natureza e sua necessidade.
3. Tampouco, foram seguidos por debate algum pela comunidade Arquivística consciente de sua existência, enquanto não existia nem se identificava como tal.
4. Não foram, em consequência, reconhecidos como princípios com entidade suficiente capaz de conseguir um efeito em cadeia que, com o transcorrer do tempo, produzisse sua aplicação universal de maneira sucessiva e encadeada.

Apesar dessas divergências, o Princípio da Proveniência é um marco na conceitualização, organização, tratamento e uso dos arquivos, visto que foi mediante sua formulação, debate, aplicação prática e universalização, que ficaram fundamentadas as bases para o desenvolvimento da teoria Arquivística Moderna. E também porque de sua aplicação derivam-se três premissas que, se não são inéditas, a partir de agora estão conectadas com a noção de fundo (CRUZ MUNDET, 2001, p. 42, tradução nossa).

- a) Todo fundo é produto natural da atividade de uma entidade física, pessoa física ou moral; em consequência, resulta imprescindível identificar o autor, sua natureza, estrutura e área de atividade.
- b) A concepção de um fundo não vem dada pelo uso – jurídico, administrativo ou histórico-cultural – de seus documentos, e sim por sua estrutura interna, a qual vem dada pelo próprio ente que a tenha criado e pela forma com que esses documentos

tenham sido gerados ao longo do tempo, em desenvolvimento das funções próprias dele.

- c) Em razão disso, a estruturação do fundo, de acordo com o princípio da proveniência, exige o conhecimento de todos os procedimentos administrativos do autor (algo que havia estado sempre implícito no trabalho arquivístico, excepcionalmente no período que poderíamos denominar sistemático), assim como de sua própria evolução histórica.

Desse modo, consideramos que o Princípio da Proveniência não é resultado de um único momento e nem ocorre em um único lugar. Sua formulação se deu por meio de um processo evolutivo das práticas que eram empregadas no tratamento e na organização dos arquivos, até alcançar um status de natureza teórica. Portanto, afirmar que foi na Revolução Francesa que o conceito teve início seria ignorar as práticas que eram utilizadas anteriormente, certamente o que podemos afirmar é que foi devido a um contexto histórico singular, foi possível a institucionalização do conceito.

2.4A importância do Manual dos Arquivistas Holandeses

Outro momento fundamental para o desenvolvimento e a consolidação da Arquivologia enquanto disciplina foi a publicação, em 1898 do Manual dos Arquivistas Holandeses, de autoria de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin. Esse Manual apresenta cem regras para arranjo e descrição de arquivos e, de acordo com alguns autores, independentizou teoricamente o método de trabalho arquivístico, separando das concepções bibliotecárias e museológicas.

Considerado um dos pilares da teoria Arquivística, além de um marco teórico, por articular os mais importantes princípios e regras referentes, tanto a natureza como com o tratamento dos arquivos, como por exemplo, os Princípios da Proveniência e o da Ordem Original, alicerces do Arranjo e Descrição em arquivos. Ainda segundo Cruz Mundet (2001, tradução nossa), foi através do Manual que se completa a aceitação e explicação desses princípios como axioma fundamental da Arquivologia, e será o veículo principal de sua difusão.

O Manual está fundamentado na experiência que tinham seus autores no trabalho com um número limitado de documentos medievais suscetíveis de uma cuidadosa análise diplomática e com os documentos encontrados nos departamentos das administrações holandesas da época (DORADO SANTANA; MENA MUGICA, 2009, tradução nossa).

Uma das maiores contribuições foi considerar os documentos de arquivo como um todo orgânico, vinculados ao órgão produtor e à instituição de custódia, ao invés da análise individual dos documentos, proposta pela Diplomática. A partir de então, podemos dizer que o Princípio da Proveniência adere totalmente à definição de arquivo, dando-lhe um sentido pleno (MARTÍN-POZUELO, 1996, p. 120, tradução nossa). Para Thomassen (1999, tradução nossa), esta mudança na forma de análise documental seria a primeira ruptura na área; a outra aconteceria apenas na época pós-moderna, quando a Arquivologia passa a ser considerada como ciência, com o mesmo nível de autonomia de outras ciências, como a História.

A obra representa um amplo progresso na teorização da área, pelas discussões que são realizadas e pelo caráter sistemático da sua apresentação. Aspectos que nos nossos dias são considerados essenciais, como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas etc., são tratados. Noções importantes não são contempladas, como a triagem, a eliminação e o arquivo privado.

Apesar de algumas limitações conceituais próprias da produção teórica Arquivística em seu início, pode-se considerar que o Manual marca o começo da trajetória de seu pensamento, colaborando para a afirmação da disciplina, a partir das traduções para diversas línguas, como o francês, o alemão, o inglês, o italiano, o português e o chinês.

De fato, há um entendimento na área de autores que reconhecem, nesse Manual, “o marco inaugural do que se poderia identificar como uma disciplina Arquivística, como um campo autônomo de conhecimento” (FONSECA, 2005, p. 32). Ou ainda como Durante (1995a, tradução nossa), Dorado Santana; Mena Mugica (2009, tradução nossa), o primeiro tratado científico arquivístico, cujo componente metodológico e prático descende de seu próprio corpo teórico.

Alguns autores como Silva et al. (2002) consideram que a área passa a ser instituída como ciência após essa publicação, uma vez que as técnicas e métodos nele abordados permitem a reflexão teórica das suas práticas. Schmidt (2012) classifica-o como a “porta de entrada” da Arquivologia no campo científico, e que seu delineamento metodológico é ponto de partida para o avanço de outras questões teóricas. Para Martin-Pozuelo (1996, tradução nossa) inaugura o pensamento arquivístico, tornando o arquivo o objeto de estudo da Arquivologia.

Apesar dessas afirmações, Cruz Mundet (2001, p. 20, tradução nossa) considera que as origens desta ciência são difíceis de assinalar com precisão, uma vez que se inicia como uma disciplina empírica para o “arranjo” dos arquivos e, permanece em constante evolução a fim de alcançar os perfis que a definam como ciência.

Segundo Schmidt (2012, p. 52), esse manual nada mais é do que o registro de resultados de uma sistematização, articulada com uma prática com documentos em temporalidade e contexto específico. Ainda de acordo com o autor, não somente essa publicação, como toda a experiência, deve ser considerada produto de situações sociais particulares que evidenciam condições que carecem de reflexão, a fim de que sejam explicadas.

Na opinião de Silva et al. (2002, p. 115), Dorado Santana; Mena Mugica (2009, tradução nossa), Ribeiro (2002), Cruz Mundet (2001, tradução nossa), Martin-Pozuelo (1996, tradução nossa), após a publicação, houve o predomínio e a consolidação da vertente técnica, por meio da aplicação de regras e métodos baseados no positivismo clássico. Assim sendo, a Arquivologia liberta-se definitivamente das disciplinas a que outrora estivera ligada, como a Diplomática e a Paleografia, e distanciando-se dos paradigmas historiográficos e também biblioteconômicos, de forma a dar os seus primeiros passos rumo a definição de um campo de saber específico.

Heredia Herrera (1991, p. 28), considera que o desenvolvimento da Arquivologia moderna tem muito a ver com a difusão do Manual, pois definiu uma metodologia, ou seja, uma linguagem própria que a identifica e distingue de outras disciplinas.

Por fim, considera-se o Manual como um instrumento de caráter metodológico e técnico, baseado na sistematização de experiências e de práticas empíricas de pessoas que trabalhavam com os arquivos e que perceberam a necessidade de divulgar as práticas que eram desenvolvidas em contexto e documentação específicos.

A partir do estabelecimento do Manual dos Holandeses como marco fundador da codificação da disciplina Arquivística, podem ser apontados alguns tópicos importantes na análise das características de configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais, quanto de sua inserção histórica e geográfica. A análise desses pontos remete: a) à inserção da arquivologia na *episteme* da modernidade, especialmente na chamada “esfera política”; b) à conseqüente importância das instituições Arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública que deve ser eficiente; c) à subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia e d) à tradição manualística da área, às duas limitações e às tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma (FONSECA, 2005, p. 33).

2.5 A Revolução Francesa ou Manual dos Arquivistas Holandeses: o que fundou a Arquivologia?

A Revolução Francesa ofereceu o contexto histórico, político, administrativo e cultural que possibilitou à Arquivologia desenvolver-se enquanto disciplina, por meio da “abertura” dos arquivos, do acesso à informação e da comprovação legal dos direitos dos cidadãos. Como consequência, temos a publicação do primeiro princípio da área, o da Proveniência, aceito por toda a comunidade. Nesse sentido, Jardim e Fonseca (1992) consideram que esta foi uma quebra de paradigma na área.

Para Duchain (1982/1986); Heredia Herrera (1991, p. 33); Rousseau e Couture (1998, p.79) e Cruz Mundet (2001, tradução nossa), o Princípio da Proveniência constitui a base científica e prática fundamental da Arquivística desde a metade do século XIX. Vivas Moreno (2004a, p. 85, tradução nossa), julga ser o centro mais importante da teoria Arquivística ao qual a práxis deve sempre respeitar.

A despeito do reconhecimento do valor da Revolução Francesa e do que seus desdobramentos representaram, autores como Silva et al. (2002); Fonseca (2005); Dorado Santana; Mena Mugica (2009, tradução nossa); Martín-Ponzuelo (1996, tradução nossa); Heredia Herrera (1991), não a consideram ou não a entendem como o nascimento da Arquivística como disciplina eminentemente de caráter científico. Para esses estudiosos, isto foi um aspecto que deu início a esse processo, no entanto, o que qualificou a área como uma disciplina e que possibilitou que a área pudesse, anos depois, consolidar-se de maneira efetiva foi a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses.

De acordo com Ribeiro (2002, p. 100), a Arquivologia nasce com a Revolução Francesa, porém, consolida-se com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, que o Princípio da Proveniência sofre uma profundização, com o Princípio da Ordem Original.

Houve, certamente, a publicação de outros textos arquivísticos antes de 1898, todavia, o supracitado foi o primeiro a sistematizar a disciplina e a ser difundido em vários outros países e em diversas línguas durante o século XX. Trata-se de um texto fundador da disciplina, a se faz referência até os dias de hoje. Contudo essa obra permanece uma obra do passado, sem valor prático para a nossa época. Deve ser entendida, assim, como uma das que fundamentaram a necessidade de criar a disciplina, uma referência enriquecida pelos outros textos escritos no curso das últimas décadas (LOPES, 2009, p. 134).

Por esse viés, a Arquivologia, como conhecemos hoje, tem início a partir da Revolução Francesa, como disciplina auxiliar da História e com a publicação do Princípio da

Proveniência. Porém, somente se independentiza e ganha estatuto de ciência autônoma por intermédio da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses quando adquire caráter científico e técnico.

Jardim (2012, p. 137), opõe-se a essa visão; para o autor, se a publicação do Manual é um marco fundador da Arquivologia, a sua configuração como área está fortemente ligada à invenção dos arquivos públicos como instituição, a partir da Revolução Francesa, e a um conjunto de práticas na organização dos arquivos do Estado moderno. A Arquivologia, saber de Estado, é filha do Estado moderno europeu. Surge fortemente associada, naquele momento, ao quadro de uma memória que ao constituir-se em lastro ao reconhecimento da nação configura-se numa narrativa autolegitimadora do Estado.

Apesar do reconhecimento da importância do Manual para o desenvolvimento e amadurecimento da área, questionamos como um método de ordenamento, descrição e arranjo de caráter técnico pode ser considerado como elemento fundante de uma disciplina científica. Quais são os elementos que garantem sua cientificidade visto que nem mesmo a Arquivologia, enquanto área do conhecimento, é citada?

Cruz Mundet (2001, p. 20 tradução nossa), questiona: quais são os aspectos que dão natureza a uma ciência? Qual é o princípio fundamental da Arquivologia? Para ele, pode-se dizer que é o estabelecimento de um ou mais enunciados teóricos ou princípios gerais, a partir dos quais se tornam base para o desenvolvimento anterior de sua estrutura teórica. Como coincidem em assinalar quantos têm reflexionado em torno desse assunto, é o Princípio de Respeito aos Fundos¹⁵, pois, como diz Duchéin, justamente por sua prática, o arquivista diferencia-se do bibliotecário, por uma parte, e do documentalista, por outra. Enquanto que para W. Leesch (1956 apud CRUZ MUNDET, 2001, p.57, tradução nossa), a categoria científica é dada pelo método, ou seja, a Arquivologia só constituiu uma disciplina com a obra dos arquivistas holandeses, que sistematizou os métodos que eram desenvolvidos.

Consideramos, portanto, que, para uma disciplina, um princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações. Na Arquivologia, o Princípio de Proveniência é desse tipo. Sendo assim, inferimos que, a partir da Revolução Francesa, a área deixa de ser simplesmente uma prática e emerge como uma disciplina.

Segundo Schmidt (2012, p. 52), as técnicas entendidas como materiais, encontradas no Manual dos Holandeses, por exemplo, foram consideradas, no momento de sua publicação, como teorias científicas, que passariam a ser uma “nova área do saber”. Naquela conjuntura

¹⁵ Para os autores espanhóis, o Princípio da Proveniência e o Princípio de Respeitos aos Fundos são conceitos equivalentes.

histórica e epistemológica, o fato de técnicas e princípios estarem sistematizados e racionalizados era suficiente para defini-los como teorias e métodos, de modo a justificá-los na perspectiva científica. Em outras palavras, a Arquivologia, por ser resultado de uma necessidade prática, “acontece” como área científica num momento de vigor da racionalidade positivista, sendo que, desta maneira, os elementos a ela atribuídos não exigiam necessariamente investigações mais profundas sobre sua natureza epistemológica.

A autora ainda complementa:

A publicação do Manual nos permite estabelecer uma relação de lógica mútua, ou seja, era importante tanto para os autores do Manual como para as comunidades que se pretendiam científicas que elementos resultantes de um fazer fossem inseridos em discussões pertinentes ao campo teórico científico. É certo que não podemos atribuir somente a esta conjuntura histórico-social européia a configuração deste Manual como precursor de uma Arquivologia como área científica, mas também não podemos desconsiderá-lo. Isto porque, por se traduzir em resultado “acabado” do progresso científico nos moldes positivistas desta época científica Moderna, na qual o importante era documentar técnicas para reproduzi-las em caráter de tarefa, o conhecimento transmitido através da publicação do Manual dos Holandeses foi capaz de elevar práticas e técnicas Arquivísticas ao status de ciência, já que se apresentava como o resultado de conhecimentos aplicados com vistas a desenvolver problemas/fenômenos de ordem prática. (SCHMIDT, 2012, p. 88).

Um dos elementos que justifica a “cientificidade”, naquele momento, da Arquivologia, a partir do Manual dos Holandeses é que alguns teóricos da área a definem como “autônoma” perante outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Biblioteconomia e a Diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios (SCHMIDT, 2012, p. 112).

Para Ketelaar (1996, tradução nossa), trata-se de um manual para trabalhadores, e não um tratado filosófico, pois não estabelece uma teoria e sim uma metodologia, foi importante para a profissionalização dos arquivistas e que, ao invés de ser utilizado como um instrumento de trabalho, acabou por se tornar uma obra de referência.

A partir desta exposição, percebemos que há uma divergência em relação ao momento considerado como nascimento da Arquivologia como disciplina. Poucos são os autores que consideram o Princípio da Proveniência como início; outros entendem o Manual dos holandeses como elemento fundante da área, e alguns, que o Princípio foi o início e o Manual consolidou.

O objetivo desta análise é compreender de que forma esse entendimento pode ter influenciado a formação do corpus teórico da disciplina, uma vez que entendemos que os autores que consideram a Revolução Francesa e, conseqüentemente, o Princípio da

Proveniência como marco inicial da área estão levando em consideração um contexto histórico ao eleger tal acontecimento, o que significa dar uma visão mais ampla à disciplina, já que se considera que os fatores exteriores influenciaram diretamente o seu desenvolvimento. Isso resulta em uma disciplina que busca alinhar seu desenvolvimento aos macros-fatores e também às necessidades sociais, políticas e administrativas, ao passo que autores que consideram o Manual dos Arquivistas Holandeses estão fundamentados em uma obra de caráter técnico, ancorada no pensamento Positivista, comprovada através de métodos científicos válidos; e por essa razão, consideram a Arquivologia como uma disciplina de caráter técnico.

Isto demonstra que a área, desde sua fundação, está embasada em um caráter eminentemente técnico e a progressiva afirmação como disciplina seguiu este mesmo viés, influenciando diretamente na formulação dos princípios. Consequentemente, a formação das correntes teóricas seguiu essa mesma tendência, acrescido o fato de terem sido influenciadas pelo processo historiográfico pelo qual a área passou.

2.6 Formação das Correntes Teóricas na Arquivologia

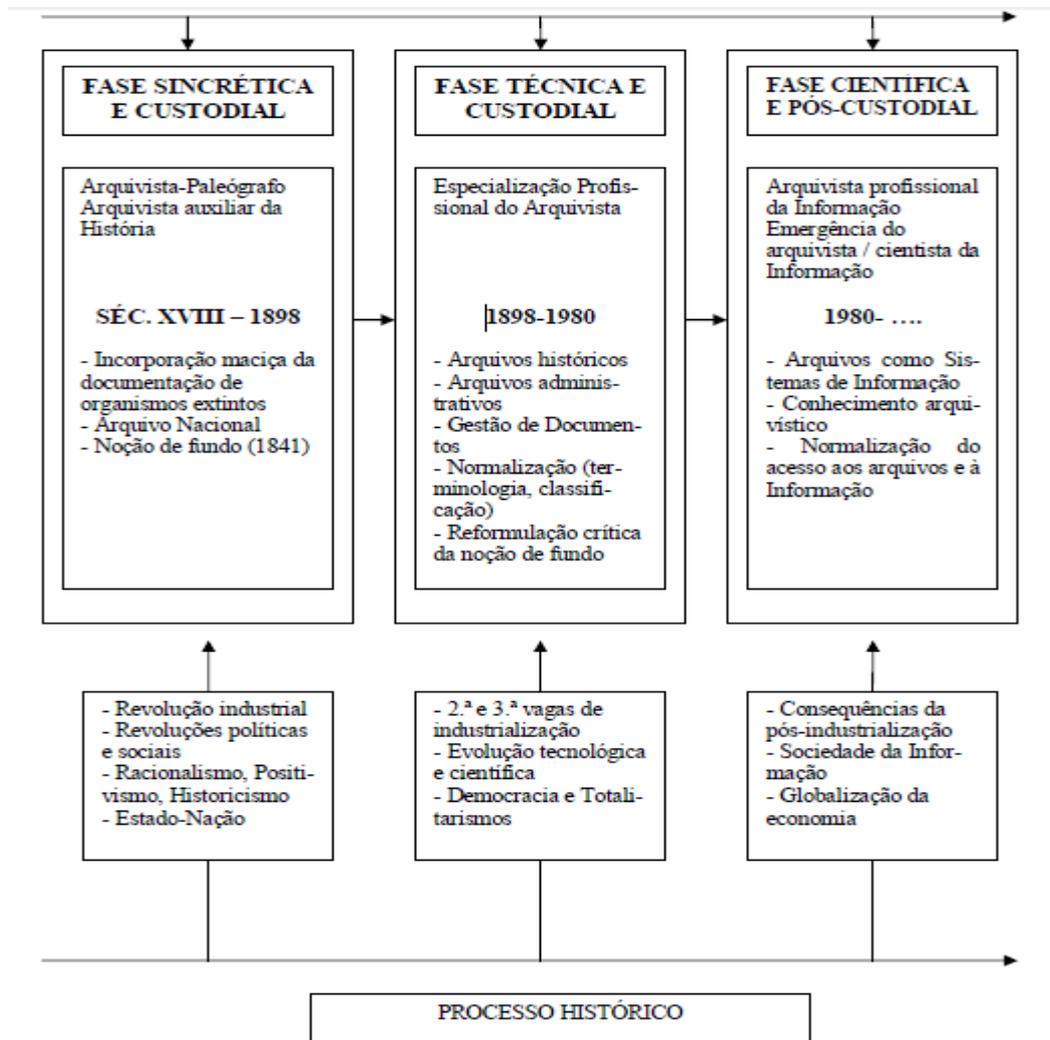
A partir da consolidação da Arquivologia como disciplina, começaram a surgir os primeiros estudiosos que buscavam entender teoricamente as questões relacionadas aos arquivos e seus métodos de organização. Nesse momento, a área volta-se a atender aos interesses dos pesquisadores que são os principais usuários dos arquivos, assumindo definitivamente um estatuto de disciplina auxiliar da História, fato este que repercute no seu desenvolvimento posterior, ao mesmo tempo em que os arquivos históricos tornam-se a face mais visível.

A partir dessa evolução, Silva et al. (2002) e Ribeiro (2011), consideram que há três fases principais: fase sincrética e custodial; fase técnica e custodial e fase científica e pós-custodial¹⁶. As duas primeiras fases enquadram-se no paradigma que se desenvolveu e se consolidou após a Revolução Francesa e que se qualifica como custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista; a última insere-se em um novo paradigma, em consolidação, que se caracteriza por ser informacional, científico e pós-custodial.

Ainda segundo os autores, esquematicamente, essas fases configuram-se da seguinte forma:

¹⁶ Esta nova proposta para a Arquivologia é discutida e aprofundada na próxima Seção.

Figura 2: Fase sincrética e custodial. Fase técnica e custodial. Fase científica e pós-custodial.



Fonte: RIBEIRO (2011, p. 63).

Durante a fase “sincrética e custodial”, a disciplina configura-se como auxiliar da História. Caracterizada pela ausência de elementos e conceitos próprios, sendo necessária a incorporação de outras áreas, por esta razão também, o exercício profissional do arquivista está muito relacionado com o do paleógrafo, orientado por um objeto concreto: a custódia dos arquivos históricos.

Com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, é iniciada uma nova fase denominada “técnica e custodial”, com a consolidação de um corpo teórico próprio, centrado principalmente nas atividades práticas de tratamento e da gestão documental. O arquivista especializa-se e a profissão ganha identidade. É uma fase de grande desenvolvimento teórico e prático para a área.

As duas primeiras fases descritas acima estão inseridas no paradigma custodial, patrimonialista, histórico e tecnicista que, de acordo com Ribeiro (2002, p. 100-101) e Dorado Santana; Mena Mugica (2009, p.7-8, tradução nossa), está fundamentado nos seguintes pilares:

- criação dos “arquivos históricos” com o objetivo de conservar, gerir e possibilitar o acesso à documentação, essencialmente de caráter patrimonial, para uso como fontes historiográficas;

- instauração de um organismo central subordinado do Estado, responsável pela coordenação da política Arquivística, voltada, acima de tudo, para a salvaguarda e difusão do patrimônio documental;

- fundamentação teórica na noção oitocentista e instrumental de “fundo”;

- princípios considerados “teóricos” fundamentados na evidência e no pragmatismo – “Princípio da Proveniência” e “Princípio da Ordem Original” –, não sujeitos à confirmação ou refutação pelo trabalho de investigação científica, uma vez que não se inserem num contexto de teorização fundamentado;

- o uso da metáfora do ciclo de vida, baseada essencialmente na frequência do uso dos documentos, levou a considerar que estes passam por etapas diferentes em sua evolução e que raramente se relacionam. Provocou uma ruptura conceitual e prática entre documentos administrativos (*records*) e documentos históricos (*archives*) e entre os profissionais claramente diferenciados: a gestão documental (*Records Management*) e os arquivistas;

- valorização da componente técnica de uma forma excessiva, tendendo a confundir operações e procedimentos como, por exemplo, a descrição Arquivística como o método da disciplina e enfatizando a normalização, numa perspectiva redutora, que muitas vezes provoca desvios grosseiros na própria representação da realidade dos arquivos;

- considera-se documento arquivístico somente aqueles produzidos e recebidos pela instituição, definido como um objeto físico, fixo e textual, cuja principal utilidade, analisada retrospectivamente desde o usuário, era a de servir de fontes documentais para o desenvolvimento da investigação histórica, o que denota uma perspectiva com uma forte carga patrimonialista e historicista que não se ajusta aos novos desafios postos pela sociedade da informação, em que atualmente se inserem os arquivos.

Este contexto contribuiu para que o paradigma se desenvolvesse e permanecesse durante tanto tempo; no entanto, com a crescente complexidade da sociedade, burocratização administrativa e pelo advento da tecnologia sua sustentação, tornou-se impossível. Ribeiro (2002, p. 102-103) define as principais causas:

- o chamado “arquivo histórico”, com função de serviço incorporador de “fundos” de interesse patrimonial, cuja utilidade para a própria entidade produtora é considerada nula, provou que não consegue assegurar a necessária articulação em termos sistêmicos com o contexto gerador da informação e, por isso mesmo, cria rupturas nefastas em termos de conhecimento e representação de sistemas de informação Arquivísticas que incorpora;

- a existência de um organismo nacional, coordenador da política Arquivística e definidor de normas e procedimentos uniformes ao nível técnico, também já mostrou que não favorece o desenvolvimento de uma Arquivologia científica, pois sem uma fundamentação teórica consistente, a técnica não cumpre a sua verdadeira função;

- a noção de “fundo”, tal como foi formulada em 1841, tem um carácter meramente operativo e não se ajusta a um conhecimento científico tal como hoje o conhecemos, apesar de alguns autores procurarem adaptá-la a novas realidades e dar-lhe novos contornos que lhe assegurem uma sobrevivência, fatalmente efêmera;

- a fundamentação teórica exigida pelo estatuto científico da disciplina não combina com os princípios “teóricos” que têm sustentado o paradigma histórico-tecnicista, uma vez que estes são meras evidências, o que coloca problemas insolúveis e inconsistências aos que reclamam esse estatuto;

- a impropriamente chamada “teoria” das três idades já há bastante tempo mostrou que não serve a qualquer propósito minimamente consistente e a prova disso é que muitos são a favor da Arquivística Integrada¹⁷;

- a valorização da técnica, particularmente nos aspectos normativos da descrição e dos pontos de acesso à informação, sem o necessário substrato teórico, esgota-se em si mesma e torna-se insuficiente para resolver todas as novas situações que vão surgindo;

- o conceito estático de “documento”, que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele começa a se revelar inconsistente para materializar o objeto da Arquivologia num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registrada.

Nesse sentido, o arquivista deixa de ser responsável somente pela custódia, conservação e restauro dos documentos, ampliando também a administração. Os arquivos deixam de ser de interesse e uso exclusivo de pesquisadores, visto que não mais refletem somente a memória do Estado, este é somente um dos muitos de seus usos. O conteúdo documental ganha destaque através dos instrumentos de pesquisa e do aprofundamento dos

¹⁷ A Arquivística Integrada é analisada na próxima Seção.

modelos de descrição e classificação, menos vocacionados para a custódia e, mais, para a disseminação informacional (SILVA, 2006).

Ainda inserida nesse mesmo paradigma, na fase técnica e custodial, a gestão documental ou *records management*, merece destaque, haja vista que promoveu grande impacto no desenvolvimento da Arquivologia enquanto disciplina; é nesse momento que a área aproxima-se novamente da Administração.

A gestão de documentos originou-se a partir da necessidade de racionalizar a produção documental cada vez maior, produzida pelas instituições públicas americanas e canadenses. As tradições administrativas associadas ao progresso tecnológico, econômico e ao grande interesse na busca pela eficácia e eficiência favoreceram sua ocorrência nesses países.

Os primeiros fundamentos surgiram no final da década de 40, no período entre guerras. Inicialmente, relacionado à área administrativa e econômica e não à Arquivologia, uma vez que buscava especialmente aperfeiçoar o funcionamento da administração, reduzindo a quantidade de documentos produzidos, para facilitar o acesso e a regulamentação visando à eliminação ou, ainda, à guarda permanente.

A partir disso, foi desenvolvida a Teoria das Três Idades ou Ciclo Vital dos Documentos: Arquivo Corrente ou 1ª idade; Arquivo intermediário ou 2ª idade; Arquivo permanente ou 3ª idade.

De acordo com Bellotto (2004, p. 24), a primeira idade corresponde aos documentos durante o uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados. A permanência de tais documentos nesse tipo de arquivo depende de sua tipologia/função e, principalmente, de sua vigência, mas pode ser generalizada em um ano; podem passar dali a um arquivo central do respectivo órgão gerador, onde permanecerão de cinco a dez anos. A segunda fase é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. É nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade, que determinaram seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologias e funções. A terceira idade abre-se a partir dos 25 ou 30 anos, contados a partir da data de produção do documento ou do fim da sua tramitação e o recolhimento a um local de preservação definitiva: o arquivo permanente. Ultrapassando o uso primário, iniciam-se os usos científico, social e cultural dos documentos.

Desse modo, podemos inferir que, na fase corrente e intermediária, os usuários são, em sua maioria, os próprios produtores dos documentos; trata-se de uma consulta imediata a fim de atender objetivos específicos, ao passo que, na fase permanente, o uso está relacionado

a questões de cultura, como a memória, por exemplo – o que não impede que haja consulta por razões ligadas à administração.

Para Jardim (2012, p. 137-138), a concepção do ciclo vital implica o reconhecimento de que os arquivos não devem mais gerenciar apenas um produto, mas um processo. Até mesmo o entendimento da profissão ganha outras leituras, por exemplo, a distinção entre o arquivista e o gestor de documentos.

Lopes (2009), faz uma crítica à gestão documental. Para o autor, não há fundamentos científicos rigorosos, podendo utilizar-se muitas vezes de improvisos e complementa que a tradição burocrática oficial e privada dos países anglo-saxões é muito diferente do resto do planeta, o que impossibilitaria sua aplicação.

Portanto, consideramos que o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista foi marcado por diversas características que refletiram nas tendências históricas, que influenciaram na afirmação, desenvolvimento e consolidação das bases teóricas e princípios fundamentais da Arquivologia enquanto disciplina científica. Nesse período, a área evoluiu buscando atender às demandas impostas pela sociedade de maneira geral, ora ligada à história, ora ligada à administração.

É neste período, por volta de 1960, que começam a surgir as primeiras discussões sobre os usuários dos arquivos. Segundo Araújo (2014, p. 58), os debates eram sobre a liberalização do acesso e foram promovidos pelo Conselho Nacional de Arquivos. Na década seguinte, outros temas relacionados ganham maior importância, como o direito à liberdade de informação em oposição ao direito à privacidade e confidencialidade e à necessidade de preservação e segurança dos documentos. Infelizmente, tal preocupação não refletiu no âmbito do conhecimento científico, visto que não havia um interesse em entender a situação dos usuários dentro dos arquivos.

As características descritas no paradigma custodial constituíram-se como base para que houvesse um impulso e a área entrasse numa fase transitória, período em que assistimos a reflexões importantes, questionando “verdade” até bem pouco tempo aceitas sem contestação e problematizando novas questões emergentes por força dos chamados “documentos eletrônicos” e pela manifesta fragilidade e inadequação da “teoria”, face a uma realidade social e informacional que dá contexto aos arquivos (RIBEIRO, 2002).

Segundo a autora supracitada, a compreensão desta crise é, contudo, um fator imprescindível para tornar possível o salto qualitativo que se impõe para a construção e

afirmação de um verdadeiro conhecimento científico, em que se inscreve a compreensão, em toda a sua complexidade, do fenômeno da informação social¹⁸.

Esse contexto deu início a chamada era “pós-custodial” em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial (RIBEIRO, 2011).

O atual paradigma denominado “informacional, científico e pós-custodial” começa a surgir a partir da segunda metade de noventa, em decorrência da pós-industrialização, momento em que a tecnologia introduziu uma forma inteiramente inédita e dinâmica na produção, reprodução e comunicabilidade informacional. Essa nova fase ficou conhecida como “Sociedade da Informação”, “Sociedade em Rede” ou ainda, “Era da Informação” (CASTELLS, 2007).

Segundo David Lyon, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm contribuindo para o desmoronamento de barreiras entre as categorias clássicas da informação, bastando para tal notar que um mesmo meio eletrônico pode transportar a voz, o vídeo, dados técnicos ou financeiros, imagens fotográficas ou textos escritos, polivalência ou simultaneidade de funções que abatem velhas distinções, nomeadamente no caso da “edição eletrônica” em que os papéis de escritor, de editor e de impressor se fundem num só (LYON, 1992, p. 141-142 apud RIBEIRO, 2011, p. 64).

A partir desse novo cenário, o paradigma pós-custodial se consolida e começa a superar o paradigma anterior, buscando atender às novas demandas ocasionadas pelas transformações trazidas pelo advento da tecnologia e pela popularização da internet.

Com a inserção destes novos meios nos fazeres organizacionais, assistimos a uma ruptura na maneira pela qual nos relacionamos com os documentos, refletindo, portanto, nos conceitos defendidos pela Arquivologia.

Da mesma forma com que anteriormente caracterizamos o paradigma custodial, historicista e tecnicista, também é possível assinalar algumas características que ajudam a entender a nova perspectiva que está em destaque. Sendo assim, autores como Ribeiro (2011; 2010; 2002), Dorato Santanal; Mena Mugica (2009, tradução nossa), Silva (2010; 2002), Vivas Moreno (2004a, tradução nossa), Schmidt (2012), Fonseca (2005) discutem quais são estas características:

¹⁸ A informação social de acordo com Ribeiro (2002, p.105-106) é um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes.

- valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenômeno;

- constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele pelo trinômio criação/seleção natural/acesso-uso, e o segundo, na antinomia efêmero *versus* permanência;

- prioridade máxima dada ao acesso à informação por todos, em condições bem definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;

- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;

- alteração do atual quadro teórico-funcional da atividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação;

- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão. Isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade ou organização. Assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de (ou antes de) de estabelecer regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar, dentro de certos modelos teóricos, as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas (SILVA, 2006).

Dessa maneira esse novo paradigma defende uma mudança na epistemologia, deslocando a ênfase das abordagens instrumentais, práticas normativas e descritivas dos documentos-artefatos para a compreensão e a explicação do fenômeno info-comunicacional patente num conjunto sequencial de momentos intrínsecos à capacidade simbólico-relacional dos seres humanos - origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Trata-se, claramente, do imperativo da cientificidade diante dos imensos e incertos desafios que se emergem na atualidade ocasionados pela tecnologia (SILVA, 2010).

Nesse momento, surgem pesquisadores preocupados em discutir a questão dos usuários, como Laurence Dowler, que defendia que o uso deve ser a base a partir da qual a prática arquivística deveria ser construída. Ou seja: a prática de estudos com usuários deveria reorientar as práticas profissionais como um todo, de forma que os resultados desses estudos interferissem nas demais ações e práticas arquivísticas (ARAÚJO, 2014, p. 59).

Como foi dito anteriormente, esse novo contexto repercute diretamente nas práticas e, sobretudo, nos fundamentos teóricos da Arquivologia, surgindo assim a necessidade de refletir e repensar como este corpo teórico pode atender às novas necessidades¹⁹.

Essas são as principais mudanças que a introdução das tecnologias traz para os arquivos e para a Arquivologia. Contudo, ainda não se pode decretar a “morte do documento”, porque não é sequer pensável a desmaterialização da informação (JEANNERET, 2000 apud SILVA, 2010, p.13), uma vez que, no momento em que externalizamos nossos pensamentos, sentimentos tendemos a registrar em algum tipo de suporte que garanta a sua preservação.

A partir da análise da história do desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia e, conseqüentemente, da caracterização dos paradigmas, custodial e pós-custodial, percebemos que grande parte dos autores entende que o pensamento arquivístico contempla duas fases principais:

A primeira fase teve início a partir da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, com a sistematização do pensamento arquivístico, e se estendeu até o final dos anos 80 do século XX. Denominada por Cook (1997, tradução nossa), como estatista e dominante; por Thomassen (1999, tradução nossa), como clássica e, segundo Silva (2010), histórico-tecnicista. Por ser fundamentada inicialmente na noção dos arquivos como fonte de pesquisa para a História, fato influenciou seu desenvolvimento, pois os arquivos históricos tornaram-se a dimensão mais importante e visível para a área e para a sociedade, influenciando fortemente o plano teórico e prático.

Atualmente, encontramos-nos na segunda fase, que surge a partir da década de 1980. Definida por Cook (1997, tradução nossa), como paradigma social, por Thomassen (1999, tradução nossa), como novo paradigma e, ainda, como paradigma científico-informacional, segundo Silva (2010). Nessa fase propõe-se uma mudança ou ainda uma ampliação do objeto de estudo e na busca por um método científico, buscando analisar as funções, os processos e as transações que geram a criação de documentos e também as séries.

¹⁹ Estas novas mudanças serão objeto de discussão da próxima Seção.

Para Lopes (2009, p. 132), a primeira fase é uma construção contraditória, por manter os princípios e teorias fundamentais da Arquivologia como um conjunto, e de recusar, sistematicamente, o papel de uma disciplina independente. O autor ainda realiza uma crítica quanto a sua posição atual:

A Arquivística tradicional contemporânea recusa-se a questionar a origem, isto é, a criação, a utilização administrativa, técnica e jurídica dos arquivos, dos documentos recolhidos aos arquivos definitivos. Essa atitude resulta na crença generalizada de que estas questões não são parte da profissão (LOPES, 2009, p. 132).

Vivemos, ainda hoje, sob a influência deste modelo historicista e custodial, ao qual se foi associando um reforço da componente técnica ao longo de todo o século XX, particularmente acentuado nos tempos mais recentes pelos esforços notórios em prol da normalização descritiva e terminológica (RIBEIRO, 2010).

Terry Cook (1997, tradução nossa), afirma que essas tendências resumem a trajetória do pensamento arquivístico internacional e retomam as ideias de estudiosos que marcaram esse pensamento:

A partir da análise do autor, Marques (2011, p.140-141), enumera questões, que, no entendimento do autor, marcaram e mudaram os rumos das bases teóricas Arquivísticas:

1. As razões de existência dos arquivos, que ultrapassaram o âmbito do Estado e passaram para o contexto privado, isto é, das, para e pelas pessoas;
2. O direcionamento do discurso arquivístico no sentido da preservação da autenticidade e fidedignidade dos documentos como provas de ações e transações, saindo de uma proteção custodial que privilegiava alguns documentos em detrimento de outros, para a preservação dos documentos que registrem ações e transações como um todo. Com os documentos eletrônicos, a preservação passa a ser mais funcional (intelectual) que física;
3. O entendimento dos princípios da teoria Arquivística, que agora se voltam para a análise do registro dos processos de produção, em vez do arranjo e descrição dos produtos registrados nos arquivos. Ou seja, a Arquivologia passa a ser mais interpretativa do contexto funcional e menos descritiva;
4. A superação da ideia do papel passivo e imparcial do arquivista, como não interventor. Nesse âmbito, o arquivista passa de um mero guardador de papéis a um construtor da memória;
5. E a compreensão essencial de que a teoria Arquivística não deve ser vista como um conjunto de leis científicas imutáveis, desinteressadamente constituídas e irrefutavelmente aplicáveis em todos os tempos. Os principais pensadores do mundo arquivístico

contemporâneo reinventaram o conceito de arquivo de forma crítica, conforme as demandas e discursos vigentes em seus países.

O pensamento arquivístico vem, ao longo do tempo, evoluindo, sofrendo mudanças, buscando se adaptar e acompanhar as transformações que estão acontecendo, principalmente no que diz respeito às novas formas de produção e gerenciamento dos documentos. No entanto, há uma fragmentação desse pensamento em todos os países. A ausência de metodologias e de concepções bem estabelecidas e utilizadas de modo regular são recorrentes em escala mundial. Por toda parte, mesmo onde reina a hegemonia de uma ou outra corrente, é previsível a coexistência no mesmo meio de trabalho de várias visões e práticas (LOPES, 2009, p. 131). Os arquivos, hoje, refletem esse novo contexto e também as práticas desenvolvidas. Os melhores teóricos de arquivo são aqueles que foram capazes de reconhecer e articular essas mudanças radicais na sociedade e, então, lidar conceitualmente com o seu impacto na teoria e na prática Arquivística (COOK, 1997, tradução nossa).

Como foi discutido, a Arquivologia vive uma crise de identidade. Com o aparecimento do paradigma pós-custodial e a inserção das novas tecnologias, assistimos a rupturas, e reflexões importantes. Tem-se discutido “verdades” até há a bem pouco tempo aceitas sem contestação e problematizando novas questões emergentes por força desta nova realidade e pela clara fragilidade e inadequação da “teoria”, em face a uma realidade social e informacional que da contexto aos arquivos (RIBEIRO, 2002, p. 101).

A partir desses novos questionamentos, tem-se uma ampliação nas possibilidades de estudos, o que faz com que novas correntes teóricas ganhem destaque, como é o caso da “Arquivologia Pós-Moderna”, oriunda, principalmente, do trabalho de pesquisadores canadenses, que aproximam a Arquivologia dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas. É composta por três abordagens de estudo: a Arquivística Integrada, liderada pelos pesquisadores Jean-Yves Rousseau e Carol Couture; a Arquivística Funcional, fundamentada por Hugh Taylor e Terry Cook e a Diplomática Contemporânea, representada por Luciana Duranti, e que serão discutidas na próxima Seção.

A partir desta nova realidade, em que a área expande seu campo de estudo, abre-se a possibilidade de inserir temas de pesquisa que até então haviam sido “esquecidos” ou considerados de menor importância. É o caso, como por exemplo, da Mediação da Informação, objeto fundante deste trabalho que compartilha muitas das discussões propostas por esta nova corrente.

SEÇÃO 3

A ESCOLA CANADENSE E SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS

3.1 Arquivística Integrada

O desenvolvimento da Arquivologia no Canadá foi diretamente influenciado pela configuração geográfica, política, econômica e cultural existente no país: de um lado o “Canadá”, em que se fala inglês, de outro lado o Quebec, em que se fala francês.

Esse dualismo acentuou-se em 1960, após a Revolução Tranquila, quando houve uma transformação e um redimensionamento de identidade no lado francês, cujo povo, até então, era visto como oprimido e inferior ao do Canadá inglês. Por esta razão, considera-se importante, pelo menos em linhas gerais (de maneira simplista), entender a política e as ações culturais do governo que possibilitaram que houvesse essa mudança uma vez que refletirão diretamente na posição e no entendimento dos arquivos no país.

Depois de ser governado por 40 anos por um mesmo partido, conservador e tradicional, a União Nacional, o Quebec elegeu, em 1960, Jean Lesage, político do Partido Liberal. Com o discurso de que a província era diferenciada dentro do Canadá, reivindicou um estatuto particular dentro da constituição canadense, exigindo do governo uma atualização de sua política de atuação, a fim de que a província ganhasse maior liberdade.

Foi a partir desse momento que começaram as grandes transformações em Quebec e que teve início a Revolução Tranquila. Assim, o Estado passou a intervir em diferentes campos, mobilizando a sociedade civil em um processo de modificação identitária, promovendo um nacionalismo não mais canadense francês e, sim, quebequense (VIANNA NETO, 2006). Nesse período, ocorreram mudanças significativas: foi instaurado um sistema de ajuda social, com grandes investimentos no setor educacional, que se tornou laico e democrático; formulou-se leis, que facilitavam a criação de sindicatos; o governo passou a intervir no campo da imigração; a idade para votar diminuiu de 21 para 18 anos etc.

A Revolução Tranquila desestruturou instituições e modificou estruturas éticas, culturais e ideológicas. No contexto em que ela se fez, a identificação etnocultural do cidadão quebequense como canadense-francês destacou-se como uma das mais importantes questões do debate político no Quebec. O ato de reivindicação da cidadania quebequense tinha o estatuto de proposta ideológica e referendava a assunção de novas práticas de engendramento identitário, principalmente ao longo do período em que se rompiam representações culturais neocolonialistas da ex-metrópole francesa, do

Canadá anglófono e dos Estados Unidos, a nova metrópole pós-colonial. Na discussão, incluía-se também o Canadá, que, apesar da Independência, ainda não registrava, em suas formações discursivas, construções identitárias nacionais capazes de fazer frente às políticas neocolonialistas desenvolvidas pelo vizinho estadunidense. (VIANNA NETO, 2006, p.231).

A maior consequência da Revolução foi o elevado nacionalismo. Em 1974, o francês foi adotado como único idioma oficial e, no ano seguinte, foi instituída a Carta da Língua Francesa, lei que tornou o francês a língua pública comum e que deveria ser usada no comércio, nas publicidades, nas instituições públicas etc.

Algumas medidas de caráter cultural também foram tomadas para enaltecer o nacionalismo e a identidade nacional. Parte dessas ações foi pensada com o objetivo de resguardar a memória do país e criar um sentimento que unisse o povo separado por diferentes tipos de colonização. Nesse sentido, essas ações recaem também sobre os arquivos, como uma das formas de atingir esse objetivo. É a partir desse momento que surgem as primeiras preocupações com a teorização e com a prática profissional da disciplina, e a Arquivologia ganha espaço e se torna uma área de interesse do Estado e também da sociedade, uma vez que para o resgate e a construção dessa história era fundamental o uso dos documentos.

Uma das primeiras ações do Estado foi a criação, em 1961, do Ministério da Cultura, que reconhecia sua responsabilidade perante os documentos produzidos pelas administrações públicas. É a partir de então, que o Estado torna-se responsável também pelo gerenciamento e não só pela preservação dos documentos, haja vista que os arquivos históricos existiam muito antes dos anos 1960 e da Revolução Tranquila, e que os arquivos provinciais, desde 1920, já custodiavam os documentos do regime francês.

Diante desse fato, as práticas relacionadas à gestão documental e à preservação documental começaram a surgir e a se aprimorar, e a sistematização em teorias não demora a acompanhar esse progresso, bem como a regularização da profissão.

Os autores Gangnon-Arguin (1994, tradução nossa), Couture (2005, tradução nossa), Gadoury e Nahuet (2005, tradução nossa) e Tognoli (2010), identificaram sete eventos que marcaram e favoreceram o desenvolvimento da Arquivística no Quebec, a saber: a criação da Associação dos Arquivistas do Quebec (AAQ) em 1967; *Manuscript Affair*²⁰ em 1972; a Política Cultural de *Jean-Paul L'Allier* em 1976; Lei de Acesso aos Documentos Públicos e Proteção de Informações Pessoais em 1982 e Lei de Arquivos em 1983; a criação de programas educacionais de arquivos na universidade em 1983; a criação do Conselho

²⁰ O *Manuscript Affair* foi uma diretiva instituída pelo ministro de Assuntos Culturais, afirmando que, a partir daquele momento, o ANQ seria responsável pela gestão de todos os documentos de arquivo, incluindo os arquivos de escritores.

Canadense de Arquivos, em 1985 e o XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal em 1992.

Os autores demonstram que cada um desses eventos contribuiu com elementos essenciais para a criação da disciplina e que, nos últimos 30 anos, a Arquivologia em Québec desenvolveu seu próprio caráter original, respondendo às necessidades e expectativas da sociedade quebequense, e continua a evoluir. A seguir detalharemos cada um deles.

Primeiro Evento: Criação da Associação dos Arquivistas do Quebec (AAQ) em 1967.

Certamente, a Arquivística é mais antiga que a criação do AAQ. Porém, não devemos confundir a disciplina com as práticas dos arquivos, visto que são duas realidades diferentes. Os arquivistas já estavam envolvidos na gestão de arquivos bem antes da fundação da associação, no entanto, foi depois de sua criação que as características distintivas da Arquivologia no Québec ficaram definidas.

A organização da AAQ, em 1967, marca o surgimento de distintas características que mais tarde irão definir a disciplina em Québec e também em outros lugares. Ela nasceu da necessidade de um grupo de arquivistas de discutir questões que eram compartilhadas com colegas. Na realidade, foi durante a conferência da *Society of American Archivists*, realizada em Santa Fé, que, entusiasmados, os arquivistas quebequenses começaram a explorar a ideia de que certamente seria vantajoso ter os arquivistas juntos em uma associação. Isto se deu durante a Revolução Tranquila, quando tudo era possível. Jacques Mathieu, François Beaudin e outros decidiram aceitar o desafio e, assim nasceu, em 9 de Dezembro 1967, a *Association des Archivistes du Québec*.

A criação do AAQ lança luz sobre uma característica significativa do desenvolvimento de um campo de atividade: o associativismo profissional. Era importante trazer um número substancial de pessoas para trabalhar em uma causa comum, partilhando interesses profissionais semelhantes com base em uma mesma fundação acadêmica.

A criação de uma associação demonstra o início da consciência necessária para a existência de uma profissão e de uma disciplina. É necessário, primeiramente, reconhecermos antes de trabalhar para o reconhecimento do público em geral e, especialmente, de profissionais de outras áreas ou especialistas em disciplinas afins.

Para Louise Gagnon-Arguin (1994, p.125, tradução nossa), “o nascimento de uma associação profissional recai sobre um conjunto de circunstâncias resultantes de uma conjuntura favorável, ao mesmo tempo em que é a manifestação da aparição de uma consciência profissional”.

Em 1969, é publicado o periódico *Archives*, com o objetivo de divulgar a realidade da Arquivística com artigos sobre a gestão de documentos, bem como os documentos históricos, reforçando, desse modo, a concepção integradora da AAQ e da Arquivística do Québec (TOGNOLI, 2010, p.38).

A década de 70 representou, para os membros da associação, o compartilhamento de experiências por meio de uma organização de eventos e conferências, da promoção de um estatuto profissional e do desenvolvimento da disciplina para a formação e pesquisa (TOGNOLI, 2010, p.37).

A Associação, durante os primeiros anos, representou muito bem seus interesses. No entanto, em 1974, passou por uma “crise”, devido à discrepância de interesses de seus gestores, principalmente aqueles ligados à gestão documental, uma vez que defendiam a junção das atividades (compreendendo todo o ciclo vital dos documentos) tidas como “distintas” pelas outras associações. Por essa razão, no mesmo ano, foram estabelecidas duas sessões dentro da associação: a sessão “gestão de documentos” e a sessão “arquivos históricos” (TOGNOLI, 2010, p.36).

A criação da AAQ foi fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento da Arquivologia em Quebec, pois reconheceu os primeiros sinais da profissionalização e do domínio nas atividades, impulsionando a publicação de um dos mais importantes periódicos da área até os dias atuais.

Segundo evento: *Manuscript Affair* em 1972.

O *Manuscript Affair* originou-se a partir de uma disputa entre o Arquivo Nacional (ANQ) e a Biblioteca Nacional (BNQ) sobre a guarda dos fundos de arquivo de alguns escritores quebequenses. Em 9 junho de 1972, o ministro de Assuntos Culturais, Claire Kirkland-Casgrain, emitiu uma diretiva afirmando que, a partir daquele momento, o ANQ seria responsável pela gestão de todos os documentos de arquivo, incluindo os arquivos de escritores. A BNQ ficou insatisfeita, uma vez que sua competência se restringiria somente a publicações de material.

A partir desse momento, houve um forte embate entre arquivistas e bibliotecários no âmbito da mídia, jornais, rádio, televisão, bem como em revistas acadêmicas e profissionais. A divergência de opiniões e declarações fez com que os arquivistas questionassem aspectos básicos da profissão, tais como: quem somos? o que vamos fazer? quais habilidades temos?

Essas indagações levaram os arquivistas a perceberem que havia a necessidade de desenvolver uma “existência-acadêmica” que justificasse e amparasse as práticas que eram desenvolvidas, ou seja, tornar a prática uma disciplina profissional.

Foi a partir dessa ocasião que surgiram os primeiros programas, nas universidades da província, preocupadas em desenvolver as bases teóricas e fazer avançar a ciência Arquivística. Somente então os arquivistas poderiam dar respostas com credibilidade para as questões acima e agir rapidamente para alcançar o nível de competência dos bibliotecários e cientistas da informação.

Em termos de seu impacto, o *Manuscript Affair* foi o catalisador para o desenvolvimento de um argumento científico que explicasse a natureza essencial do trabalho arquivístico. Era evidente, para muitos arquivistas, que havia uma urgente necessidade de encontrar um nicho dentro da comunidade universitária e, mais importante ainda, manter o futuro da disciplina dependia disso.

Terceiro evento: a política cultural de *Jean-Paul L'Allier* em 1976.

Em Québec, em particular, os avanços no desenvolvimento da cultura datam desde o início da década de 1960. Em 1965, *Pierre Laporte*, ministro dos Assuntos Culturais, apresentou o Livro Branco sobre a cultura, o qual reconhecia a necessidade da província em desenvolver uma legislação específica para arquivos. Cerca de dez anos mais tarde, em 1976, *Jean-Paul L'Allier*, então ministro dos Assuntos Culturais, apresentou o Livro Verde, seguido, em 1978, pelo *Politique Québécoise du Développement Culturel*, de *Camille Laurin*. As publicações tiveram um impacto importante na província, enfatizando a necessidade de sistematizar uma legislação Arquivística.

Segundo Couture (2005, tradução nossa), a AAQ ressaltou o duplo objetivo da prática Arquivística: administração e pesquisa. Para compreender essa posição, devemos recordar que, em 1969 e em 1972, duas leis foram aprovadas, mudando a responsabilidade da gestão dos arquivos da Secretaria Provincial para o Ministério de Assuntos Culturais, fato que reafirmou o caráter cultural dos arquivos. Conseqüentemente, os arquivistas de Québec começaram a refletir sobre o seu papel: centrado na administração, na cultura ou em ambos. Foi durante esse período de debates que três correntes de pensamento sobre a disciplina surgiram no Québec: alguns arquivistas queriam concentrar os seus esforços na gestão dos documentos; alguns queriam concentrar-se na gestão de arquivos históricos; outros viram como o seu papel girava em torno do ciclo de vida dos arquivos e defenderam o que passou a ser conhecida como Arquivística Integrada.

Sendo assim, esse período gerou três novos acontecimentos: um novo paradigma administrativo-cultural emergiu, o que fez com que a Arquivologia refletisse acerca do seu papel profissional e de sua posição disciplinar; foi um momento rico no que se refere a debates político e cultural; deu-se início ao desenvolvimento do que se tornou a lei de arquivos e das propostas expressas no documento de *L'Allier*, que desafiaram os arquivistas de Québec, para definir sua representatividade na gestão do patrimônio cultural.

Quarto evento: Lei de Acesso aos Documentos Públicos e Proteção de Informações Pessoais em 1982 e Lei de Arquivos em 1983.

O novo papel do Estado na constituição da herança cultural do Québec exigia uma legislação que pudesse fazer frente à demanda dos cidadãos pelo acesso à informação produzida pelo governo (TOGNOLI, 2010).

Foi durante esse período que houve uma considerável reflexão e discussão sobre a informação custodiada pelas instituições públicas em Québec. Percebeu-se que a gestão da informação pública tinha pouca atenção, exceto uma vaga tentativa de assegurar sua preservação e seu uso de modo adequado pelas organizações produtoras.

Couture (2005, tradução nossa) argumenta o quão difícil foi pedir para as instituições públicas para que permitissem aos cidadãos o acesso aos seus documentos e, ao mesmo tempo, proteger a informação pessoal destes mesmos cidadãos. Nesse sentido, tornou-se necessário alterar profundamente as práticas dentro das organizações, dessa maneira, nas instituições públicas, a gestão da informação teria que ser muito mais rigorosa e melhor organizada:

Basicamente, o princípio é simples: a fim de garantir o acesso à informação ou para contestá-la usando as exceções previstas em lei, e, a fim de proteger a informação, o conteúdo da informação deve ser conhecido e um eficiente sistema para o gerenciamento de documentos deve ser colocado no lugar. A responsabilidade por estes sistemas de gestão caiu para arquivistas, muitos dos quais tiveram acesso à alta administração anteriormente inatingível para a profissão. (COUTURE, 2005, p.33, tradução nossa).

Esta foi uma ótima oportunidade para os arquivistas estreitarem relações com outros profissionais, como secretários de empresas, assessores jurídicos etc., e também para promover os pontos fortes oferecidos pela profissão em gerenciar informações registradas.

Sendo assim, a Lei de Acesso foi muito importante para os arquivistas na medida em que garantiu o acesso à alta administração e tornou os gestores conscientes das vantagens em gerenciar os registros e as práticas. Foi oportuno para os arquivistas para tratar a informação detida por instituições públicas e para refletir sobre o lugar da Arquivística na gestão da

informação. Na aplicação dessa legislação, os arquivistas procuraram, cada vez mais, redefinir arquivos com base no seu conteúdo (informação) e identificar as características específicas que situam arquivos dentro do vasto campo da ciência da informação. Nesse momento é que alguns conceitos foram definidos: a informação registrada, a informação verbal, a informação registrada orgânica e a informação registrada não orgânica, conceitos encontrados hoje nos estatutos do AAQ (COUTURE, 2005, tradução nossa).

Já a Lei de Arquivos, aprovada em 1983, foi muito aguardada pelos profissionais, já que estrutura, articula e fornece uma base para a prática Arquivística em Quebec. O objetivo da comunidade era garantir que a Lei abrangesse um sistema integrado, não apenas a gestão dos documentos históricos, mas também a gestão de documentos ativos e semiativos, e que refletisse a disciplina e as práticas realizadas nos arquivos.

Nesse cenário, a Lei contribuiu para a afirmação da Arquivologia no Québec, tanto como disciplina, como quanto profissão. As muitas discussões e fóruns suscitados pela lei colaboraram significativamente para o nível da disciplina e fortaleceu o vigor intelectual dos arquivistas.

Quinto evento: a criação de cursos de graduação em Arquivística nas Universidades.

A universidade de Laval, até a década de 70, era a única instituição a oferecer um curso voltado para a formação de arquivistas. O curso de Pós-Graduação em arquivo, chamado *Studies in Archival Science*, era de responsabilidade do Departamento de História. Outros cursos, em diferentes ramos, também começaram a ser oferecidos para os profissionais.

Os arquivistas que trabalhavam com arquivos eclesiásticos foram os primeiros a estabelecer o seu próprio treinamento. Essas oportunidades de formação foram posteriormente oferecidas a um grupo mais amplo. Faculdades gerais e profissionais integraram a formação em arquivos aos seus programas de técnicas de documentação após 1975.

Todos esses esforços, combinados com a Lei de Acesso, com a Lei de Arquivos e com o rápido crescimento da necessidade de gerenciar os registros administrativos, levaram à criação de programas universitários mais duradouros de educação em arquivos. Entre 1983 e 1984, três universidades de Québec (*Université de Montréal, Université du Québec à Montréal e Université Laval*) estabeleceram programas de arquivo, em resposta a uma necessidade de uma comunidade crescente de indivíduos bem treinados, familiarizados com a ciclo de vida dos registros. Essas instituições estavam cientes de que o estabelecimento

estável de programas de arquivo de nível universitário teria repercussões no que concerne ao perfil profissional dos futuros arquivistas e ao desenvolvimento da disciplina.

O desenvolvimento de programas em universidades é de grande importância para a profissão. Especialistas em arquivos redobram seus esforços em pesquisa; profissionais interessados na investigação (como atesta a evolução da revista *Archives*) foram, a partir desse ponto, apoiados por professores e estudantes universitários cujas atividades diárias consistiam no estudo e na reflexão aplicada à pesquisa.

Para Couture (2005, tradução nossa), os programas universitários garantem a sustentabilidade da profissão, preparando gerações futuras para o lugar que vão ocupar na força de trabalho, garantindo treinamento e qualificação. Programas universitários de arquivo e cursos incluem também um número de alunos que estão destinados a trabalhar em outras áreas de arquivos. Estes alunos podem contribuir quanto à conscientização de profissionais de outras disciplinas sobre as questões enfrentadas pela Arquivística; profissionais que, de outra forma, não conhecem a gestão documental.

A formação dos arquivistas garante uma padronização dos trabalhos, o que assegura o reconhecimento das mesmas bases, dos mesmos princípios, das mesmas etapas do arquivamento.

O desenvolvimento da educação universitária é essencial para o reconhecimento público da Arquivística e para a sua reivindicação como uma disciplina autônoma.

Sexto evento: criação Conselho Canadense de Arquivos (CCA) em 1985.

A criação do CCA foi resultado de várias iniciativas nos setores culturais e acadêmicos. Desde o início da década de 1970 e meados dos anos de 1980, ficou claro que era necessário para o Canadá um sistema arquivístico que permitisse a troca e o compartilhamento de habilidades e conhecimentos entre os arquivistas, a fim de melhorar a gestão de arquivos. O desejo era criar/estabelecer uma rede global de instituições Arquivísticas em todo o país. O CCA foi criado, entre outros motivos, para garantir o desenvolvimento de tal rede.

As vantagens desse tipo de associação é que os arquivos não são gerenciados mais de maneira isolada, ou seja, as experiências podem ser compartilhadas diretamente entre os colegas. Depois de sua criação, ficou evidente a diversidade que havia nas práticas realizadas nos diferentes tipos de arquivos. Devido a esse fato, surgiram discussões acerca dos princípios básicos da disciplina, como o Respeito aos Fundos, a Descrição, uma vez que, percebeu-se

que não se poderiam aplicar em todos os arquivos canadenses determinados conceitos da mesma maneira.

Sétimo evento: XII Congresso Internacional de Arquivos, em Montreal, em 1992.

O Congresso foi realizado com o objetivo de discutir os novos desafios trazidos pela inserção das tecnologias de informação nos processos arquivísticos e teve como título “*The Archival Profession on the Eve of the Information Age*”. Grande parte dos arquivistas canadenses trabalharam com entusiasmo em sua preparação, que contou com a participação de cerca de 2700 arquivistas de todos os continentes.

As questões propostas para as discussões estavam todas relacionadas a esse novo contexto que se apresentava com o advento das novas tecnologias, na tentativa de compreender de que forma o arquivista deveria se comportar e alinhar suas práticas para responder a essa nova demanda.

O congresso foi uma ótima oportunidade para os arquivistas canadenses e de Quebec discutirem e examinarem a situação da disciplina e da profissão. Para Couture (2005, tradução nossa), foi possível definir sete elementos centrais que formam a base da disciplina: uma definição mais compreensiva e clara do documento como objeto de nosso estudo; a renovação da disciplina; a existência de uma disciplina e de uma profissão Arquivística; o refinamento e a ampliação da missão da disciplina; o reforço do princípio básico dos arquivos (respeito aos fundos); um aumento do conhecimento dos argumentos que justificam nossa disciplina e uma estrutura mais efetiva de nossas ações. Concluiu-se que ainda havia muito a fazer, contudo, o desenvolvimento estava fundamentado em uma base sólida e satisfatória.

Em linhas gerais, esses foram os principais eventos que permitiram que a Arquivística Integrada se tornasse uma referência teórica e prática na área.

A partir de então, a Arquivologia desenvolve-se rapidamente de um campo de prática e passa a ocupar o status de disciplina e de profissão autônoma, distanciando-se definitivamente de ser um auxiliar da História.

Segundo Louise Gangnon-Arguin (1994, p.10, tradução nossa), uma das características importantes da Arquivística quebequense é a presença de correntes de pensamento no próprio meio profissional, a influência que elas têm sobre o papel do arquivista e sobre o sentido mais ou menos amplo dado à palavra arquivo.

Influências francesas e americanas formaram a base da disciplina. Já nos primeiros textos, durante a década de 1970, notou-se a preocupação com o tratamento do conjunto do

ciclo de vida dos documentos. Pensamento original, fundado na observação de problemas práticos e sob a luz de questões teóricas inerentes a esta área de estudo (LOPES, 2009).

A concepção de uma Arquivística Integrada apareceu com toda a sua força num artigo intitulado “*L’archivistique a-t-elle-trouvé son identité?*”, publicado em 1988, de autoria de Carol Couture, Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau. Os autores ousaram apresentar os resultados derivados de um longo período de reflexão sobre o futuro da Arquivística quebequense. Explicaram a tendência do Quebec de criar os seus próprios modelos no coração dos debates, desde a década de 1970, no seio da Associação dos arquivistas do Quebec, debates sobre as opiniões por caminhos teóricos e práticos e sobre a lei de 1983. Falaram de informação, dos documentos e de seus valores. Postaram-se na defesa clara e objetiva da Arquivística Integrada. Este artigo foi um tipo de manifesto programático produzido por pessoas entusiasmadas por suas descobertas (LOPES, 2009).

A Arquivística Integrada resultou do contexto material e intelectual explicado acima, somado aos esforços pessoais de três autores quebequenses: Carol Couture, Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau (LOPES, 2009).

Sendo assim, Rousseau e Couture (1998, p. 70), consideram que a Arquivística Integrada possui três objetivos principais:

- garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo, permitindo, assim, uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- permitir a articulação e a estruturação das atividades Arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo.

Destaca-se que a informação orgânica e registrada é aqui posta como objeto de estudo fundamental para a disciplina, ao passo que a gestão documental deveria ser substituída pela gestão da informação (LOPES, 2009, p.192).

Uma de suas principais qualidades reside no fato de sempre estar aberta ao diálogo e à discussão, como os demais saberes científicos (LOPES, 2009).

O autor supracitado defende que, a Arquivística Integrada é a única a propor a transformação da Arquivologia em uma disciplina científica. Sendo a única corrente que permite avançar teoricamente e nas práticas, liberando do senso comum, uma vez que está aberta à pesquisa, à redefinição de conceitos e de metodologias, etc. Também é a única que ousa buscar o status de disciplina autônoma capaz de se autoquestionar e se auto rever. Para

ele é o motor que pode conduzir ao desenvolvimento de uma Arquivística verdadeiramente científica, talvez de uma Arquivística internacional (LOPES, 2009, p.62).

O autor conclui, que a existência dessas condições, somadas a um engajamento total e à ajuda do destino foram os componentes da criação da Arquivística integrada.

A disciplina originou-se de uma base preestabelecida que foi capaz de se desenvolver como uma proposição científica completamente diferente e inovadora. Esta nova Arquivística deu ao trabalho do profissional um novo sentido e uma nova significação. Ainda hoje, ela estimula a todos os profissionais de seu campo de estudos e o de trabalho prático. Incita-os a repensarem suas metodologias e a procurarem novos paradigmas e novas soluções. A Arquivística Integrada soube espelhar uma imagem vigorosa do conjunto das teorias existentes, a partir da história de sombras em que a Arquivística estava inserida (LOPES, 2009).

3.2 Diplomática Contemporânea

A Diplomática Contemporânea começa a alcançar destaque no Canadá e a tornar-se uma corrente teórica reconhecida a partir do momento em que propõe uma metodologia capaz de garantir a autenticidade dos documentos produzidos e gerenciados eletronicamente; para isso, utiliza-se dos fundamentos da Diplomática Clássica. Portanto, para podermos entender suas discussões, faz-se necessário compreender o referencial teórico e metodológico da Diplomática Clássica em que se encontra suas raízes.

A diplomática surgiu a partir da necessidade de se criar mecanismos que garantissem a autenticidade dos documentos, uma vez que tal característica era imposta pela própria instituição na qual se encontrava custodiada. Por esta razão, eram os arquivos públicos que tinham o poder de autenticar os documentos neles depositados, atribuindo-lhes o valor de fé pública (TOGNOLI, 2010, p. 82).

Segundo MacNeil (2000, p. 03, tradução nossa), quando pessoas físicas começam a depositar documentos falsos em arquivos públicos, para conferir-lhes fé pública, torna-se necessária a introdução de medidas para garantir a autenticidade dos documentos.

Sendo assim, ela nasce relacionada ao direito patrimonial e fundamentada em um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade de títulos de terras da Igreja, averiguando a veracidade dos fatos neles representados (DURANTI, 1995b, tradução nossa). Foi conceituada inicialmente por Jean Mabillon, em 1681, monge beneditino, no tratado *De Re Diplomatica Libri VI* como “o estabelecimento de regras e termos certos e

precisos pelos quais os instrumentos autênticos podem ser distinguidos dos falsos, e instrumentos certos e originais dos incertos e suspeitos”. (MABILLON, apud MACNEIL, 2000, p.20, tradução nossa).

O autor é o primeiro a realizar uma sistematização rigorosa a respeito da autenticidade dos documentos de arquivo. A sua metodologia foi usada para analisar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de vários períodos, e os confrontar, a partir dos elementos que tinham em comum, dessa maneira, os resultados forneceram os pressupostos teóricos da disciplina (RODRIGUES, 2008, p.122). A partir dos estudos de Mabillon, o documento manifesta-se em sua forma física e intelectual e as partes podem ser separadas e examinadas isoladamente (TOGNOLI, 2010, p. 84).

O impacto foi tamanho que, o resultado dos estudos de Mabillon, estenderam-se por toda a Europa e os documentos passaram a ser considerados elementos chave para assegurar a autenticidade de atos legais e garantir a propriedade de terras.

A introdução dos estudos diplomáticos em escolas europeias, no final do século XIX, contribuiu para um progresso na formulação dos conceitos e métodos da disciplina e, a partir disso, novas ideias são incorporadas no campo do objeto da Diplomática (TOGNOLI, 2010, p. 85).

A partir do final do século XIX e início do século XX, os fundamentos diplomáticos são adotados pelos historiadores como instrumento de análise para documentos medievais enquanto fontes históricas. Sendo assim, a disciplina passa a ser tratada, exclusivamente, como “ciência auxiliar da história”.

O que se observa, analisando as discussões sobre o objeto da diplomática e o seu campo de estudos, é uma adaptação da metodologia da disciplina às necessidades de sua aplicabilidade no campo das outras ciências que auxilia: num primeiro momento, o direito, depois, a história e hoje, a Arquivística (RODRIGUES, 2008, p.133).

Essa indefinição do objeto da disciplina deu início ao que alguns autores chamam de “crise da Diplomática”, no final do século XIX e em meados do século XX. Segundo Tognoli (2008, p.5), o objeto de investigação nesse período era considerado o grande problema, por essa razão, sua ampliação era necessária para superar a “velha Diplomática”. Desse modo, a Diplomática não deveria se preocupar somente com a História, era necessário que se pensasse também nos documento contemporâneos.

Somente a partir da década de 1950, com a publicação *La diplomatique*, de Tessier, é que a disciplina avança nas discussões, ampliando os estudos em direção aos documentos produzidos em qualquer época, independentemente da natureza e do conteúdo jurídico.

Nos anos de 1960, Robert-Henri Bautier ganha destaque quando coloca a Diplomática em contato com a Arquivística, sendo considerado o ponto de partida para os estudos diplomáticos dos documentos administrativos contemporâneos (TOGNOLI, 2010, p. 86). Esse foi o impulso que a disciplina necessitava para se desenvolver e definir seu objeto de estudo.

A aproximação entre as duas disciplinas traz importante auxílio para o tratamento da documentação produzida pela burocracia moderna. Quando a Arquivística depara-se com os novos formatos e as novas estruturas burocráticas no final da década de 1970, faz-se necessária a apropriação do método analítico comparativo da Diplomática a fim de que os arquivistas possam compreender o processo de produção dos registros em meio eletrônico e tradicional (TOGNOLI, 2010, p. 81).

Tem-se, assim, a reformulação da diplomática clássica para a diplomática Contemporânea, produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios da diplomática clássica (RODRIGUES, 2008, p.153).

Segundo Duranti (1995b, tradução nossa), os arquivistas descobriram novos usos para essa velha ciência, baseados no seu potencial, como um padrão para assegurar a confiabilidade dos registros modernos e especificamente de registros eletrônicos. Visualizando, assim, todo o ciclo de vida e as necessidades de desenvolvimento de metodologias para apoiar os novos programas arquivísticos, incluindo a avaliação e o planejamento da produção documental.

Os primeiros estudos dessa natureza são desenvolvidos na Itália, por Paola Carucci, que propõe a redefinição do documento de um modo muito amplo, concentrando a proveniência administrativa que o gera antes de sua forma documental (RODRIGUES, 2008, p.153). A autora ressalta que os requisitos para os estudos diplomáticos que foram identificados na crítica dos documentos medievais continuam válidos para a diplomática dos documentos modernos e contemporâneos – sobretudo agora, posto que no ambiente eletrônico exige-se a identificação do documento arquivístico no interior do sistema de informação (CARUCCI, 1994, p.65, tradução nossa).

No entanto, é no Canadá que a Diplomática Contemporânea desenvolve-se e aprofunda suas discussões, principalmente a partir dos estudos de Luciana Duranti, na University of British Columbia, em Vancouver, no Canadá. Constituinte um marco teórico para a área, a obra da autora parte de uma recapitulação sistematizada de toda a Diplomática Clássica para, a partir de então, traçar considerações sobre as relações da mesma com o

material arquivístico, que foram publicadas em uma série de artigos intitulada *Diplomatics: new uses for an old Science* (TOGNOLI, 2010).

Influenciada pelas ideias de Carucci e refletindo seus estudos comparativos entre os documentos medievais e os documentos contemporâneos, a autora propõe novos usos para a disciplina, a partir da aplicação da crítica diplomática aos documentos de qualquer natureza (TOGNOLI, 2010, p. 90). A autora começou a dar sua contribuição para a comunidade Arquivística ao aplicar o método diplomático aos documentos modernos. Nessa empreita, pode-se perceber que o mesmo método usado para identificar a autenticidade de documentos medievais poderia ser aplicado na criação, manutenção e preservação de documentos contemporâneos, inclusive os eletrônicos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p.161).

Dessa forma, como ressalta Bellotto (2004), a Diplomática, que anteriormente preocupava-se apenas com a espécie documental, direciona-se também à gênese documental e à sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora e acumuladora. “A análise do arquivista vai se deslocando desde o contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional e, mais além, ao contexto sociocultural, isto é, desde a realidade do documento até a imagem dos criadores de documentos”. (DURANTI, 1995b, p.188). Para Carucci (1987, p. 28, tradução nossa), “essa tendência reconduz a uma ampliação do objeto da Diplomática, da análise do documento ao estudo da instituição que o produz ou onde esse se encontra”.

A Diplomática Clássica tem seus estudos voltados para a estrutura formal do documento, ou seja, para a espécie documental, com o objetivo de verificar a autenticidade do documento em termos de estrutura e finalidade do ato jurídico que o gerou, enquanto a Tipologia Documental:

[...] volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo tipo, para que disponha sobre ou cumpra a mesma função [...]. Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática, pode ser chamada de diplomática Arquivística ou, melhor ainda se se atentar para o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados, de diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas (BELLOTTO, 2004, p. 52).

O método de análise proposto por Duranti pode ser aplicado perfeitamente aos documentos contemporâneos e ao estudo do processo de criação desses documentos. Por meio da análise tipológica, o arquivista pode identificar a função do documento e seu contexto de produção, focando sua análise na evidência, a partir de seus elementos formais, independentemente de outras fontes alternativas, como os organogramas e regimentos. A

análise é feita de baixo para cima, a partir da peça documental (*bottom-up diplomatic analysis*), do documento individual (TOGNOLI, 2010, p. 90-91). Segundo a autora, com a aplicação do método diplomático, o arquivista é capaz de reconstruir todo o contexto de produção de um conjunto documental, a partir de um único documento, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, como os organogramas e regimentos, por exemplo, nem sempre serão suficientes.

A proposta de Duranti e da Diplomática Contemporânea, no que diz respeito ao estudo dos processos de criação do documento, leva em conta a lógica interna dos conjuntos documentais, “onde o contexto de criação do documento é manifestado na forma documental, e essa, por sua vez, pode ser separada e examinada independente de seu conteúdo”. (DURANTI, 1997, p. 215, apud TOGNOLI, 2010, p. 94).

Tognoli (2010, p. 94), apoiada em Duranti, a partir dos estudos diplomáticos, propõe algumas formulações que devem ser consideradas quanto aos documentos contemporâneos, em relação ao contexto de criação. São estes: (1) o contexto jurídico-administrativo – o sistema legal e organizacional ao qual o documento pertence, como indicado em leis e regimentos etc.; (2) o contexto de proveniência – quem cria documento, seu mandato, estrutura e funções, como indicado em organogramas, relatórios anuais, esquemas de classificação; (3) o contexto processual – os processos que levam à criação do documento; (4) o contexto documental – o fundo arquivístico ao qual o documento pertence e sua estrutura interna, como indicado em esquemas de classificação, inventários, índices etc.; (5) o contexto tecnológico – as características dos componentes técnicos do sistema de registro no qual o documento é criado.

Dessa forma, Duranti considera que os conceitos basilares da Arquivística, tais como: documento (*record*), Princípio da Proveniência, Princípio da Ordem Original, Fundo e a própria Arquivologia, refletirão uma visão “isenta” das influências políticas, sociais e culturais, portanto, mais descritiva e positivista, do que funcional e pós-moderna.

Sendo assim, destacamos que o objetivo da Diplomática Contemporânea amplia-se e passa também a buscar garantir a autenticidade dos documentos eletrônicos.

3.3 Arquivística Pós-Moderna ou Arquivística Funcional

A Arquivística Pós-moderna ou Arquivística Funcional desenvolveu-se, inicialmente, na parte inglesa do Canadá, incentivada principalmente pelas novas demandas introduzidas pelas tecnologias de informação e comunicação. Segundo Thomassen (1999, p. 07, tradução

nossa), esse desenvolvimento deu origem a novas ideias, as quais, num certo ponto, não poderiam ser integradas às tradições Arquivísticas existentes.

A fim de entender essa nova realidade e buscar soluções para os problemas surgidos, os pesquisadores entendem que as concepções pós-modernas ofereciam fundamentos capazes de solucionar tais situações, uma vez que, procura “desnaturalizar” o que a sociedade assume como natural, aquilo que foi durante anos aceito como normal, natural e racional. Para os pós-modernos, tudo é socialmente e culturalmente construído e desconstruir e reformular é a melhor maneira de refletir a diversidade da época contemporânea (TOGNOLI, 2010, p.26).

Nessa nova perspectiva, o objeto e o objetivo da Arquivística alteram-se. O objeto, antes entendido como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade ou pessoa no decorrer de uma atividade, passa a ser compreendido como o conjunto de informações orgânicas, registradas em meios virtuais e dinâmicos. E o objetivo passa ser a defesa e a reflexão dos princípios, conceitos e métodos basilares da disciplina, para que essa possa adaptar-se e sobreviver na contemporaneidade (TOGNOLI, 2010, p.56-57).

A produção crescente de documentos digitais e os novos mecanismos de armazenamento contribuíram para que a própria concepção de arquivo, como instituição, também ganhasse uma nova dimensão, deixando de ser limitado a um espaço físico, todavia associado também aos recursos tecnológicos por meio dos quais os usuários buscam informações; o enfoque do trabalho arquivístico ultrapassou os limites da custódia física dos documentos para o controle e os mecanismos de acesso à informação (MIRANDA, 2011).

A partir da construção desse novo paradigma, uma parte da Arquivística canadense passou a trabalhar na perspectiva dos “arquivos totais” que integram não apenas os arquivos de instituições públicas, mas também os arquivos institucionais privados e os arquivos pessoais na busca da constituição de acervos que refletissem a diversidade de agentes sociais; nessa proposta, superava-se a distinção entre os arquivos administrativos (intermediário e corrente) e o arquivo histórico, entre os arquivos do poder público e os arquivos privados²¹.

Os Arquivos Totais revelaram a busca do Canadá por uma identidade própria e encontraram, no estudo dos documentos de arquivos, as fontes históricas necessárias para a criação de uma memória coletiva.

²¹ No Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos. Em resumo, a tradição de “arquivos totais” canadenses está mais voltada para os arquivos de governança que para os arquivos do governo. Arquivos de “governança” incluem os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto incluem os documentos das estruturas de governo e de seus burocratas voltados para dentro. (COOK, 1998, p.173).

Convém ressaltar que a ideia de reunir os arquivos foi fruto de um processo longo e duradouro que, segundo Millar (1998), pode ser dividido em três períodos.

O primeiro período estende-se de 1800 a 1900 e foi marcado pelo colecionismo de documentos pertencentes aos órgãos do governo ou a outras fontes relativas à origem histórica do país; os documentos eram importados e copiados de outros órgãos que não os canadenses, mas que mantinham alguma relação com a história do país (TOGNOLI, 2010, p.58). Como consequência dessa fase de recolhimento, houve um aumento significativo no volume dos fundos dos arquivos e, conseqüentemente, falta de critérios nesse recolhimento.

É nítida a importância conferida à documentação histórica que de alguma maneira viesse a colaborar com a formação de uma memória cultural e com a instituição de uma história da província.

Segundo Tognoli (2010, p.59):

O papel dos Arquivos Públicos do Canadá como custodiadores da herança documental pública e privada está intimamente ligado à não-tradição do papel de benfeitores privados na constituição da memória do país. Ao contrário dos Estados Unidos, que possuíam benfeitores nas artes e cultura, como Rockefeller e Carnegie, o Canadá contava com poucas iniciativas privadas e, por essa razão, o Estado teve que desempenhar um papel de liderança no estabelecimento da herança cultural do país.

Na visão de Millar (1998, tradução nossa), não havia ainda a denominação dos Arquivos Totais, contudo suas origens encontram-se nessa preocupação do governo em preservar os documentos e suas fontes visto que deveriam ser de responsabilidade pública.

O segundo período do desenvolvimento compreendeu 1900-1970 e caracterizou-se pela explosão documental do pós-guerra, pelas mudanças tecnológicas, culturais e burocráticas e pela emergência do conceito de *records management*²². Durante esse período, o senso de fortalecimento da identidade nacional ainda era muito presente, entretanto havia também uma necessidade, até então desconhecida, de gerenciar a grande massa documental originada nesse novo contexto (TOGNOLI, 2010, p.59).

Foi em 1972 que o termo foi usado pela primeira vez em um relatório *da Comission of Canadian Studies*. Este defendia que os acervos públicos é que tinham a “responsabilidade de gerenciar documentos públicos por meio de seu ciclo de vida para objetivos administrativos e de pesquisa, e adquirir e preservar documentos privados de valor histórico” (MILLAR, 1998, p. 117, tradução nossa).

²² Mudança no pensamento arquivístico canadense, deslocando os estudos para a necessidade de gerenciar os documentos correntes, necessidade essa ligada ao fortalecimento do Canadá após a guerra.

Tognoli (2010), chama a atenção para o fato de que não havia um consenso na área no entendimento dos Arquivos Totais. Autores, como Terry Cook, defendiam um sistema integrado de arquivos que valorizasse e reunisse documentos provenientes de diversas fontes, não apenas aqueles gerados na administração pública, incluindo documentos que refletissem a sociedade, desde os mais pobres até os mais ricos.

A autora supracitada relata que ainda na década de 1970, o país reconheceu sua característica multicultural e as fronteiras da identidade nacional foram reduzidas ao nível de comunidades, ocasionando, conseqüentemente, um aumento na descentralização dos repositórios arquivísticos. Nesse momento, o conceito de Arquivos Totais perde sua efetividade, uma vez que não abrangia mais os diversos repositórios criados.

No final desse período, para Millar (1998, tradução nossa), há uma alteração no conceito de Arquivos Totais para Sistema de Arquivos, em decorrência da necessidade da população e a da comunidade Arquivística de uma maior participação na preservação dos documentos e da necessidade de fortalecer a identidade do Canadá Inglês.

A terceira fase do desenvolvimento do conceito de Arquivos Totais e, conseqüentemente, da Arquivística no Canadá Inglês, inicia-se após a década de 1980. Para Tognoli (2010, p. 63), apoiada em Millar (1998, tradução nossa), são quatro os fatores que influenciaram a mudança da disciplina: (1) redução do financiamento do governo, que diminuiu drasticamente os fundos direcionados ao CCA²³, forçando-o a eliminar alguns programas e a contar com fundos de natureza privada; (2) aumento das tecnologias de informação, posto que os arquivistas precisaram aprender sobre os documentos gerados eletronicamente e distinguir informação de documento, fazendo com que as instituições de arquivo focassem na criação dos registros, favorecendo, assim, os programas de gerenciamento de documentos; (3) fortalecimento das políticas públicas, com uma maior preocupação do governo e das instituições de arquivo em dar acesso às informações contidas em documentos públicos após a lei de acesso e proteção da privacidade e, conseqüentemente, em gerenciar efetivamente as informações geradas pelos órgãos; (4) a descentralização da identidade, enunciada já na década de 1970, leva os canadenses a uma separação em comunidades que irão criar grupos ou associações, museus, bibliotecas e arquivos regionais, dando maior importância à história oral, ao folclore e aos arquivos pessoais que compõem a história da região.

²³ Em 1985, foi fundado o Conselho Canadense de Arquivos (CCA) que tinha como objetivo financiar e desenvolver projetos para suprimir as necessidades dos arquivos provinciais e municipais.

A procura por resguardar uma herança sustentada pela documentação impulsionou os arquivistas canadenses, da parte inglesa, a identificar e anunciar um novo paradigma, repensando os princípios e conceitos da disciplina para que essa pudesse manter-se útil nesse novo contexto de produção documental.

O primeiro arquivista que identificou essa mudança foi Hugh Taylor, em 1987. Segundo o autor, o objeto do novo paradigma da ciência Arquivística é o que Thomassen chama de “*process-bound information*”, que é a informação gerada pelos processos administrativos e estruturada por esses processos com o objetivo de permitir uma recuperação contextual como ponto de partida (TOGNOLI, 2010, p. 64).

É preciso que exista a consciência da emergência de um novo paradigma, ocasionada pelas mudanças sociais, tecnológicas e profissionais ocorridas nos últimos anos. Essa mudança está ocorrendo de fato e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e, portanto, como realizam o seu trabalho. Nesse âmbito, a máxima “direito à informação” nunca esteve tão em alta.

Cook (1997, tradução nossa), afirma que os melhores teóricos arquivísticos serão aqueles capazes de reconhecer e articular essas mudanças radicais na sociedade e, em seguida, lidar conceitualmente com o seu impacto na teoria e na prática dos arquivos. Terry Eastwood (1993, p. 27, tradução nossa), observou que “é preciso entender o meio político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos”, acrescentando que “as ideias tidas sobre os arquivos, em qualquer dado momento, certamente nada mais são do que um reflexo de correntes mais amplas na história intelectual”.

Para entender de que forma essas transformações estão acontecendo, Cook (2012), explora em seu estudo a natureza do pós-modernismo e da ciência Arquivística e sugere ligações entre ambos. O autor entende que a mentalidade pós-moderna afeta os arquivos de duas maneiras. A primeira reside no fato de que vivemos em uma era pós-moderna de discussão teórica que está influenciando todas as disciplinas, inclusive a Arquivística, portanto, deve ser entendida. O segundo impacto repousa na especulação sobre a natureza dos textos históricos, a formação da memória oficial e sua possível manipulação.

Ainda de acordo com o autor, o problema do pós-modernismo é, naturalmente, um problema de definição, já que afeta tantos aspectos da sociedade atual que pode ter diversos significados, dependendo a qual perspectiva e disciplina um determinado pesquisador se refere.

Sendo assim, o pós-moderno interrompe e se rebela contra o moderno. A noção de verdade universal ou conhecimento objetivo baseadas nos princípios do racionalismo

científico do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou crítica textual clássica, são descartados como quimeras (COOK, 2012).

O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam o patrimônio documental e, de fato, a estrutura dos documentos, o sistema de informação e as narrativas são mais importantes do que o objeto em si ou o seu conteúdo. Os fatos nos textos não podem ser separados de sua interpretação, seja a interpretação em andamento, ou interpretação passada, nem o autor separado do assunto ou público, ou o autor separado da criação, e nem autoria separada do contexto. Não há apenas uma narrativa de uma série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço (COOK, 2012).

O estudioso também argumenta que o tom pós-moderno é um tom de dúvida irônico, de confiar em nada pelo valor de face, de sempre olhar por detrás da superfície, de perturbar a sabedoria convencional. Os pós-modernistas tentam desnaturalizar o que a sociedade assume como natural, sem questionar o que a sociedade tem aceito como natural, racional, provado, por gerações, talvez por séculos — simplesmente o modo como as coisas são (COOK, 2012).

Sendo assim, nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, por um propósito definido. Nenhum texto é um mero subproduto inocente da ação, como Jenkinson afirmou, mas sim um produto construído de forma consciente, embora uma consciência possa estar tão transformada em padrões semiconscientes, ou mesmo inconscientes, de comportamento social, processo de organização e apresentação de informação, que o link para realidades externas e relações de poder pode ficar oculto (COOK, 2012).

Os princípios arquivísticos fundamentais somente serão preservados, neste mundo em mudança, se muitas de suas atuais interpretações, implementações estratégicas, e aplicações práticas forem descartadas. Sendo assim, os conceitos e princípios da área como a proveniência, ordem original, conceito de documento, preservação, avaliação, fundo, arranjo e descrição, começam a ser questionados e repensados, uma vez que não atende mais essa nova realidade. Por esta razão, com base nos trabalhos de Cook (2012; 2001; 1997; 2007a; 2007b), Nesmith (1982; 2002; 2007), Bellotto (1998), Tognoli (2010), a seguir, discutiremos cada um desses conceitos e princípios.

3.4 A “redescoberta” dos Princípios Arquivísticos

David Bearman e Richard Lytle publicaram, em 1985, o artigo "O Poder do Princípio da Proveniência". Nesse trabalho, os autores anunciavam uma recuperação do princípio baseado na informação, no estudo da função e do contexto de criação dos registros. Foi o que Tom Nesmith chamou de "uma redescoberta da proveniência".

Considerado antes como físico e estático, e que tinha por objetivo manter e proteger a integridade dos fundos, o Princípio da Proveniência passa a ser dinâmico e funcional, o que condiz muito mais com a realidade organizacional em que a estabilidade estrutural desapareceu, podendo ser utilizado com muito mais valor na era dos documentos eletrônicos, com a dinamicidade, caracterizando os processos de criação dos registros (TOGNOLI, 2010, p. 66).

Na proposta de Nesmith (1982, tradução nossa), o princípio ganha uma nova abordagem, e seu papel no arranjo e descrição é substituído pelo entendimento do “contexto evidencial que dá origem aos documentos”. O autor também trabalha com o conceito de “*provenance knowledge*”, em que a importância do conhecimento do contexto é muito mais relevante do que o conhecimento do assunto do documento.

Esse redescobrimento leva os arquivistas a entenderem a contextualização do documento, sua função, criação, forma e seu papel na instituição que o gerou (TOGNOLI, 2010). Ao focar-se em aspectos como proveniência, respeito aos fundos, contexto, evolução, inter-relações, ordem dos documentos, que estão, tradicionalmente, no centro da nossa profissão e discurso teórico, os arquivistas poderiam mover-se do “paradigma da informação” para o “paradigma do conhecimento” (COOK, 1997, p. 36, tradução nossa).

As características são agora a virtualidade e elasticidade, as quais irão refletir as funções e processos que levaram o criador a gerar um documento, em uma instituição ou organização dinâmica, que está em constante evolução, com pessoas e culturas diferentes, com abordagens e convenções distintas. Para a abordagem pós-moderna, a proveniência é agora virtual e está ligada à função e à atividade geradora (TOGNOLI, 2010, p. 74).

A nova proposta do Princípio da Proveniência excede os limites administrativos. Hugh Taylor e Hans Booms defendem uma proveniência social (*societal provenance*) em que, além de revelar as forças administrativas por trás dos contextos de produção e dos processos documentais, o princípio permite uma análise sociocultural, cujo objetivo é refletir as ações da sociedade (TOGNOLI, 2010, p. 66-67).

Na visão de Nesmith (2002, tradução nossa), os arquivistas devem compreender a proveniência de forma ampla, uma vez que a acumulação dos conjuntos documentais é feita, na maioria das vezes, por mais de um indivíduo. Sendo assim, compreender a dimensão social do documento, dentro da estrutura na qual foi criado e/ou mantido, ou seja, compreender quem está envolvido nos processos de criação dos documentos, e até que ponto tem suas influências impregnadas direta ou indiretamente nesses documentos (TOGNOLI, 2010, p. 67).

Dessa maneira, a Proveniência não é uma simples herança do passado, mas sim uma possibilidade de futuro relevante para que o arquivista entenda como as organizações criam, usam e descartam as informações na era digital.

As concepções pós-modernas também influenciaram o entendimento do documento arquivístico, que também deixa de ser estável em seus componentes – estrutura e contexto –, não mais fixado em um meio unicamente físico, uma vez que agora são armazenados em forma de dados e por *softwares* diferentes.

Um registro, portanto, deixa de ser um objeto físico para ser um “objeto” conceitual de dados, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto, e estrutura para fornecer evidência de alguma atividade do criador ou função. Além disso, como contexto e usos do registro mudam ao longo do tempo (incluindo usos de arquivo), os metadados mudam, e o registro e seu contexto é continuamente renovado. Os registros não são mais fixos, mas dinâmicos. O registro não é mais um objeto passivo, um “registro” de evidência, mas um agente ativo a desempenhar um papel contínuo na vida dos indivíduos, organizações e sociedade (COOK, 2012, p.24).

Anteriormente considerado como mero subproduto de uma atividade administrativa, inocente, neutra e imparcial, na pós-modernidade isto muda, pois:

Tudo é moldado segundo algum propósito, com os documentos não seria diferente. Para a corrente pós-moderna, seria impossível um documento ser gerado sem que houvesse intenções de poder e manipulação por trás dele. O discurso e a forma do documento são minuciosamente elaborados, de forma a construir as relações de poder entre o dominador e o dominado (TOGNOLI, 2010, p. 70).

Nas palavras de Cook, o texto não é um “subproduto” administrativo e, sim, um “produto consciente”, “embora essa consciência (...) possa ser transformada (...) em padrões inconscientes de comportamento social (...) e em fórmulas padronizadas de apresentação da informação”, de tal modo que os liames com as realidades externas e as relações de poder tornam-se bastante escondidos. Portanto, os documentos de arquivo são produzidos em “contextos semioticamente construídos, (...) dependentes das instituições e/ou dos indivíduos”; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, inocentes (BELLOTTO, 1998, p. 203-204).

Seria impossível um documento ser gerado sem que houvesse intenções de poder e manipulação por trás dele. O discurso e a forma do documento são minuciosamente elaborados, de forma a construir as relações de poder entre o dominador e o dominado (TOGNOLI, 2010, p. 25).

Para Cook (2001, p. 25, tradução nossa), muitas vezes, essa construção se dá em padrões inconscientes de comportamento social, convenções de linguagem, processos de organização e modelos de informação que ligam à natureza construída, que está escondida.

Nessa perspectiva, o documento é entendido como um meio de poder político e social e de manipulação. Concluindo, são moldados símbolos construídos por um autor para alguma finalidade. São todos, formas de narrativa, que vão além de uma simples evidência de um fato, são produtos de valores e ideologias. Nesse sentido, o pós-modernismo quer dar voz aos menos favorecidos, que podem encontrar-se presente em outras narrativas, que não as consideradas oficiais.

A mudança do Princípio da Proveniência, conseqüentemente, refletirá nos fundos arquivísticos, haja vista que mudam de forma semelhante; não mais são concebidos como refletindo alguma ordem estática física com base em regras decorrentes da transferência, arranjo ou acumulação de agrupamentos de registros. São, todavia, uma realidade virtual de relacionamento, que reflete a criação múltipla e dinâmica e autoria múltipla centrada na função e atividade que capta de forma mais precisa a contextualidade de registros no mundo moderno (COOK, 2012).

Em outras palavras, muda-se de uma relação direta do documento com um único lugar de origem, na estrutura orgânica hierárquica tradicional, e se torna um conceito virtual e mais flexível. Este manifesta as funções e os processos realizados pelo criador, dentro e por meio da constante evolução das organizações e de seus inter-relacionamentos, refletindo diferentes culturas organizacionais e de gestão e adotando, frequentemente, as convenções próprias de trabalho e as interações humanas apropriadas para organizações planas, horizontais, conectadas em rede. A Proveniência, portanto, relaciona-se mais com a função e com a atividade e não com a estrutura e o lugar de criação dos documentos: é uma Proveniência que é virtual em lugar de física (DORADO SANTANA; MENA MUGICA, 2009, tradução nossa).

O Princípio da Ordem Original também se modifica, e manter os documentos físicos na mesma ordem em que foram produzidos, com o mesmo sistema de classificação, não é mais possível. Da manutenção do local físico inicial para a colocação de produtos registrados em um sistema de registro ou de classificação para a intervenção conceitual de *software*, em

que pedaços de registros são armazenados de forma aleatória, sem significado físico e, então, recombinaos intelectualmente ou funcionalmente, de maneiras diferentes, para diferentes fins, em tempos e lugares diferentes, em diferentes tipos de ordens, para usuários diferentes. As ordens refletem usos múltiplos nos processos de trabalho, em vez de arranjo físico de objetos registrados. A "peça" única de dados pode ser ordenada de várias formas para refletir usos diferentes para públicos diferentes (COOK, 2012).

Arranjo e descrição, conseqüentemente, vão concentrar menos em entidades e agrupamentos físicos de registros, que de qualquer forma não significam nada para o meio eletrônico e, em vez disso, desenvolver (e compartilhar com os pesquisadores) entendimentos conceituais enriquecidos e múltiplas inter-relações e usos do meio social de criação de registros, bem como a incorporação de sistema relacionado de documentação e funcional de metadados do criador dos registros em ferramentas descritivas Arquivísticas²⁴ (COOK, 2012). É preciso descrever o processo de criação e manutenção dos documentos e entendê-los além dos fundos, ou seja, entender quem os produz, para que foi produzido, em que contexto e quais foram os processos desempenhados nessa atividade (TOGNOLI, 2010, p. 75).

O processo avaliativo do documento vai continuar a mudar, não mais será uma avaliação de registros pelo seu valor potencial de investigação, mas se tornará uma macro avaliação das funções sociais, programas e atividades do criador, e interação dos cidadãos com estes criadores; portanto, a preservação e o acesso deverá refletir essas funções.

O conceito de macroavaliação foi desenvolvido por Terry Cook no período de 1989-1990; macroappraisal foi primeiramente proposto pelo autor no texto *Mind over Matter: Towards a new Theory of Archival Appraisal*, publicado em 1992²⁵.

Segundo Tognoli (2010, p.78), Cook foi influenciado diretamente pelas ideias de David Bearman (1986) – com suas concepções acerca do poder do princípio da proveniência e da importância de estudar o contexto muito mais do que o conteúdo. Pela história do documento de Tom Nesmith (1982) e pela historiografia social de Hugh Taylor (1987), Cook ignora as concepções e o paradigma Schellenberguiano de avaliação, indo de encontro ao estabelecimento de um valor histórico do documento baseado no conteúdo do assunto.

O objetivo é modificar os vários enfoques de avaliação, segundo o conteúdo dos documentos, por um plano mais amplo ou macro, que mostra as funções dos produtores, seus

²⁴ Para um maior entendimento, ver Schmidt (2012, p.160-163).

²⁵ COOK, T. **Mind over matter:** towards a new theory of archival appraisal. In: CRAIG, B. (ed). *The Archival Imagination: Essays in Honor of Hugh A. Taylor*. Ottawa, p. 38-70, 1992.

programas, suas ações e negociações, isto é, objetiva-se acentuar a conexão entre os documentos e o motivo de sua criação.

Na macroavaliação, o foco inicial muda: o mais importante no momento da avaliação não é o documento (ou qualquer característica ou valores que possa ter), mas, sim, o contexto funcional no qual se cria o documento (sua origem contextual). Esse contexto, baseado na procedência, não é a tradicional ‘unidade administrativa de origem’ e sim a complexa organização cultural na qual se insere a produção e conservação de documentos nas instituições modernas.

Sendo assim, o arquivista deve avaliar o universo funcional e estrutural em que o produtor do documento o cria e o utiliza. Trata-se de um processo inevitavelmente subjetivo, em que os valores institucionais e sociais que a expressam mudam com o tempo, o lugar e a cultura. Diante de tal complexidade, os arquivistas e as instituições devem ser considerados responsáveis por suas decisões mediante um relato completo e claro do processo de avaliação seguido das conclusões obtidas.

A macroavaliação permite que mais de uma história seja contada, uma vez que os pós-modernistas acreditam que não exista apenas uma única narrativa na série documental, mas, sim, muitas histórias, que servirão para públicos diferentes, em momentos e lugares diferentes (TOGNOLI, 2010).

Nessa nova proposta do processo avaliativo, o arquivista deve ter consciência ao instituir as políticas de avaliação, que ao selecionar os documentos que serão preservados ou não está elegendo e conseqüentemente, construindo do passado que o futuro reconhecerá, ou seja, está construindo a memória de uma instituição ou sociedade. Para Cook (2005, p. 103, tradução nossa), “nós, arquivistas, estamos literalmente coproduzindo os arquivos. Nós estamos fazendo história. Estamos exercendo o poder sobre a memória”.

A Preservação documental também altera, visto que, além da preocupação com o documento em meio físico, também deve-se pensar e garantir a conservação em meio digital que agora compõe os fundos virtuais. Não focará, como dito antes, na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que o registro estava, mas se concentrará em migrar ou emular constantemente os conceitos e inter-relações que agora definem os registros virtuais e fundos virtuais para novos programas de *software* (É claro que a reparação e a conservação tradicionais continuarão a existir para o legado documental dos séculos passados).

O Arquivo ganha uma nova dimensão, incorporando os “velhos” documentos aos novos suportes, ultrapassando e excedendo os limites até então previstos, tornando-se um arquivos sem limites físicos.

Em resumo, na concepção do novo paradigma, está uma mudança que deixa de visualizar documentos como objetos físicos estáticos e passa a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais; que não mais olha para documentos como produtos passivos da atividade humana ou administrativa e considera os próprios documentos como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional. Além disso, muda a visão do contexto da criação de registros dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-los em redes horizontais fluídas de funcionalidade de fluxo de trabalho.

A concepção pós-moderna procura, portanto, “desnaturalizar” o que a sociedade assume como natural aquilo que foi, durante anos, aceito como normal, natural e racional. Tudo é socialmente e culturalmente construído. Para os pós-modernos, desconstruir e reformular são as melhores maneiras de refletir a diversidade da época contemporânea.

Nesse sentido, Cook discorre sobre a Arquivística funcional, substituindo a Arquivística descritiva, sobre os "arquivos totais", sobre um novo perfil, obrigatoriamente necessário, para o arquivista: este não poderá negar sua própria historicidade. Ele deve reintegrar o subjetivo (a mente, o processo, a função) com o objetivo (a matéria, o registro, o sistema de informação) na sua construção teórica (BELLOTTO, 1998, p. 204).

Essa mudança de paradigma exige que os arquivistas deixem de se identificar como guardiões passivos de um patrimônio herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra forma, o discurso teórico arquivístico está mudando de produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social, construída conscientemente e mediada ativamente “*archivalisation*” (COOK, 2012).

Consideramos que as ideias defendidas pela Arquivística Pós-moderna ou Arquivística Funcional são um rompimento no paradigma vigente e que vieram para instituir uma maior discussão e um maior aprofundamento nas questões epistemológicas da área, reinterpretando e renovando conceitos e princípios básicos enunciados nos séculos passados.

É certo que estas novas manifestações podem e devem desafiar os arquivistas e estimulá-los a deixar esta posição moderna e positivista em que se encontram. O grande desafio é os arquivistas e a comunidade acadêmica entenderem que estamos vivendo uma nova era e que, por esta razão, devemos repensar e compreender de que forma a disciplina irá se comportar e acompanhar as novas mudanças.

A partir desta breve revisão da configuração e do fortalecimento da Arquivística canadense, podemos inferir que esta foi fruto do desenvolvimento de uma província para a

formação de um país; os grandes acontecimentos históricos, econômicos, sociais e culturais influenciaram os arquivos e conseqüentemente, a disciplina. Para, além disso, a divisão entre o Canadá francês e o inglês também exerceu grande impacto na configuração das correntes de pensamento.

Temos que destacar que as três abordagens, Integrada, Diplomática Contemporânea e Pós-Moderna são complementares e não excludentes. No entanto, divergem em alguns aspectos. A Diplomática Contemporânea considera que a produção documental não é influenciada por fatores externos, ou seja, é mais descritiva e positivista do que funcional, ao passo que, para a Pós-Moderna, isto é fator determinante na geração dos documentos. Indiscutível é sua influência na Arquivística internacional, seja por meio de qualquer viés da abordagem.

Desse modo, os primeiros manuais de Mabillon e a preocupação com a autenticidade documental, as primeiras Leis voltadas para os arquivos, o início das escolas e universidades, bem como as associações profissionais podem ser considerados eventos que serviram para o fortalecimento e reconhecimento da Arquivística, enquanto prática e teoria.

A Arquivística sofreu durante muitos anos uma inércia no seu desenvolvimento, muito atrelada a uma visão restrita de seus pesquisadores que não aceitam ou apresentam dificuldades em aceitar novas ideias ou, como a abordagem canadense propõe, uma quebra de paradigma da área.

Não defendemos uma ruptura com o pensamento tradicional, mas sim um afastamento dessa visão positivista que entrava o seu desenvolvimento. Para evoluir, a Arquivística, como qualquer outra disciplina, requer liberdade de criação das condições materiais favoráveis, inserção social, trabalhos de pesquisa e de experimentação.

Em caráter de conclusão, defendemos que a Arquivística canadense é a única que possibilita uma aproximação e interligação com a Mediação da Informação, pois como foi dito anteriormente, é a única que está aberta a novas discussões.

Sendo assim, na próxima seção, realizaremos uma análise propondo de que forma essa relação entre as duas áreas se manifesta, destacando quais são os pontos convergentes.

SEÇÃO 4

INTERLOCUÇÕES ENTRE A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA

4.1 Início dos estudos de Mediação e Mediação da Informação

Alguns conceitos entendidos como fundamentais, em razão de sua abrangência, acabam por impor à comunidade intelectual ou não algumas noções independentemente de haver concordância entre as partes. Esse é o caso, da mediação.

Muitos são os autores que realizaram um levantamento histórico, cronológico, etimológico e epistemológico do conceito. Podemos citar o caso de Raymond Williams (1985), Signates (1998), Silva (2010), Silva e Ribeiro (2010), Bastos (2012), dentre outros. Dentro dessas perspectivas, a mediação advém:

Do latim *mediatio*, ‘mediação, intervenção’, do verbo *mediar*, ‘estar no meio de’. Mediação no sentido de ‘reduzir para metade’ foi usado no século XIII e rapidamente abandonado. A partir do século XIV, a mediação é ‘o mediador entre Deus e os homens’. No século XIX, usou-se o termo *diplomacia* para conciliar as partes, as pessoas, envolve a mediação em casos de conflito ou desacordo, intervenção de uma terceira pessoa. Termos relacionados: *bons ofícios*, *conciliação*, *através*. Leia: *mediador*. (CORROY; GONNET, 2008, p. 204 citado por SILVA; RIBEIRO, 2010, p. 144).

Percebe-se, a partir de uma análise desses estudos que, em sentido lato, a mediação permite ao sujeito desenvolver-se individual e coletivamente, a fim de ser reconhecido como participante de uma sociedade. Isto se deve porque, de início, é uma ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos. Os seres humanos agem em relação à realidade tomando como referência o significado que atribuem a essa realidade, que é construída nas interações sociais e mediações simbólicas (GOMES, 2010). Sendo assim, é por meio dessas relações construídas intersubjetivamente no interior da comunidade social a que pertence o indivíduo que a mediação se estabelece como uma categoria.

Silva (2010) considera que a mediação manifesta-se de três formas, através da linguagem, da comunicação, e nas mediações institucionais.

A linguagem pode ser considerada o início da mediação, haja vista que as relações entre as pessoas se organizam por meio delas, dando-lhes sentido e permitindo representar, simbolicamente, o real que é percebido; constitui-se, na medida em que os seus praticantes fazem uso próprio da norma coletiva e da cultura em que emerge o dispositivo linguístico. A língua ou linguagem possibilita nomear e representar, por intermédio de

símbolos ou códigos linguísticos comuns, os objetos captados por percepções singulares, os quais são socialmente determinados e delineiam as mediações que ocorrem por meio de construções coletivas e são utilizadas para expressão individual.

Na compreensão de Pieruccini (2004), a mediação requer uma forma ou um meio de manifestação, seja ela pela linguagem, representações simbólicas, como a escrita, por exemplo. No entanto, essa manifestação deve ser compartilhada por uma comunidade, ou seja, ser reconhecida e aceita socialmente. A invenção dos suportes de inscrição das representações, concedendo-lhes possibilidades de circulação para além do âmbito imediato dos produtores, instituiu um novo paradigma de mediação, não mais exclusivamente natural, dependente do aparato biológico dos sujeitos. Desse modo, o corpo, como instrumento de transferência e recepção de signos, ganhou extensão, prolongamentos que os meios técnicos de registro propiciam.

A segunda forma de manifestação é realizada por meio da comunicação dentro dos espaços sociais, sendo representada e estruturada por formas e regras que refletem as diferentes maneiras de comunicação entre os atores que integram esses espaços. As mídias, bem como outras formas sociais de comunicação ou interação, caracterizam os elementos culturais intrínsecos que formam a identidade de um grupo ou comunidade e são apropriados pelos sujeitos.

A terceira remete-nos as mediações institucionais e as estratégias de comunicação entendidas como as formas de mediação e de comunicação, efetivamente praticadas pelos sujeitos comunicantes na sua dimensão institucional de atores sociais presos a lógicas institucionais. São consideradas mediações institucionais, uma vez que são praticadas pelos atores institucionais, tendo em vista a evolução do respectivo espaço político e institucional (VECHIATO, 2013).

Por se tratar de um conceito que perpassa diferentes áreas do conhecimento, ganha, no decorrer de suas aplicações, novos sentidos e adaptações e, com isso, novas dimensões acabam sendo agregadas. Santos Neto (2014), destaca a sua grande abrangência conceitual e apresenta os diferentes empregos na utilização do termo.

Figura 3: Emprego do termo Mediação.

| | |
|---------------------------|--|
| Articulação | “estar no meio de” |
| Conciliação | “conciliar as partes” |
| Ligação | “ato ou efeito de mediar” |
| Interação | “organizar as relações dos elementos” |
| Intercessão/Intersecção | “restabelecer os laços de sociabilidade” |
| Interferência/Intervenção | “interferência de um terceiro” |

| | |
|---------------|---|
| | “fornecer a apropriação singular” “transformar uma situação atual” |
| Interlocução | “garantir a comunicação e a vida social” |
| Interposição | “observar confrontos” |
| Representação | “representar alguma coisa para alguém” |

Fonte: Adaptado de Santos Neto (2014).

Em decorrência dessa grande variedade de significados, o emprego do conceito varia de acordo com a área e a discussão pretendida. Em seguida, destacamos alguns dos usos mais comuns.

No entendimento jurídico, mediação é a intervenção de uma terceira pessoa que facilita a solução de conflitos entre duas partes envolvidas em um determinado acontecimento. O mediador, nessa perspectiva, exerce uma postura neutra de modo a tornar possível a compreensão entre os atores com vistas a uma conciliação ou reconciliação (DAVALLON, 2007).

Para Martins (2010), essa prática de resolução de conflitos tem emergido na atualidade como via alternativa ao procedimento estatal judicializado, sobretudo porque envolve a possibilidade de, por meio de um diálogo pacífico, buscar-se um consenso para o enfrentamento conflitual.

Na perspectiva da psicologia, designa “[...] o elemento-chave da relação do homem com o mundo e dos indivíduos entre si”. (MARTINS, 2010, p. 53). Destacam-se aqui os trabalhos fundamentados nos trabalhos de Vygotsky que buscam compreender o desenvolvimento humano nas relações mediadas entre os sujeitos e a realidade. Segundo o autor, a existência dos sistemas simbólicos, sobretudo da linguagem, foi destacada por Vygotsky como mediadora elementar na elaboração da consciência humana, já que estabelece a mediação dos processos, funções e sistemas psicológicos. Nesse sentido, a linguagem é vista mesmo como uma constituinte do sujeito, sendo este forjado nas contexturas das significações culturais construídas socialmente (MARTINS, 2010).

Outro tipo de mediação que merece ser citada é a cultural, uma vez que busca entender a interação entre os sujeitos e os níveis culturais, assim como as relações de poder e o mundo da política podem influenciar quanto à apropriação dos bens culturais pela sociedade. A interação não é sinônimo de relação pacífica e harmoniosa, pois a própria diferença implica possibilidade de contradição (VELHO, 2001, p.9).

Coelho Netto (1997, p. 248) a define como:

Processos de diferentes naturezas cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividade de obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento

sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca de formação de públicos para a cultura ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural.

Para Lamizet (1998, p. 9 apud MARTINS, 2010, p.60):

A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social.

A mediação cultural, segundo Davallon (2007, p. 4), visa a fazer aceder um público a obras (ou saberes) e a sua ação consiste em construir uma interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objeto cultural) com o fim, precisamente, de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro. Podendo ser desenvolvida de diversos modos, como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural.

O mediador (museólogo, agente de patrimônio público, agente cultural) atua com o objetivo de apresentar um elemento (seja este um objeto, uma linguagem, uma imagem), desconhecido ou pouco conhecido, a um sujeito ou grupo social com a expectativa de que haja algum tipo de apropriação (SANTOS NETO, 2014).

Na visão de Almeida (2007), foi na década de 1980, no contexto das faculdades de comunicação brasileiras e latino-americanas²⁶, que surgiu um dos pontos de partida para a construção dos conceitos de mediação cultural e também de mediação da informação, ligados principalmente à ideia de cultura como processo de construção da hegemonia.

Essa hipótese da autora corrobora com a pesquisa desenvolvida por Martins (2010, p. 204), que verificou que o emprego do termo mediação na Ciência da Informação emergiu nos

²⁶Podemos destacar dois autores que influenciaram os estudos de mediação, principalmente a partir da Comunicação. *Manuel Martín Serrano*, professor da *Universidad Complutense de Madrid*, propôs em 1977, uma “teoria da mediação social”, em que contrapunha o funcionalismo e o utilitarismo provenientes de perspectivas norte-americanas que dominavam os estudos do campo científico (MARTINS, 2010). E também, *Jesús Martín-Barbero*, nascido na Espanha e fixado na Colômbia, autor da obra *De los medios a las mediaciones*. Sua concepção integradora e culturalista ganhou receptividade na América do Sul e foi facilmente apropriada por pesquisadores da Ciência da Informação (SILVA, 2010b).

anos de 1980 e, até 1997, enfatizou os “[...] estudos sociais da informação, especialmente aqueles do campo dos movimentos sociais e da função política da biblioteca e da ação cultural.” Entre 1997 e 2005, “[...] há uma predominância de enfoques que consideram o bibliotecário como agente mediador do acesso e uso da informação e as tecnologias como espaços da interface entre conteúdos e a utilização.” A partir de 2005, enfatizam-se os pontos de vista do “[...] tratamento e organização da informação, bem como os econômicos-gerenciais”.

Como foi demonstrado, o conceito de mediação advém de outras áreas do conhecimento e, por essa razão, muitos autores acreditam que ainda necessita de uma construção teórica mais sólida.

Martins (2010, p.204) acredita que há “[...] paradoxalmente certo esvaziamento e certo inchaço no emprego do termo [mediação]: ao mesmo tempo em que abarca uma infinidade de processos, práticas, atores, objetos e dispositivos ela não é foco de reflexão ou investigação que revele ou explicita sua natureza”.

Para Silva e Ribeiro (2010, p. 153), a importação, citada por alguns autores como uma cópia ou tradução direta de certas fontes, do conceito para a Ciência da Informação, requer um pensar crítico do conceito de mediação, visando a fomentar de forma mais sólida o debate epistemológico sobre mediação.

Silva e Gomes (2013) acrescentam que essa necessidade da construção sólida de um conceito de mediação deve ser observada contemplando as necessidades de informação visualizadas no cotidiano dos usuários da informação. Isso significa dizer que o conceito de mediação não deve ser simplesmente pensado de forma teórica e/ou aleatória buscando resolver problemas, contudo, deve ser observado de forma investigativa, factual e crítica, no seio das relações cotidianas, visando a conceber problematizações e reflexões científicas, o que permitiria criar um conceito mais sólido e percebido de mediação.

Os estudos sobre mediação na Ciência da Informação estão associados e aplicados a diversos contextos teóricos e empíricos e a outros processos de informação, como a organização/representação, acesso, recuperação, uso e apropriação da informação – além de sua contiguidade com as tecnologias digitais, o que pode ser conferido a partir do status de ligação e interação da mediação, enquanto *modus operandi* (SILVA; SILVA, 2012).

Para Silva e Silva (2012), apoiado em Almeida Júnior (2009), Gomes (2010) e Sanches e Rio (2010), a mediação da informação pode ser entendida a partir de várias perspectivas históricas, de construção de sentidos e de conhecimento:

a) “[...] a mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo”;

b) Essa relação perpassa pelo processo de construção do conhecimento no qual os sujeitos interagem entre si e com as informações, processando-as para, a partir de suas possibilidades cognitivas, apropriarem-se do conteúdo quando, ao final do processo, um novo conhecimento é gerado e comunicado;

c) A mediação da informação é uma linha de pesquisa que propõe atividades de interferência que vão além da relação usuário/informação. Essas atividades perpassam por todo o fazer profissional.

Por essa razão, dizemos que a mediação da informação é uma atividade que está arraigada no cotidiano, seja social (indivíduos, grupos ou comunidades), seja institucional (bibliotecas, arquivos, museus, empresas, etc.), constituindo-se como fundamento social de ação e interação. Em outras palavras, a mediação da informação é construída por meio do diálogo com o ser (usuário) com vistas à satisfação de determinadas necessidades/finalidades informacionais (SILVA; SILVA, 2012).

Para que esta relação se estabeleça, a mediação faz uso de técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos que, de acordo com Perrotti e Pieruccini (2007), deixam de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos. Por isso, consideramos que se trata de processo mediacional constituído pela interação informação – biblioteca/arquivo – usuário.

Na visão de Silva e Silva (2012), a mediação da informação inclui dois fatores fundamentais: a apropriação da informação, que é inerente ao processo de produção/disseminação da informação, e interferência, que é intrínseca aos procedimentos de como a informação será destinada ao usuário.

Nesse sentido, Almeida Júnior (2009, p. 97) destaca que a mediação da informação permite e exige a concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Portanto, é o próprio usuário que determina a existência ou não da informação.

Ainda de acordo com o autor supracitado, a informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. Assim entendida, a informação não

existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais. Estes são concretos, entretanto, não podem prescindir dos referenciais, do acervo de experiências e do conhecimento de cada pessoa. Considerada a informação desse modo, é clara a participação ativa e decisiva do usuário no processo: de receptor, passa o usuário a ser um construtor, um coprodutor da informação; a autoria deixa de ser única e passa a ser repartida, distribuída entre todos os que farão uso da informação em potência.

Compartilhando da mesma concepção, Silva e Gomes (2013), refletem que a informação não vem prontamente definida na mediação, todavia é dialogada, discutida e questionada entre mediação e usuário, o que representa que a informação só pode ser efetivamente dimensionada quando da apropriação por parte do usuário. Dessa maneira, a mediação deve oferecer aos usuários possibilidades no momento da interpretação, ressaltando que este é sujeito neste processo e não um objeto manipulável.

Brasileiro e Freire (2012, p.165 apud VECHIATO, 2013, p.100), também afirmam que o processo de mediação “[...] deve abranger desde a etapa de produção ou geração da informação até o momento da construção do conhecimento, o qual se concretiza quando se dá a apropriação da informação pelos usuários”. Sendo assim, argumentam que o referido processo se estabelece por três etapas:

- Produção da informação – Inicia-se naturalmente por meio da existência de uma necessidade informacional ou da percepção de uma demanda latente e acontece quando um determinado produtor a concebe ou a seleciona com o objetivo de gerar conhecimento nos usuários;
- Organização da informação – Constitui-se de uma ação de transformação do conteúdo produzido, no que se refere à sua forma de disposição, voltada para facilitar a recuperação da informação, ou seja, o acesso e o uso pelos usuários de informação;
- Disseminação da informação – Compreende o esforço de tornar disponível a informação produzida para um ou mais usuários de informação, quer seja sob o caráter informativo, por meio do compartilhamento da informação nos canais de comunicação, ou sob o caráter persuasivo, por meio de ações de promoção da comunicação no sentido de fazer conhecer e estimular o uso da informação.

A mediação está presente em todos os momentos do processo informacional, não somente no momento da disponibilização da informação para o usuário, mas também em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. Isto é, não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter

informações. Ela abarca todas as ações do fazer bibliotecário/arquivístico, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos, etc (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, MATERIAL DE AULA)²⁷.

Dessa forma, adotamos como referência o conceito de Almeida Júnior (2009, p.92), quando define a mediação como:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Defendemos que essa ação de interferência manifesta-se nos espaços informacionais (arquivos, bibliotecas ou centros de documentação) de forma intencional ou não, por meio da atuação de profissionais ativos e comprometidos, a fim de atender a necessidades dos usuários.

Os espaços informacionais²⁸ (bibliotecas, arquivos ou centros de documentação), onde o processo de mediação se concretiza, é caracterizado pela atuação de profissionais ativos ao invés de profissionais passivos. Esses, comprometidos com sua classe profissional e com a comunidade a qual atende, acaba por assumir um compromisso com a sociedade, fazendo com que seu ramo de atividade seja reconhecido socialmente por sua importância (SANCHES; RIO, 2010).

A mediação da informação na contemporaneidade passa por processos tão revolucionários quanto aqueles originados pelo advento das “antigas” tecnologias de registro e circulação. Não apenas com intensidade certamente mais contundente, em razão da natureza e da abrangência que as tecnologias eletrônicas permitiram (sobretudo depois da Segunda Guerra), mas também face às estruturas e circuitos pelos quais a informação passa a ser organizada e mediada (PIERUCCINI, 2004).

No entendimento de Vechiato (2013), o conceito de Almeida Júnior considera a interferência apenas pelo profissional da informação. Segundo o autor, a mediação abarcaria também a ação dos informáticos, como, por exemplo, os desenvolvedores dos *softwares* amplamente utilizados pelas bibliotecas.

²⁷Aula ministrada pelo Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior na disciplina "Mediação da Informação: usuários, tecnologias e sociedade" oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Unesp/Marília.

²⁸Ou também conceituado como “Dispositivo Informacional” por Pieruccini (2004).

Dessa maneira, questionamos: os diferentes tipos de programação ou o desenho de programas computacionais podem ser considerados uma mediação da informação? A mediação está somente no fazer profissional ou também nos sistemas?

Alguns autores entendem que isso se trata de uma mediação técnica realizada por intermédio de “máquinas, métodos e procedimentos formalizados, regras de ação estratégica” (DAVALLON, 2007, p. 14) – ou também como mediadores materiais (sistemas de informação) e de suas técnicas e ferramentas que, inevitavelmente, atrelam-se à mediação humana.

Concluimos, assim, que a ideia de mediação acaba por compreender aspectos tão distintos entre si, que vão das velhas concepções de “atendimento ao usuário” à atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural –; à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo); à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si (DAVALLON, 2007).

4.2 Estudos Teóricos sobre a Mediação da Informação

Os estudos sobre Mediação informacional vêm acompanhando as novas tendências de pesquisa. Percebe-se que há atualmente uma grande variedade de temas e, nesse cenário, destacam-se aqueles que buscam entender as transformações ocorridas pela inserção das tecnologias nos fazeres e nas práticas profissionais, o comportamento informacional, a semiótica e a educação.

Alguns desses trabalhos serviram de base para as discussões realizadas até o momento, como, Santos Neto (2014), Guaraldo (2013), Bortolin (2010), Martins (2010). Isto se deve por se tratar de importantes contribuições desenvolvidas a partir do viés da Ciência da Informação e, não, importações de outras áreas do conhecimento, ou seja, são produtos específicos de pesquisas da própria área.

Merece destaque, ainda, os trabalhos de Almeida (2012), Almeida (2007), Silva e Gomes (2013), Silva e Silva (2012), Sanches e Rio (2012), Pieruccini (2004), dentre outros, uma vez que desenvolvem estudos de casos da mediação em diferentes ambientes informacionais.

No entanto, essa realidade não pode ser percebida na Arquivologia, visto que poucos são os estudos que buscam discutir e entender como as novas formas de mediação interferem e influenciam a área. Considerando-se os trabalhos pesquisados, podemos destacar os de autores como Armando Maheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, que realizam uma importante discussão sobre o tema, incluindo também o contexto das bibliotecas, e por servirem de apoio para este estudo.

Evidenciamos o artigo “A mediação da informação no âmbito da Arquivística”, de Ferreira e Almeida Júnior (2013). Trata-se de um dos raros trabalhos em que há efetivamente a discussão dos fazeres arquivísticos e sua relação com a mediação da informação. Nesse estudo, os autores defendem que a organização documental pode apresentar-se como uma ferramenta que prepara a “proto-informação²⁹” no âmbito da técnica, visando à sua transformação em uma “informação” no âmbito da relação profissional arquivista – usuário, de onde é possível constatar a progressão: documento (suporte) – organização documental – pesquisador/usuário – apropriação da informação – produção/modificação/alteração de conhecimento.

Argumentam, ainda, que, embora haja uma mediação entre o documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa, diretamente (nessa etapa), ao enfoque no usuário. Isto só irá acontecer no momento da relação usuário-suporte que modifica e altera o conhecimento adquirido. Sendo assim, para os autores, o conhecimento pode ser entendido como o principal resultado da mediação da informação.

Essa deficiência demonstra que a Arquivologia não tem se preocupado em discutir a mediação da informação, o que causa uma grande lacuna no desenvolvimento da disciplina. Por essa razão, buscamos tentar reverter essa situação e incentivar a realização de novos estudos.

²⁹ A informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela. Assim, não existe a priori. Não existe antes da relação usuário-suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de proto-informação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.98).

4.3 Os diferentes tipos de Mediação da Informação

O processo de mediação da informação não ocorre de maneira uniformizada, por isso, alguns autores fazem uma divisão em relação à sua tipologia. Almeida Júnior (2009) entende que há dois tipos, a implícita e a explícita. A mediação implícita compreende todas as ações desenvolvidas antes do contato com o usuário, ou seja, mesmo sem a presença física do usuário, as ações são direcionadas para satisfazer as necessidades informacionais deste. “Abarca as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.93).

Segundo o autor, a mediação explícita caracteriza-se “[...] pelo atendimento direto ao usuário, mesmo que tal presença não seja física, em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação [...]” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.93). Nesse âmbito, as ações são desenvolvidas de forma consciente, subsidiadas pelos conhecimentos que possuímos e somos capazes de exteriorizar. Ainda segundo o autor, a mediação explícita pode ocorrer em dois momentos: um explícito e outro implícito. O primeiro compreenderia as ações desenvolvidas de maneira consciente, tendo como base os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. Toda ação se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com ações controláveis e não controláveis. A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta, ainda, de denominações melhores – impediriam o controle do sujeito mediador, criando condições para que a interferência possa ser convertida, mesmo que contrariando intenções, em manipulação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.93).

Na perspectiva dos arquivos, concordamos com Ferreira e Almeida Júnior (2013), que defendem que a mediação implícita, estabelece-se nas técnicas de organização e tratamento documental e apresenta-se como uma ferramenta que prepara a “proto-informação”, visando à sua transformação em uma “informação” no âmbito da relação profissional arquivista – usuário, de onde é possível constatar a progressão: documento (suporte) – organização documental – pesquisador/usuário – apropriação da informação – produção/modificação/alteração de conhecimento. Os autores ainda complementam que, embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa diretamente (nessa

etapa) ao enfoque no usuário. Trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação-ainda-não-latente” no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Já na mediação explícita, ressaltamos que é fundamental pensar a respeito dos usuários nos arquivos, pois o acesso à informação é a etapa final de toda a função Arquivística, isto é, tornar pública e acessível às informações disponíveis que compõem seus acervos documentais. Materializa-se, necessariamente, com a participação do usuário e apenas no momento em que se dá a relação deste com o suporte que torna possível sua existência; não existindo antecipadamente e transformando o conhecimento de quem e com ela se relaciona (sob pena de não existir caso isso não se realize), entendemos que a informação deva ser mediada e não meramente disseminada ou tampouco transferida³⁰. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.99).

Em outra abordagem, Silva (2010a), Silva (2010b)³¹, Ribeiro (2010), Silva e Ribeiro (2010), entendem que o processo de mediação da informação passou por duas grandes fases, denominadas de mediação custodial e mediação pós custodial.

Para os autores, a Mediação Custodial está inserida dentro do paradigma custodial, patrimonialista e historicista, originário no século XIX e produto da postura dos próprios profissionais (arquivistas, bibliotecários e documentaristas). Ou seja, o predomínio no emprego tecnicista das práticas dentro da estrutura das instituições fez com que a ideia da preservação e da guarda da memória tivesse sempre uma prevalência muito grande sobre a ideia do acesso. Outra questão relevante é o poder atribuído a esses profissionais e o domínio sobre a informação que lhes permitia, discricionariamente, fornecer ou negar o acesso, facilitar ou dificultar a vida dos utilizadores, desvendar ou ocultar informação crítica, enfim, disponibilizar, em nome do direito, à informação ou guardar a sete chaves em nome da privacidade dos cidadãos ou dos interesses do Estado. Sendo assim, entendemos que a

³⁰ A ideia de transferência da informação, muito empregada pela literatura da área, parece-nos inapropriada. Transferência designa uma troca, uma mudança de algo de um lugar para outro. A informação não é simplesmente transportada, nem mesmo deslocada, mas imbrica-se, integra-se, amalgama-se ao conhecimento, diluindo-se e transformando-o. A informação, assim, não mais pode ser identificada isoladamente, mas passa a pertencer ao conhecimento reconstruído, não se constituindo em um elemento desse novo conhecimento, mas, perdendo-se nele, desaparece. Ao invés de transferência, disseminação, disponibilização ou de qualquer outro termo empregado para lidar com a recepção da informação, preferimos mediação da informação. A informação está presente – ou se plasma, como bem afirma Mostafa – nos suportes. Não está ela nos profissionais da informação. Estes medeiam, atuam como mediadores, embora interferindo, e de maneira contundente, em todo o processo (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.99).

³¹ Aula ministrada por Armando Malheiro da Silvana, disciplina "Mediação da Informação: usuários, tecnologias e sociedade", oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Unesp/Marília. 2010.

mediação dentro desse paradigma era fundamentada no poder e na manipulação que os profissionais detinham e nos interesses do Estado.

Em contrapartida, segundo os autores, está surgindo uma nova forma de mediação em relação à qual não podemos ser indiferentes e que passará a pautar não apenas o trabalho, mas também a pesquisa nesta nossa área, a mediação pós-custodial.

Fundamentada na evolução dos meios de produção de informação e, conseqüentemente, nos serviços informacionais, essa nova forma de mediação já não se estabelece apenas ao nível tridimensional e presencial dos interagentes; assim, torna-se claro que a linearidade contida na mediação custodial passa a ser substituída pela complexidade e pela variedade nas formas de relações.

Com a multiplicação e complexificação dos serviços de informação, mormente com o advento da internet, as práticas mediadoras no espaço social e institucional tendem a coexistir em um tipo novo de mediação, sendo esta [...] deslocada ou dispersa (na internet/redes conexas), institucional, coletiva, grupal, pessoal e até anônima, interativa e colaborativa. Possíveis traços caracterizadores, entre os quais importa destacar a interação e os processos colaborativos, sociais, de participação cívica, espontânea e militante (SILVA, 2010, p. 25a).

É importante destacar que, muitas características da mediação, do período dito custodial, ainda encontram-se presentes. Isso ocorre porque vários sistemas e repositórios informacionais de arquivos e bibliotecas foram elaborados a partir de parâmetros anteriormente utilizados, em que os usuários eram fortemente influenciados em suas pesquisas e, podemos dizer, até mesmo manipulados.

| TIPOS DE MEDIAÇÃO PÓS-CUSTODIAL | CARACTERIZAÇÃO |
|------------------------------------|---|
| Institucional | Enquadra-se dentro das tradicionais instituições culturais, como são as Bibliotecas e os Arquivos; é exercida pelos mediadores especializados, como os bibliotecários e os arquivistas, mas, ao mesmo tempo, é partilhada com informáticos e <i>designers</i> de informação, de quem depende a realização do <i>website</i> através do qual são disponibilizados os acervos em depósito. |
| Distribuída e/ou partilhada | Ocorre em certos tipos de serviços e <i>media</i> digitais, como <i>websites</i> e <i>blogs</i> , pertencentes a entidades coletivas e a indivíduos, em que há o(s) mediador(es) que localiza(m), digitaliza(m), seleciona(m) e disponibiliza(m) conteúdos; há o <i>designer</i> e a empresa que vendem ou fornecem de forma livre a aplicação e há aderentes ao serviço, que são convidados a intervir ativamente com conteúdos e comentários. |
| Cumulativa | À medida que se inovam e se expandem mais as possibilidades tecnológicas (novas soluções e produtos), o papel do “ <i>prossumidor</i> ” (produtor e usuário) cresce enormemente, desenvolvendo um tipo de mediação cumulativa que pode abranger a de <i>designer</i> e de |

| | |
|--|--|
| | programador, e que produz efeitos e é condicionada através da ativa participação em comunidades que agregam interagentes idênticos ou parecidos. |
|--|--|

Figura 4: Tipos de Mediação Pós-custodial.

Fonte: Silva (2010b).

O autor supracitado reflete que, dos três tipos de mediação acima, vale a pena destacar a cumulativa, que está emergindo de maneira relativamente anárquica. Segundo ele, há de se pensar, em todos os que contribuem com o aumento e com a força da onda internética, para que o conceito de serviço *on-line* se torne bastante difuso e complexo. Isso significa que, em rede digital, surgem, crescem e morrem, em movimento exponencial, contínuo e sem limite, milhões de recursos de informação, muitos deles concebidos e animados por pessoas ou grupos, em que não vemos o especialista da informação como categoria profissional, ou o vemos apenas como graduado e pós-graduado em CI, mas voluntários de perfis múltiplos, apostados em praticar mediação informacional de acordo com uma lógica relacional.

A interação mútua pode começar e prolongar-se em espaço digital, mas não se circunscreve aí, alimentando-se de contatos presenciais e, nesta medida, não disputam a função mediadora ao especialista da informação. Coexistem com ele, operando uma inversão criativa. Esses voluntários são mediadores, mas já foram e continuam sendo, também, utilizadores. Significa isto que se condensam, no espaço e no tempo, de forma unificada, fases ou momentos que, diante das possibilidades tecnológicas, eram separados local e cronologicamente: a coleta/busca, o uso intelectual (cognitivo) dos conteúdos obtidos e organizados e a produção informacional constituíam um ciclo fragmentado, agora alterado pela sincronia e simultaneidade em que ocorrem dentro da rede. E a simples ativação de *links*, ou remissivas mútuas, entre os serviços institucionais com *site* no “espaço de fluxos” e *todos os outros*, instaura-se, como passo natural, corrente e normal, a fim de estimular trocas mais estreitas e ousadas (SILVA, 2010b, p.87).

Dentro dessa nova realidade, o papel de mediador assumido pelos bibliotecários e pelos arquivistas está hoje fortemente condicionado e tensionado pela influência e pelo poder dos informáticos que, efetivamente, controlam o processo tecnológico e o desenho e a fixação no *software* dos metadados (SILVA, 2010b). A partir dessa conjuntura, tem-se a dependência de acesso a compra de um dispositivo tecnológico para que o usuário esteja informaticamente incluído ou infoincluído.

4.4 A Arquivística Pós-Moderna e sua interface com a Mediação da Informação

A partir das questões suscitadas até o momento, podemos destacar pontos de intersecção e de diálogos entre a Mediação da Informação e a Arquivologia. Fazendo uso de autores e de problemáticas, buscamos traçar um esboço inicial de uma discussão voltada para a reflexão de questões que consideramos pertinentes.

Defendemos que a Arquivologia oferece subsídios teóricos, epistemológicos e práticos consistentes que merecem ser discutidos a partir dos parâmetros da Mediação da Informação.

Corroboramos com Silva e Ribeiro (2010) quando inferem que, para compreender o conceito de Mediação, deve-se antes de tudo analisar as condições, as perspectivas, os estudos e os modelos de acesso e de uso da informação, ou seja, de que forma os serviços interagem com seus utilizadores e como estes se comportam a partir de suas necessidades, situações e contextos, em conformidade com a informação disponível. Dentro da Arquivologia, detectamos uma enorme demanda de estudos que se propõem a entender esse contexto.

O conceito de mediação foi desenvolvido, inicialmente, pensando-se nos serviços de referências no âmbito das bibliotecas. No entanto, tal concepção pode e deve ser apropriada pela Arquivologia, a fim de que se entenda de que forma o usuário e o arquivista lidam com a informação e de que forma o entorno social, as influências e os poderes interferem nessas relações. Todavia, ressaltamos que essa apropriação não pode ser simplesmente uma tradução ou uma cópia direta das fontes, já que há de se pensar, epistemologicamente e nas práticas profissionais desenvolvidas, de que forma a mediação é efetivamente realizada nos arquivos.

Essa reflexão é imprescindível na esfera da Arquivologia, uma vez que o desenvolvimento e a consolidação de sua teoria podem ser considerados recentes, quando comparado a outras ciências também de caráter social. Isto se deve, em grande parte, ao fato de ter sido fundamentada em um conjunto de práticas profissionais bastante específicas - a organização e gestão de arquivos.

Os fundamentos teóricos da área vêm sofrendo transformações. Atualmente, considera-se que há duas escolas principais que compõem o pensamento arquivístico contemporâneo. A primeira, denominada Arquivologia Tradicional ou Custodial, é formada essencialmente, por pesquisadores europeus. Desenvolveu-se, inicialmente, a partir da noção dos arquivos como fonte de pesquisa para a História. Este fato influenciou seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os arquivos históricos tornaram-se a face mais visível do objeto dessa mesma disciplina. A área perdeu esse status de disciplina auxiliar da

História, no entanto, alguns pesquisadores considerados mais conservadores apresentam dificuldades em discutir aspectos mais contemporâneos da área.

A segunda escola é considerada por alguns como moderna e identificada como “Arquivologia Pós-Moderna” ou “Arquivística Pós-Custodial”, oriunda, principalmente, do trabalho de pesquisadores canadenses e portugueses, que a aproximam dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas.

O conceito de mediação da informação adotado pela pesquisa está diretamente relacionado a essas novas discussões fomentadas pela escola canadense. Portanto, considera-se haver um espaço para a reflexão, interlocução que possibilita a inserção desse e que coincidem com a postura adotada pelos autores. A partir desse novo quadro teórico-metodológico, surgem novas possibilidades e perspectivas de estudos, temas que até então não são discutidos pela literatura da área, e que podem vir a contribuir com a consolidação da teoria, dando origem a frentes de pesquisa até então inéditas.

Os referidos autores discutem mudanças de paradigmas na disciplina, como no contexto de produção de documentos, em virtude do aumento do uso de tecnologias, e pela atual natureza da produção dos documentos, inferindo que não existem, em hipótese alguma, naturalidade e neutralidade na guarda, no processamento, no conteúdo e nas práticas profissionais.

Os arquivistas canadenses defendem uma mudança de paradigma na área, que deve englobar agora o contexto sociocultural e ideológico de criação dos documentos, isto é, é necessária uma visão macro e não limitada do processo documental. Essa visão recai também sobre o papel desempenhado pelos registros nesse novo momento.

O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental, e, de fato, a estrutura do documento, sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído (COOK, 2001, p. 07, tradução nossa).

Esse novo olhar defendido pelos canadenses está diretamente relacionado com o conceito e os atributos da Mediação, uma vez que se encontra presente em todos os momentos do processo informacional: não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas também nas atividades desenvolvidas pelo profissional. A seguir, detalharemos os principais pontos que consideramos ser convergentes.

Para iniciarmos esta discussão é fundamental destacar que compreendemos o arquivo como um espaço informacional que favorece o processo dialógico entre sujeitos, seja em um

mesmo momento histórico, com os debates e trocas de informação que podem ocorrer em seus espaços físicos e/ou virtuais, ou ainda em tempos históricos distintos, quando os usuários têm acesso às informações registradas.

Para Derrida (2001), nenhum termo é tão difuso na atualidade como o termo “arquivo”. Isto porque, enquanto instituição vem mudando gradativamente; não é mais considerado apenas lugar de registros antigos, em que os pesquisadores devem visitar para consulta, mas se tornaram arquivos virtuais “sem paredes”, disponíveis na internet para facilitar o acesso do público a milhares de sistemas interligados, de manutenção e de registros, tanto aqueles sob o controle dos arquivos como os que ficam sob a custódia de seus criadores.

Em seu livro, “O Mal de Arquivo”, o autor desconstrói a ideia de arquivo, ao propor que não é o conteúdo do arquivo que vai ser o determinante no processo de arquivamento, mas, a técnica utilizada que vai decidir o que pode ou deve ser arquivado.

O autor demonstra, por meio da dupla raiz da palavra arquivo, *arkhê*, que implica começo e comando (arconte, o que comanda), que esses significados linguísticos expõem uma verdade social e histórica – a relação entre o poder e o arquivo. É o poder que detém o arquivo, é ele que dispõe das informações, organizando uma história dentro de seus interesses, o que – evidentemente – tem decisivas consequências políticas.

É a partir deste período efêmero, provocado por uma série de desenvolvimentos sociais, tecnológicos, profissionais e passível de manipulações, que devemos repensar e reexaminar a função e o papel social dos arquivos e das instituições arquivísticas, principalmente públicas, visto que a mudança das atitudes sobre o direito dos cidadãos à informação está mudando, tornando-se recurso público que diz respeito ao funcionamento governamental.

Nesse momento, a ideia de arquivo deve extrapolar o âmbito organizacional, a administração e a tomada de decisões; ele deve ser compreendido para além dessa perspectiva, como um dispositivo informacional e social.

O conceito de dispositivo vem sendo discutido na Biblioteconomia, no entanto, podemos associá-lo à teoria e prática da Arquivologia. Foi prioritariamente desenvolvido por Foucault para o campo das Ciências Sociais, focando na noção de intencionalidade e da ação realizada por pessoas ou materiais, tendo em vista um objeto a ser atendido (PIERUCCINI, 2004).

No campo das ciências da informação, é entendido como um local social de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, com modos de interação próprios (PIERUCCINI, 2004). Nesse sentido, o indivíduo não é mais o centro

exclusivo dos processos de significação do mundo, passando a partilhá-los com os objetos, os artefatos e as ferramentas.

O conceito de dispositivo de informação, enquanto todo e qualquer mecanismo (técnico e simbólico) capaz de promover a relação, organizar a realidade e fornecer um instrumento para o pensamento (um texto, uma mensagem telegráfica, cinematográfica, um ambiente, uma prática) pode ser caracterizado como um quadro semiótico que produz significados, no interior do qual o sujeito opera. O conceito de dispositivo extrapola o lugar (PIERUCCINI, 2004).

O dispositivo é, portanto, signo, mecanismo de intervenção sobre o real, que atua por meio de formas de organização estruturada, utilizando-se de recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais, que atingem os comportamentos e condutas afetivas, cognitivas e comunicativas dos indivíduos. Ultrapassam os limites técnicos visíveis para tornarem-se, em nossa sociedade, instrumento de relação conosco, com os outros e com o mundo (PIERUCCINI, 2004).

É importante ressaltar que não se trata de simples locais de guarda de informação isentos. Ao contrário, sua configuração física, seus recursos, formas e práticas transformam seu discurso, sua estrutura e os modos de interação entre os sujeitos que lá atuam. São capazes de definir significados em sua configuração, por meio dos modos de relação entre os sujeitos e os símbolos que guardam, como os documentos, os registros, as informações e o conhecimento.

Nesse sentido, os arquivos, a teoria e as práticas foram desenvolvidas e moldadas sobre leis universais das ciências físicas, enraizadas no Positivismo e no cartesianismo, em que o elemento humano e histórico encontra-se desvinculado do processo social com o qual estava conectado. Cook (2012) cita, como exemplo desta realidade, o arranjo, a organização e a classificação da informação, que refletem a tradicional noção ocidental de racionalismo científico e positivismo lógico. Segundo o autor, tais sistemas confrontam os arquivistas, não somente durante as atividades de avaliação, de criação ou de uso dos documentos, mas também nas práticas descritivas. E conclui argumentando que a lógica aparentemente racional da categorização da informação em tais sistemas pode seduzir os observadores (incluindo os arquivistas) a assumir que o que está sendo transmitido é informação ou fatos neutros ou a “verdade”. Ainda que a estruturação de tais sistemas possa ocultar ou desvalorizar a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função por trás da estrutura, o rico contexto a que, ironicamente, os arquivistas têm se dedicado a proteger por trás do conteúdo superficial da informação (COOK, 2012, p.137).

Seguindo este viés, concordamos com Pieruccini (2004) quando considera o arquivo como um dispositivo complexo, constituído por elementos heterogêneos: arquitetura e ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdos materiais e imateriais, responsáveis por sobrepor significados aos significados por ele guardados.

Assumindo esta posição, o arquivo contemporâneo apresenta características tão particulares que não condiz mais com essa realidade positivista. Por isso, defendemos que a Arquivologia deve revisar o conceito e as ideias de Arquivo e o próprio arquivo, as estratégias e as metodologias que perduraram ao longo dos séculos, uma vez que estão evoluindo, mudando e se adaptando em decorrência de radicais transformações na natureza dos documentos, estruturas de organização, culturas organizacionais e de trabalho, funções sociais e institucionais, preferências de manutenção de documentos individuais e pessoais, sistemas institucionais, usos contemporâneos e tendências culturais, legais, tecnológicas, sociais e filosóficas mais amplas da sociedade (COOK, 2012, p.139).

Como foi mencionado, a corrente canadense se destaca quando falamos em renovação na área. Fundamentado na filosofia pós-moderna de Jacques Derrida e no pensamento hermenêutico contemporâneo, proveniente da desconstrução das noções sobre as que se apoiavam a arquivística moderna, questiona e põe abaixo a natureza imutável do documento e do arquivo, seu significado único, seu limite e a neutralidade do arquivista. Em linhas gerais, para as escolas do pensamento canadense, o documento é um processo de limites difusos e suscetíveis de adquirir sempre novos significados, em um marco social e cultural que tenha qualquer pretensão de dar por terminado o documento por parte do arquivista.

Sendo assim, como seria o pós-modernismo na perspectiva arquivística? Para Cook (2007a, tradução nossa), estaria centrado no contexto em relação ao conteúdo, nas relações de poder que dão forma ao patrimônio documental, na estrutura do documento e nos sistemas de informação, suas convenções de processos e narrativas como se fossem mais importantes que seu conteúdo informativo. Para o estudioso, os documentos se apresentam, reapresentam, simbolizam e se expressam com um propósito estabelecido. Nenhum texto é a consequência inocente de uma ação pessoal ou administrativa; trata-se de um produto construído, embora essa construção possa ser consciente, mesmo estando tão transformada em padrões inconscientes de comportamento social, convenção de linguagem, processos de organização e imperativos tecnológicos.

Para eles, o importante é analisar a linguagem, as metáforas e os padrões de discurso das palavras e do documento, os sistemas de informação, a partir do contexto, tempo e espaço,

para, assim, revelar a mentalidade subjacente, as motivações, e as estruturas de poder de quem os produziu (COOK, 2012, p.137).

Isto porque os documentos têm que gerar algum tipo de valor para a sociedade, para grupos ou indivíduos, ainda que este valor possa diferenciar entre as diversas classes. Alguns apresentam um valor estético, outros estético e informativo, ou seja, comportam conteúdo útil para alguém. Outros, no entanto, apresentam valor como evidência de uma ação, são reflexo, total ou parcial, de algo que aconteceu.

Dentro do paradigma moderno, nem contexto nem significado são noções importantes, porque o relevante é o conteúdo informativo do documento. Enquanto que, o pós-moderno, considera-se que o documento é um processo em permanente evolução e suscetível sempre de estabelecer novas relações com agentes, funções ou com outros documentos. Sendo assim, um documento de arquivo sem contexto, simplesmente, não é um documento arquivístico.

De acordo com Cook (2007b, tradução nossa), os documentos, tanto individual como coletivamente, representam uma forma de narração, que vão além de uma simples prova de atos e fatos. Os documentos são concebidos para reforçar uma narrativa, a harmonia conceitual do autor. Segundo ele, os pós-modernistas creem também que em um fundo documental não existe uma única narrativa, mas sim muitas narrativas, muitas histórias com muitos propósitos e que são dirigidas a diversos públicos ao longo do tempo e do espaço. Os documentos são dinâmicos, não estáticos. E o arquivista é, como o produtor e o usuário, um dos narradores.

Os arquivistas deveriam considerar nossos sistemas de arquivo, nossos sistemas de documentos, como sistemas mutáveis inscritos em sistemas mais amplos de informação também mutável, e estes são inscritos em sistemas mais amplos de conhecimento em mudança permanente, inscritos, por sua vez, em sistemas sociais de definição tão simples ou tão complexa como resulte necessário. Contudo, é crucial que reelaboremos nossos princípios.

O fato de a área estar fundamentada, como referido anteriormente, nas ciências físicas modernas, desde Popper e Kuhn, sem mencionar a mais recente onda pós-modernista, há muito abandonaram as reivindicações de objetividade, neutralidade, imparcialidade, autonomia e universalidade que alguns arquivistas acadêmicos – e muitos praticantes da arquivística – ainda mantêm. Para qualquer ciência, as escolhas de projetos, métodos e agentes da prática, bem como seus critérios educacionais, seus padrões de aceitação e as razões para exclusão e fracasso, refletem necessidades e interesses e, de forma mais profunda, lutas de poder social, de gênero, linguístico, ideológico, político e emocional (COOK, 2012, p.137).

Entretanto, muitos arquivistas se agarram à noção pré-modernista³² de Jenkinson, talvez ainda acreditando (ou esperando) que deveriam permanecer como uma espécie de mediador ideal, neutro, desinteressado e imparcial entre criadores e usuários dos documentos (COOK, 2012, p.137).

Nesse sentido, defendemos a visão pós-modernista, em que o processo de mediação e o mediador nunca são neutros. Haja vista que a ação mediadora não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter informações. Ela abarca todas as ações do fazer profissional, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos etc.

A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Por esta razão, é necessário que seja pensada em sentido amplo, multilateral e dialógico, analisando a construção social do profissional, as interações entre os mediadores e os usuários, os meios e as técnicas empregadas na construção e organização do acervo. Isto requer uma avaliação tanto das ações implícitas como explícitas envolvidas no processo.

Segundo Vechiato (2013), a ideia de neutralidade existente, por exemplo, no âmbito jurídico, não se aplica nessa conjuntura, visto que a relação profissional da informação (sujeito institucional) e sujeito informacional é carregada de complexidade e está associada aos conhecimentos e atitudes conscientes, mas também inconscientes, e aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que a permeiam. Desse modo, a interferência que o autor explicita no início de seu conceito contrapõe o pensamento hegemônico que sustenta que o profissional da informação deve ser imparcial e neutro no exercício de sua profissão.

Almeida Júnior (2009, p. 93), salienta que a mediação da informação é em si uma ação de interferência. Em oposição ao pensamento hegemônico, que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho. Considera-se, desse modo, que ela é constante e indissociada do fazer do profissional da informação.

³² Cook (2012, p.136) considera que há três fases na Arquivologia: a pré-moderna, que envolve a Diplomática, o Manual dos Holandeses, até Jenkinson; a modernista é representada por Schellenberg e o impacto do pensamento organizacional/gerencial em arquivos; e o pensamento arquivístico pós-moderno é, como diz Thomassen, o novo paradigma, a natureza e o impacto de que constitui o objeto do presente ensaio. Posto de outra forma, os pré-modernistas tinham fé no documento como refletindo atos e fatos empíricos, e na História da escola de Von Ranke, como capaz de interpretar tais documentos para chegar à realidade objetiva do passado histórico; o Modernismo questionou a objetividade da História, percebendo que havia diversas interpretações históricas possíveis de um mesmo conjunto de documentos descrevendo o mesmo assunto ou evento; o pós-modernismo questiona a objetividade e “naturalidade” desses documentos.

O arquivista, enquanto mediador aplica determinadas práticas e instrumentos existentes com o objetivo de intermediar a relação usuário/informação. Conseqüentemente, seu fazer profissional carrega, consciente ou inconscientemente, seus atributos pessoais e profissionais; ou seja, a prática está fundamentada nesses aspectos que interferem diretamente na execução de seu trabalho.

Portanto, não podemos considerá-lo como um indivíduo isolado, que não sofre influência do contexto social ao qual se encontra inserido. Ao contrário, essa influência manifesta-se diretamente no desenvolvimento de seus fazeres profissionais.

Neste tipo de mediação, não há, nem pode haver, uma neutralidade, tanto por parte do usuário (aquele que explicita ou sugere uma necessidade informacional), como por parte do arquivista (aquele que conhece e sabe se movimentar adequadamente no universo informacional).

A ideia da presença da neutralidade no fazer arquivístico é constante e recorrente entre os profissionais da área. O senso comum identifica e tenta explicar a mediação com a imagem da “ponte”. No entanto, esta é fixa, permitindo a passagem de um lado para outro, sem interferência. Além disso, os lados ligados pela ponte são sempre os mesmos (ALMEIDA JÚNIOR, 2006).

Os arquivistas, enquanto mediadores da informação, ao terem acesso e desenvolverem ferramentas que auxiliam e favorecem a realização do seu fazer, como o próprio acervo que representa o conhecimento humano registrado; os catálogos, físico e online, que potencializam o acesso às informações contidas no acervo de modo mais rápido; os espaços de comunicação na *web* que tornam possível a interação entre o arquivo e o usuário e fomentam a troca de informações entre os sujeitos; entre outros dispositivos que contribuem direta ou indiretamente com o fazer dos arquivistas e as atividades prestadas pela biblioteca devem atuar na promoção de atividades mediadoras que possibilitem a inclusão social dos usuários (SILVA; SILVA, 2012).

Os serviços informacionais prestados pelos arquivos se constituem como um dos principais mecanismos para mediação da informação, aproximando o usuário da informação materializada.

Nesse contexto é preciso considerar que a organização documental, de maneira geral, obedece a padrões e instrumentos que podem ser aplicados em qualquer tipo de arquivo, no entanto, é importante destacar o fato de que o arquivista se situa como elemento humano mediador de todo esse processo, portanto, passível de tendências pessoais.

Uma das atividades profissionais essenciais do arquivista é estabelecer a Proveniência documental. De maneira geral, temos observado que esta atividade tem sido empregada de forma restrita, analisando somente um determinado indivíduo ou família (para arquivos pessoais) ou instituições que cria, acumula e usa conjunto de documentos. Porém, a origem dos documentos é muito mais complexa, assim como muitos arquivistas têm começado a sinalizar. Ela inclui os contextos sociais e intelectuais que condicionam as ações das pessoas e instituições que criam e mantêm os documentos, as funções que desempenham estes, as possibilidades tecnológicas para capturar e preservar a informação em um determinado momento e a história de conservação dos documentos.

A relação mediacional se configura nesse momento, entre o profissional, o contexto e a informação produzida; ainda não há a presença física do usuário, portanto, trata-se de uma mediação implícita – apesar de ser considerado como agente produtor da informação.

Pensar a mediação implícita no arquivo requer observar um conjunto de fenômenos organizacionais que a norteiam, quais sejam: a formação e o desenvolvimento do acervo documental; a organização e representação da informação, especialmente através de instrumentos de pesquisa e do uso da informação, sendo a primeira mais convidativa e o segundo concebendo uma postura mais autônoma (SILVA; SILVA, 2012).

Os arquivistas são mediadores fundamentais e construtores do conhecimento disponível nos arquivos. Se estabelece por meio da identificação e elucidação, tanto dos contextos de criação, gestão e conservação, como as relações que se produzem nestas fases, posto que contextos e relações aportem significados aos documentos.

Ao desenvolver a descrição e seleção dos documentos, os arquivistas ajudam a distinguir qual parte desse complexo e extenso conjunto de informação pode chegar a converter-se em documento que sirva como contexto significativo para os investigadores e usuários. Trata-se de um poder considerável que pode ter influência nas interpretações que se derivam dos arquivos no transcorrer do tempo.

Tais práticas podem ser realizadas de formas diferentes dependendo do momento. Os pressupostos de partida de cada arquivista, seus interesses pessoais, a investigação disponível em cada época para avançar o conhecimento são alguns dos fatores que influenciam a criação dos contextos de significação. Há de se destacar que os arquivistas podem não ser conscientes de certos contextos relevantes dentro dos que envolvem essas atividades. Portanto, conscientes ou não participam da conformação das distintas possibilidades interpretativas e, como consequência, em distintos documentos.

Dentro do paradigma moderno, costuma-se pensar que o contexto é fixo por meio da descrição arquivística, porém a descrição não é senão uma entre múltiplas mediações entre o documento e o usuário. O significado que o arquivista atribui para o documento não é o único possível, cada ação exercida sobre o documento, incluídas as ações dos usuários externos ao arquivo, agrega novas camadas de significado que o enriquecem.

Outra forma de mediação implícita encontra-se presente na elaboração dos instrumentos de pesquisa³³, que são fundamentais para a recuperação e disponibilização da informação nos arquivos. Eles são a materialização e representação da informação mediatizada. Podemos citar como exemplo: guias, inventários, catálogos e índices etc.

Segundo Ketelaar (2007), toda interação, intervenção, interrogação e interpretação por parte do criador, do usuário e do arquivista é uma ativação do documento. Cada uma delas deixa marca que são atributos do significado infinito do arquivo. Todas essas ativações são atos de coautoria que determinam o significado do documento.

Jimerson (2007, tradução nossa) considera que existe uma trindade nas funções arquivísticas: seleção, conservação e acesso. Os arquivos são um lugar de conhecimento, memória e poder. Protegem e, muitas vezes, conservam os documentos: legitimam e santificam alguns, enquanto negam e destroem outros, dão acesso a uma série de fontes selecionadas enquanto controlam os investigadores e as condições das quais se pode examinar o documento arquivístico.

A visão pós-moderna implica que qualquer avanço no conhecimento que sejamos capazes de alcançar tem que vir necessariamente da identificação e da exploração de todos os fatores mediadores possíveis, incluindo aqueles aparentemente distantes dos estudos anteriores, como pode ser a Arquivística. A diferença dos esforços prévios para descobrir (e em grande medida também neutralizar) estes fatores implicados na mediação. A perspectiva pós-moderna defende que a Arquivística não deveria passar despercebida por mais tempo nesse contexto. Ademais, propõe que mais que tentar simplesmente superar sua intervenção, deveriam analisar as importantes repercussões desta disciplina.

O documento, portanto, se converte em um significado cultural, uma construção mediatizada e transformadora, e não em um simples suporte vazio onde se podem inserir dados e fatos. Isto não quer dizer que nada seja verdade ou que tudo é relativo e sem sentido. Mas, sim, o significado é relativo a respeito do contexto de criação do documento, que atrás do contexto de criação existem outros muitos textos que são ocultados, e que a mediação do

³³ Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos.

arquivista é fundamental para estabelecer relações, levar a cabo valores, identificar aquisições, impor formas de organização, criar descrições lógicas e fomentar certos tipos de conservação; uso e programação são importantes desde o ponto de vista crítico até o momento de dar forma a este significado.

Nesmith (2007) entende o documento como uma mediação em evolução de compreensão acerca de algum fenômeno – uma mediação criada por processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão e contextualização.

Almeida Júnior (2009, p. 93) alerta que devemos nos atentar para o fato de que, “a informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses [...]”. Todavia, é importante que a interferência não se transforme em manipulação, considerando que há uma linha tênue que as separam. A consciência desse fato é fator decisivo para reduzir os riscos de manipulação nas ações e atitudes (VECHIATO, 2013).

Neste novo ambiente de informação complexo, arquivistas e profissionais da informação devem assumir a responsabilidade e deixar de serem guardiões passivos para se tornarem agentes ativos na gestão dos documentos, a fim de compreender o contexto, os processos de criação dos documentos e sua finalidade funcional (COOK, 2007b, tradução nossa).

Por fim, consideramos que a profissão do arquivista é dedicada ao serviço, ou seja, manifesta-se por meio da mediação, primeiramente com o documento, para depois relacionar-se diretamente com o usuário. Existe para tornar possível o trabalho de outras pessoas. Sua função é a conservação e disponibilização dos documentos. Seu propósito é promover, sem prejuízos, a construção do conhecimento.

4.5 A ilusão da neutralidade

O papel dos profissionais da informação está sendo questionado e redefinido de diversas maneiras como forma de substituição dos paradigmas tradicionais das profissões de informação em consequência do impacto das novas tecnologias sobre o processamento, a transmissão, a organização e o acesso à informação (SILVA; SILVA, 2012). Portanto, o arquivista, nesse novo cenário, deve romper com os padrões clássicos que norteavam as práticas profissionais, e qualificar-se para se tornar um profissional compatível com as novas exigências da sociedade e do mercado.

O profissional deve possuir domínio de conhecimentos, competências e habilidades para o exercício da profissão. Dentre essas características estão presentes a interdisciplinaridade, ou seja, o conhecimento e o reconhecimento de novos parceiros que possam contribuir para o desempenho das funções; a adaptabilidade frente às novas tecnologias, as mudanças sociais que são inerentes a toda sociedades; a capacidade de lidar com imprevistos; habilidade na solução de problemas, estar sempre inovando e buscando novas alternativas; outra importante característica é a consciência por parte do profissional da função social da profissão, ou seja, o dever perante a sociedade de maneira geral.

O arquivista é por excelência um profissional dinâmico, seu âmbito de atuação perpassa por diversas áreas do conhecimento. É, sobretudo, um profissional que trabalha e lida com informações e com usuários que utilizam esse recurso independentemente do tipo e do suporte, seja ele papel ou digital.

O fazer do arquivista não é o documento como efeito, um produto, mas sim, o processo de documentar o registro, assim como as regras que, em diferentes contextos, regem o modo de documentar este processo. É um modelo contínuo do documentar, isto é, uma visão integrada do processo documental.

Entendemos que o profissional representa uma parte crítica como mediador e intérprete, como um importante determinador dos documentos do passado que serão transmitidos no futuro. O arquivista é um ator, um guardião, um intérprete, não um custodiador.

Os arquivistas exercem um poder de interpretação sobre os documentos sob sua custódia, controlando e determinando o significado das fontes. Aí se estabelecem as relações de poder, defendidas pelos pós-modernistas, haja vista que os documentos produzidos são qualquer coisa menos resíduos inocentes, orgânicos e naturais de transações administrativas desinteressadas; pelo contrário, são instrumentos de poder com muito valor agregado.

Segundo Jimerson (2007, tradução nossa), esse poder arquivístico governa o processo de investigação, desde os instrumentos de descrição até a consulta individual por meio da qual o arquivista faz a mediação entre o usuário e o documento.

Se consideramos que os documentos são carregados de vários significados e isentos de neutralidade, os arquivos também seguem a mesma tendência. O arquivista busca ser neutro e tende a ver seu trabalho como um trabalho técnico, livre de interesses políticos: seleção, classificação, conservação têm por objetivo facilitar o acesso aos documentos. Contudo, a existência, conservação e consulta de arquivos e documentos se veem bastante determinadas pela distribuição da riqueza e do poder. Para Jimerson (2007, tradução nossa), a seleção

arquivística se inclina para os poderosos e importantes da sociedade e tende a ignorar o importante e obscuro.

Apesar de muito afirmar a objetividade e neutralidade, os arquivistas não podem evitar imprimir sua própria convicção nas fontes informacionais. Jenkinson estabeleceu uma ideia inalcançável do arquivista como uma pessoa que serve aos usuários, porém nunca se compromete com a interpretação dos documentos. Sempre há um ato de interpretação na organização e tratamento dos documentos. A utilidade, confiabilidade e autenticidade dos documentos arquivísticos estão diretamente relacionadas com a habilidade dos arquivistas em interpretar e contextualizar os documentos o mais plenamente possível (JIMERSON, 2007, tradução nossa).

Esta dissonância entre o ideal e o real apresenta-se ao atentar para uma suposta neutralidade oriunda de uma objetividade própria do trabalho técnico do arquivista focado no suporte de informação. E isso se faz presente ao percebermos que muitas das técnicas e procedimentos aplicados no trato da informação muitas vezes não satisfazem as expectativas dos usuários (SANCHES; RIO, 2010).

Defendemos que, para superar essa ideia, o primeiro passo é abandonar a pretensão de neutralidade. Ela não é possível de ser alcançada pelo arquivista e por nenhum outro profissional. Para o usuário, é importante que o trabalho seja bem formulado e que possa durar por muito tempo.

Entendemos que as questões discutidas acima se manifestam claramente no processo da avaliação documental.

A avaliação documental é considerada dentro da área como um fenômeno recente, visto que, durante séculos, as instituições conservavam documentos que refletiam tanto testemunhos de seus direitos como de seus privilégios. Não havia um processo avaliativo que estudasse a real necessidade de preservação dos mesmos, levando em consideração outros critérios de salvaguarda e de preservação. Essa questão começa a ganhar notoriedade a partir do desenvolvimento tecnológico provocado, dentre outros fatores, pela segunda guerra mundial e pela explosão documental.

Entendida de diferentes formas pela literatura, alguns autores a consideram como uma prática, outros, como conceito; e ainda há os que a consideram como um processo. De acordo com a publicação do Conselho Nacional de Arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 42), constitui-se em atividade essencial do ciclo de vida documental arquivístico, na medida em que define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou destinados aos arquivos intermediário e permanente,

segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade.

Pode-se discutir a avaliação documental a partir do desenvolvimento do pensamento de alguns autores, como por exemplo, Jenkinson (1922), que iniciou seus estudos na área a partir de trabalhos com arquivos medievais, o que acabou por influenciar sua posição mais rigorosa, argumentando que o arquivista não deveria participar da avaliação, uma vez que, seus pressupostos poderiam interferir na qualidade de conservação e na integridade dos documentos e dos arquivos. Segundo o autor, este trabalho seria de responsabilidade dos administradores. É importante ressaltar que a posição adotada pelo autor deve ser contextualizada no espaço e no tempo, portanto, reflexo desse recorte temporal.

Schellenberg (1956) foi o primeiro pesquisador a analisar mais cuidadosamente a questão da avaliação, o que proporcionou um progresso significativo para a Arquivística, preocupada, até o momento, com questões relacionadas à custódia, descrição e classificação dos documentos.

É a partir de suas obras que se questiona a responsabilidade do arquivista frente à racionalização e à produção dos documentos, já que seu papel até então era focado na questão histórica. A partir desta nova perspectiva da profissão, a questão da avaliação passa a ser de responsabilidade do arquivista. De acordo com Schellenberg, a análise deve ser a essência da avaliação, considerando a função pela qual foi criado o documento, buscando identificar valores e atributos, segundo o seu potencial de uso. No entanto, ressalta que não se reduz a um processo mecânico e nem deve ser aceita pela impossibilidade real de se conservar tudo. Para o autor, a avaliação não é um processo subjetivo, baseado na intuição ou em critérios de valor do avaliador e, sim, em critérios de valores consistentes, porém, não absolutos ou finais.

Schellenberg inovou ao criar uma nova forma de categorizar em dois níveis o valor atribuído aos documentos: valor em primário (administrativo-probatório) e secundário (histórico-cultural-informacional). Segundo o autor, era necessário redefinir a instituição arquivo de uma maneira mais susceptível aos requerimentos dos arquivistas modernos.

Essa nova posição defendida por Schellenberg vem confrontar toda a classe de arquivistas, uma vez que se opõe às ideias promulgadas por Jenkinson, ou seja, é impossível deixar a seleção dos documentos sob responsabilidade da administração.

Para Brothman (1991), os arquivistas devem reconhecer que os documentos somente têm o valor que lhes é atribuído, seja pelas pessoas que trabalham com eles, no sentido de produção e uso, seja pelos próprios arquivistas, no processo de avaliação documental. Ressalta, ainda, que os arquivistas devem refletir criticamente sobre os aspectos que

introduzem na avaliação, pois não considera que seja possível preservar os documentos dos juízos de valor humanos, ou seja, os arquivistas não são imparciais e apolíticos na execução de seus trabalhos.

Outro autor que segue a mesma concepção é Cook (1997, tradução nossa), argumentando que, no caso dos documentos, principalmente públicos, a avaliação tem aspectos eminentemente políticos. A avaliação supõe uma grande responsabilidade social para os arquivistas. Quando avaliam os documentos, (os arquivistas) estão nada menos que dando forma ao futuro do nosso patrimônio documental; estão determinando aquilo que o futuro conhecerá do seu passado, que é frequentemente o nosso presente (COOK, 2003, tradução nossa).

O autor é bastante enfático quando diz que a avaliação é o único objetivo arquivístico, sendo uma atividade polêmica que requer sensibilidade, além de ter um caráter filosófico e político. Completa, inclusive, afirmando que os arquivistas literalmente criam arquivos, uma vez que, estão decidindo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, quem é visível na sociedade e quem é invisível, quem tem voz e quem não tem; ao se eliminar os documentos, estamos, de forma taxativa e irrevogável, excluindo os arquivos e apagando-os da memória (COOK, 2003, tradução nossa).

Os arquivistas precisam entender que a avaliação é uma parte de um processo mais amplo de construção da memória pública e um processo de conexão com outros acontecimentos sociais relacionados com o passado. O que conservamos em nossos arquivos representa uma completa gama de valores sociais.

Nesse cenário, percebe-se uma mudança no paradigma da avaliação, bem como nas atribuições do arquivista. Inicialmente, a avaliação era função dos administradores, depois passou a ser responsabilidade dos arquivistas. Isto refletiu no entendimento do seu próprio conceito e prática.

Schellenberg considerava que o documento deveria ser entendido pela função pela qual foi gerado. Os valores atribuídos deveriam referir-se ao seu potencial de uso, e a avaliação não poderia ser permeada pela subjetividade, mas, sim, fundamentada em valores consistentes; já para os pesquisadores canadenses, o valor atribuído aos documentos está intimamente ligado aos valores intrínsecos de quem atribui tal valor, ou seja, trata-se de uma atribuição regida pela subjetividade e, muitas vezes, por interesses políticos. Sendo assim, de acordo com estes pesquisadores, o arquivista não é um profissional neutro, pelo contrário, os seus pressupostos estão presentes em seus fazeres profissionais, mesmo que inconscientemente.

Atualmente, há um grande embate em relação a essas questões: a arquivística tradicional apresenta dificuldades em aceitar esta nova visão dos arquivistas canadenses. Isto reflete inevitavelmente nas discussões nacionais, em que ainda é muito forte a influência da arquivística tradicional, tanto nas práticas profissionais, nas instituições de arquivo e no ensino superior.

O arquivista deve ter consciência ao instituir as políticas de avaliação, já que, ao selecionar os documentos que serão preservados ou não, está elegendo e, conseqüentemente, construindo o passado que o futuro reconhecerá, ou seja, está construindo a memória de uma instituição ou sociedade. Para Cook (2007b, p. 103, tradução nossa) “nós, arquivistas, estamos literalmente co-produzindo os arquivos. Nós estamos fazendo história. Estamos exercendo o poder sobre a memória”.

Ao trabalharmos a questão da avaliação documental, fica evidente a importância do papel do arquivista neste processo. Atualmente, é bastante questionável e discutida sua neutralidade e a imparcialidade no momento da seleção e da avaliação e a possível interferência de interesses sociais, intelectuais, culturais, institucionais e políticos.

Os arquivistas são considerados, pela literatura clássica, como profissionais totalmente imparciais, neutros de qualquer tendência política ou ideológica e, muitas vezes, são referenciados como os “guardiões da verdade”. Schellenberg (2002) é um dos autores que defende essa questão, quando argumenta: o trabalho do arquivista, em qualquer época, é preservar imparcialmente o testemunho, sem contaminação de tendências políticas e ideológicas, de forma que, tomando-se por base esse testemunho, os julgamentos sobre homens e fatos que os historiadores, por deficiências humanas, estejam momentaneamente incapacitados de proferir, possam ser proferidos pela posteridade. E, ainda, conscientes de seu papel na preservação das informações no documento autêntico e crível.

Le Goff (1986, p. 86), já defendia essa ideia quando analisa a questão do documento e da memória: “(...) temos claro que não conferimos qualquer grau de 'neutralidade' aos documentos, anotando-se que estes devem ser (sem se inferir 'intencionalidades maquiavélicas) objeto de crítica, e sua recordação e leitura evocam memórias igualmente construídas”. Divergindo da historiografia tradicional, o autor aponta que "o documento nunca é o simples resultado de uma situação histórica dada". É preciso analisar, então, as condições de produção do documento: "em que é que está ligado a um caráter fundamental de toda a sociedade, quer dizer, a tentativa consciente ou inconsciente de hipotecar o futuro".

Retornando ao pensamento de Cook, o texto não é um "subproduto" administrativo, mas, sim um "produto consciente", "embora essa consciência (...) possa ser transformada (...)

em padrões inconscientes de comportamento social (...) e em fórmulas padronizadas de apresentação da informação", de tal modo que os liames com as realidades externas e as relações de poder tornam-se bastante escondidos. Portanto, os documentos de arquivo são produzidos em "contextos semioticamente construídos, (...) dependentes das instituições e/ou dos indivíduos"; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, "inocentes" (BELLOTTO, 1998).

Pensar a mediação na avaliação leva, pois, a interrogar-se, sobre o sentido que damos aos documentos, sentido que não é inerente, mas que se constrói através do contexto, das práticas profissionais e da linguagem. Dessa maneira, há uma dupla dimensão da mediação – social e interpretativa.

O arquivista, enquanto mediador, apresenta um papel ambicioso no processo avaliativo de documentos. Como construtor da memória, é sim de sua responsabilidade eleger o que será esquecido e o que será lembrado. Logo, deve-se aprofundar as discussões acerca da atribuição dos valores aos documentos e verificar se há realmente interferência de aspectos subjetivos na construção da memória.

SEÇÃO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs como objetivo geral analisar a Mediação da Informação a partir dos fundamentos epistemológicos das correntes teóricas que compõem o pensamento arquivístico. Por meio da literatura analisada, foi possível compreender os principais atributos da Mediação da Informação e também da Arquivologia. Contudo, deve-se ressaltar a dificuldade em encontrar textos científicos relacionados ao tema, devido a uma carência de publicações científicas e, também, por se tratar de uma discussão recente da área. Nesse sentido, foi tarefa complexa fundamentar e discutir os conceitos principais que sustentam este trabalho de pesquisa.

Entendemos que a história dos arquivos e da formação da Arquivologia, enquanto disciplina, foi profundamente marcada por aspectos pragmáticos relacionados às diversas práticas que eram empregadas e que buscavam garantir a guarda e a preservação dos acervos.

Atualmente, considera-se que há duas principais abordagens sobre o campo do conhecimento arquivístico: a primeira está fundamentada na teoria e prática promulgadas pela Arquivística Tradicional, ao passo que a segunda, Arquivística Moderna, discute a inserção em um novo contexto epistemológico – a pós modernidade. Ambas são importantes para discutir a estrutura da disciplina e, mais ainda, para compreender a maneira pela qual vem se desenvolvendo para ser vista como uma área de conhecimento autônoma.

Esta sintética análise das correntes teóricas realizadas permite-nos inferir que o pensamento na área vem se alterando e alguns conceitos antes tidos como paradigmas estão sendo questionados. Trata-se de diferentes pontos de vista, apesar de, em alguns momentos, elas se relacionarem e depois se contraporem. Isto se verifica porque a Arquivística Moderna não poderia discutir ou refutar aspectos sem que a Arquivística Tradicional tivesse iniciado seus estudos.

Nesse novo contexto, os fundamentos sofrem uma mudança na perspectiva da Arquivologia Tradicional para a Pós-Moderna, o que pode ser claramente observado pelas características em termos de seu objeto, seus objetivos e métodos.

Figura 5: Arquivologia Tradicional X Arquivologia Moderna.

| | ARQUIVOLOGIA TRADICIONAL | ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA |
|--------------------|--|--|
| <i>Entidades</i> | Eram os documentos de arquivo como “artefatos” físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza. | Fundamentais na arquivologia também são duplas: o documento individual e suas relações com os processos administrativos. |
| <i>Objetivo</i> | Controle físico e intelectual dos documentos da administração em geral e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas. | Vai além da acessibilidade: é a manutenção da “qualidade Arquivística”, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou. |
| <i>Metodologia</i> | Aplicação do Princípio da Proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor. | Consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, de forma e estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses documentos. |

Fonte: Adaptado de Fonseca (2005).

A partir dessa nova perspectiva, o objeto da área, desloca-se do “arquivo” para a “informação Arquivística”, ou “informação registrada orgânica”, expressão defendida pelos arquivistas canadenses para nomear a informação gerada pelos procedimentos organizacionais e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto de produção seja o ponto de partida (FONSECA, 2005). Ou seja, o objeto passa do suporte “documento” para a “informação ou conteúdo semântico” do documento e também para o contexto e o processo gerador dos documentos, enfatizando as possíveis relações dos usuários com os criadores destes documentos. Sendo assim, o documento de arquivo passa a ser visto como uma entidade social e culturalmente construída, na qual estão implícitas as relações de poder, em que mais de uma história pode ser narrada (TOGNOLI, 2010).

Também podemos notar uma mudança na própria razão pela qual a instituição arquivística existe – ou no mínimo arquivos públicos e com financiamento público, as empresas privadas ou os arquivos de corporações reconhecidamente não compartilham integralmente estas mudanças. Houve uma modificação coletiva, durante o século passado, de uma justificação jurídica administrativa fundamentada em conceitos do Estado, para uma justificativa sociocultural fundamentada em políticas mais amplas e de utilidade pública. Esta ampla mudança reflete, em parte, o domínio durante o século passado até muito recentemente dos historiadores como a força motriz da profissão e no treinamento de arquivistas e, em

parte, na mudança de expectativa dos cidadãos sobre o que deveriam ser os arquivos e como o passado deveria ser concebido, protegido e valorizado.

Os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não surpreende que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos. Os conceitos teóricos resultantes foram desde então adotados por praticamente todos os outros tipos de instituições arquivísticas em todo o mundo, incluindo até mesmo arquivos de coleções particulares.

Desde o começo do século XXI, as normas públicas para arquivos têm mudado fundamentalmente desde o modelo estatal inicial: os arquivos são agora pensados para atender os diferentes tipos de usuários e, não mais, os historiadores.

Enquanto a manutenção da responsabilidade do governo e da continuidade administrativa e a proteção dos direitos pessoais continuam sendo devidamente reconhecidos como objetivos importantes dos arquivos, as principais justificativas de conservação para a maioria dos usuários repousam no fato de o arquivo ser capaz de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, localidade, história, cultura e memória pessoal e coletiva.

É desta forma que os arquivos contribuem para a constituição de uma sociedade democrática, cumprindo uma função que muitas vezes passa despercebida, protegendo e garantindo os direitos dos cidadãos.

Por esta razão, defendemos que os arquivos devem ser entendidos como dispositivos informacionais como propõe Pieruccini (2004), devem-se garantir, tanto individual como coletivamente, que os documentos sejam reflexos da vida de todos os grupos da sociedade e não somente da elite política, econômica, social e intelectual. A disponibilidade dos arquivos é essencial para servir a necessidade da sociedade para garantir a justiça e a conservação de direitos e valores.

A realidade segue modificando, cada vez mais depressa e seria ingênuo pensar que estas modificações não afetariam o modo em que criamos, gerenciamos e utilizamos os documentos.

Nesse novo cenário, os arquivistas evoluem de simples e frios guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação, de gestão e acesso, selecionando somente uma parcela do amplo universo de informações (COOK, 2001, tradução nossa). Em outras palavras, os arquivos

devem ser direcionados para os usuários³⁴ e não para os arquivistas, considerando o usuário e também o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação.

A partir desse novo quadro teórico-metodológico, surgem novas possibilidades e perspectivas de estudos diferenciados, temas que não são discutidos pela literatura, e que podem vir a contribuir com a consolidação da teoria, dando origem a frentes de pesquisa até então inéditas.

Nesse sentido, pelas análises realizadas, consideramos que a questão da Mediação da Informação não é citada, tampouco examinada em nenhuma das duas perspectivas de estudo. Isto se deve, em parte, ao fato de ser este um tema que apresenta suas raízes na área da Biblioteconomia, por meio dos serviços de referência. Apesar dessa ausência de discussões, é nítido que a Mediação da Informação encontra-se presente em diversos momentos das práticas profissionais Arquivísticas, desde a produção até a destinação final dos documentos. Sendo assim, considera-se que há um espaço para a reflexão e a inserção do tema na área.

Os estudos sobre mediação da informação vêm desempenhando importantes funções na Ciência da Informação. O arquivo, como espaço de pesquisa e construção do conhecimento, necessita de estudos sobre mediação da informação para aprimorar suas possibilidades de atuação, especialmente no que se refere às práticas da mediação implícita e explícita (SILVA; SILVA, 2012).

Epistemologicamente, Almeida Júnior (2009) ousa propor a ‘mediação da informação’ como objeto da Ciência da Informação, contrapondo que seu objeto seja a informação (registrada). As atividades culturais desenvolvidas nas bibliotecas, por exemplo, podem ser passíveis de registro, todavia as relações existentes nas ações sociais de informação ali efetuadas e comunicadas são imprescindíveis para o desenvolvimento da profissão e da própria ciência. Com ou sem registro, essas ações devem acontecer, uma vez que são intrínsecas à práxis e possibilitam a apropriação da informação e a construção de conhecimento. A informação digital, assim como as atividades culturais, é efêmera, pois pode estar disponível em um momento, mas, em outro, desaparecer, mesmo considerando os esforços hodiernos para a preservação digital (VECHIATO, 2013).

A partir das concepções e discussões de cada escola de pensamento, considera-se que a que possibilita um aprofundamento entre a Arquivística e a Mediação da Informação é a

³⁴ É urgente na área aprofundar, sob o ponto de vista teórico e prático, as questões que envolvem o usuário da informação como sujeito do processo arquivístico.

abordagem Pós-Moderna, haja vista que as discussões realizadas coincidem com a posição adotada pelos autores.

Os arquivistas canadenses e pós-modernos defendem uma mudança de paradigma na área, que deve englobar agora o contexto sociocultural e ideológico de criação dos documentos, isto é, torna-se necessária uma visão macro e não limitada do processo documental. Essa visão recai também sobre o papel desempenhado pelos registros nesse novo momento. Tentam desnaturalizar o que assumimos como natural, racional, ou simplesmente, o modo como as coisas são. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental, e, de fato, a estrutura do documento, o sistema residente de informação e as convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo.

Buscam um espaço intelectual renovado e relevante dos arquivos na formação do conhecimento, da cultura e da sociedade. Permite comprovar que os arquivistas, contrariamente à ideia de que unicamente recebem e guardam quantidades de documentos, na realidade, criam conjuntamente e dão forma ao conhecimento presente nos documentos e, portanto, colaboram com a formação da memória da sociedade.

Segundo Cook (2007b, tradução nossa), os arquivistas deveriam considerar o pós-modernismo por duas razões. Primeiro, pelo impacto e alcance em muitos campos da cultura popular, principalmente nos países norte-americanos e em parte da Europa; os arquivos, como documentos e instituições, por não dizer nada de seus criadores de documentos, sempre refletiram as características de seu tempo e lugar, o autoconhecimento profissional (entre outros) exigem que os arquivistas tentem entender este fenômeno contemporâneo. Segundo, porque, o pós-modernismo é tão influente no âmbito universitário norte-americano, que quase todas as recentes investigações acadêmicas arquivísticas que chegam a instituições são influenciadas por este viés de estudo.

Esse novo olhar defendido pelos canadenses está diretamente relacionado ao conceito e aos atributos da Mediação da Informação, uma vez que se encontra presente em todos os momentos do processo informacional: não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas, também, em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação.

Desse modo, defendemos que os fundamentos teóricos da Mediação da Informação relacionam-se com o fato de que hoje o arquivista deve ser um mediador ativo na formação e na construção da memória institucional e coletiva através dos arquivos. O arquivista deve aceitar seu papel dentro do processo histórico de criação dos documentos, a fim de compreender que o documento é a memória da sociedade e que deve ser amplamente

compartilhada. Em suma, “os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado” (COOK, 2001, p. 19, tradução nossa).

No fazer do profissional arquivista, a mediação da informação está sempre presente, desde a seleção do documento até o uso dele. Isso quer dizer que a ação mediadora não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter informações. Ela abarca todas as ações do fazer profissional, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos etc.

A seleção é feita com base em interesses da organização à qual está vinculado o arquivo. Não é realizada de maneira isolada ou desvinculada dos objetivos da organização. Ao contrário, o arquivista tem suas ações direcionadas para esses interesses e objetivos. É interessante alertar, contudo, que, no trabalho desse profissional, a interferência se faz presente. Dessa maneira, o trabalho técnico não se relaciona a ações isentas ou neutras, mas a práticas revestidas de concepções, conceitos, valores, ideias e formas de entendimento do mundo. O trabalho, assim pensado, concretiza-se não só a partir de aplicações de técnicas e de políticas já existentes, mas com a interferência do profissional, dos produtores das informações contidas nos documentos, do momento em que foram construídas, do tipo de equipamento informacional em que o trabalho se realiza e dos usuários para os quais os trabalhos estão sendo executados.

Conseqüentemente, o fazer profissional do arquivista carrega, consciente ou inconscientemente, seus atributos pessoais e profissionais, ou seja, a prática profissional está fundamentada nesses aspectos que interferem diretamente na execução de seu trabalho.

As ações voltadas à aplicação de técnicas para a classificação dos documentos, por exemplo, dão-se norteadas também para os usos que se farão desses documentos. Nessas ações, está presente a mediação da informação, não em sua forma explícita ou reconhecida como tal, mas de uma maneira não claramente reconhecida ou, como denomina Almeida Júnior, implícita:

Ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. (2009, p. 92-93).

Segundo Ferreira e Almeida Júnior (2013), a etapa de organização documental é, por si só, uma mediação: de técnica, de sistemas, de ferramentas. No entanto, posterior ao tratamento documental, o enfoque na mediação humana coloca ao arquivo, ao arquivista e aos

procedimentos com os quais atua, um desafio: organizar com foco na produção do conhecimento e, em especial, com foco no usuário.

Defendemos que a mediação da informação, implícita ou explícita, deve fazer parte dos estudos na área, uma vez que o interesse desta está centrado na informação, no usuário e na relação do usuário com os documentos, sendo, estes últimos, suportes de informação.

O trabalho realizado pelo profissional é visando atingir o usuário, sendo assim, torna-se necessário compreender a relação que se estabelece nesse processo. No entanto, temos que ressaltar que a literatura arquivística sobre estudos de usuários é pouco significativa quando comparada a outros temas como transferência de documentos, avaliação, arranjo e descrição, etc.

Jardim e Fonseca (2004), demonstram como o tema "usos e usuários dos arquivos" faz-se presente (ou ausente) em alguns dos principais Manuais de Arquivologia.

Figura 6: Anexo 1.

| TÍTULO | AUTOR | ABORDAGEM DO TEMA |
|--|--|---|
| Archivistica: principi i problemi | Elio Lodolini | Não aborda o tema |
| Les Archives au XX siècle | Carol Couture/ Jean-Yves Rousseau | Não aborda o tema |
| Archivistica General: Teoria y Practica | Antonia Heredia Herrera | Sugere a formação de usuários como estratégia para que estes entendam melhor os serviços arquivísticos. |
| Manual de Archivistica | José Ramón Cruz Mundet | A partir do reconhecimento da função cultural dos arquivos, identifica a ampliação da diversidade de usuários, os estudos de usuário como uma nova vertente e as estratégias de marketing nos arquivos. |
| A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice | Maygene F. Daniels e Tomothy Walch (org.) | Ênfase sobre a atividade de referência, defendendo maior relação entre as atividades de arranjo e descrição e as necessidades do usuário. |
| Manuel d'Archivistique | Association des Archiviste Français | Analisa "comunicação de documentos", especificando, no caso dos arquivos departamentais, comunais e hospitalares, duas categorias de pesquisadores: o científico e o administrativo. |
| Arquivos Modernos: princípios e técnicas | T. R. Schellemborg | Aborda a atividade de referência, ressaltando o acesso como finalidade do trabalho arquivístico; distingue política de acesso (aspectos legal-normativos) e político de uso de documentos (práticas de empréstimo e atendimento ao "consulente"). |
| Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação | Armando Malheiros da Silva/ Fernanda Ribeiro/ Júlio Ramos/ | Não aborda o tema |

| | Manuel Luís Real | |
|---|------------------------|---|
| Los archivos, entre la memoria y la sociedad del conocimiento | Ramon Alberch Fugueras | Identifica a atual diversidade dos usuários no quadro das instituições arquivísticas, sob o impacto das tecnologias da informação, acompanhada de novas funções para o arquivista na oferta de novos serviços e produtos a um público mais amplo. |

Figura 6: Jardim; Fonseca (2004, p.10-11).

Percebe-se assim, que alguns dos manuais listados acima, discutem a questão dos usuários, porém são limitadas. Nem sempre contemplam o termo "usuário", o que sinaliza certo grau de periferização deste sujeito no território conceitual da área e provavelmente em algumas práticas arquivísticas no qual não é explicitamente visualizado (JARDIM; FONSECA, 2004).

Neste novo cenário global, tecnológico, a Arquivologia deverá estar cada vez mais centrada no usuário da informação. Torna-se assim fundamental aprofundar, do ponto de vista teórico e prático, as questões que envolvem o usuário da informação como sujeito do processo arquivístico.

Segundo Jardim e Fonseca (2004, p.4-5), a preocupação com o acesso à informação é evidente, porém a ênfase encontra-se nos aspectos legais, na oferta de instrumentos de pesquisas, de normalização, etc. A noção de acesso à informação arquivística tende a estar mais relacionada aos atributos do arquivista e aos deveres da instituição arquivística do que a um processo de transferência da informação que envolve necessariamente a participação do usuário.

Segundo os autores supracitados, o usuário não se configura como sujeito do processo de transferência da informação e sim como objeto (nem sempre explicitado) do acesso à informação. No que se refere aos estudos de usos e usuários de arquivos não se plasma uma literatura que aprofunde este tema do ponto de vista teórico e prático. A preocupação com o acesso aos arquivos não parece estar calcada numa perspectiva efetivamente dialógica envolvendo arquivista, arquivos e usuário. Os estudos tendem privilegiar o usuário do arquivo permanente, sem contemplar as especificidades que envolvem os usos e usuários das demais fases do ciclo vital arquivístico.

Nos arquivos, podemos considerar que ocorre algo semelhante ao que menciona Le Coadic (1997, p. 7) quando aborda a questão no campo da Biblioteconomia e da Documentação, ou seja, inicialmente procuraram-se respostas aos problemas colocados pelas coleções (constituição, crescimento, classificação, catalogação, conservação), depois aqueles

colocados pelas bibliotecas em si, enquanto serviço organizado (regulamento, pessoal, contabilidade, local, mobiliário) e somente por último, os problemas colocados pelos leitores, pelos usuários.

Estamos redirecionando os arquivos “dos arquivistas” para “os usuários” (JARDIM; FONSECA, 2004, p.01). Os autores entendem que um serviço de informação orientado ao usuário está pautado em um modelo sobre os usuários da informação e não mais apenas sobre os usos da informação.

Um **serviço de informação orientado ao usuário** implica em se considerar o usuário e o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação. Hoje a informação encontra-se crescentemente "on-line", fora do ambiente tradicional dos serviços de informação. É a primazia de um não lugar, a Internet, sobre os lugares tradicionais de gestão e transferência da informação como os serviços e instituições arquivísticas. Assim, um serviço de informação centrado no usuário explicita institucionalmente seus objetivos de atender às necessidades de informação deste. A tomada de decisões relativas ao planejamento e à gestão é orientada sob esta perspectiva. (JARDIM; FONSECA, 2004, p.02).

Segundo Le Coadic (1997,p.16), nos estudos clássicos de usuários, dentro da perspectiva do modelo orientado ao serviço de informação, as questões eram dirigidas no sentido de observar-se a relação usuário-serviço, colocando, em geral, perguntas do tipo "que?", ou seja " que sistema, que pessoas, que serviços, que produtos?". No modelo emergente "orientado ao usuário", a questão passa a ser "como": "Como define-se sua necessidade de informação?"; "Como você se apresenta ao serviço de informação?"; "Como você usa o serviço de informação?".

É fundamental refletir sobre essas questões dentro dos arquivos, já que o acesso à informação, em seu âmbito, é a etapa final de toda a função arquivística. A função do arquivo é disponibilizar para o acesso as informações que se encontram em seus acervos.

Compreendemos que o modelo voltado para o usuário visa entender como a informação influencia a vida do usuário para além dos espaços informacionais, sendo também capaz de compreender o contexto social e intelectual que moldam as ações das pessoas e instituições que criam e mantêm os documentos.

Essa realidade, dos serviços de informação, fica explícita na abordagem canadense, se em um determinado momento histórico o paradigma das bibliotecas, arquivos e museus foi custodial, de guarda e para preservar a memória, hoje o paradigma é completamente outro e está totalmente centrado no usuário: estas instituições servem para promover o acesso à informação pelos indivíduos (SILVA, 2010).

Ferreira e Almeida Júnior (2013), afirmam que:

O arquivo carrega uma função social de aplicabilidade prática: garantir que a informação (protoinformação) contida em seus conjuntos documentais possa contribuir para a sociedade. Embora as idades documentais (arquivo corrente, intermediário e permanente) sejam tratadas, nessa perspectiva da mediação informacional, sem relativizações, há de se considerar que é na terceira idade documental, ou seja, nos arquivos permanentes, que se tem maior evidência da "informação latente" com vistas ao conhecimento e, também, à memória. (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.163).

Esta visão é a temos defendido ao longo deste trabalho, a interligação entre os processos arquivísticos, a mediação da informação ou ao usuário. Trata-se de ampliar a perspectiva de trabalho, ou seja, entender as questões macro, o contexto em que a instituição está inserida, quais são os fatores que influenciam a produção da informação, de que forma o usuário é influenciado em todo esse processo.

Ele deve ser estudado de modo sistemático. Um bom profissional da informação deve conhecer o usuário de sua instituição não apenas através das impressões do contato cotidiano, mas a partir de estudos sistemáticos e cientificamente fundamentados, se quiser realmente oferecer um serviço centrado no usuário (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013).

Sendo assim, se o usuário não é discutido pela Arquivologia, conseqüentemente, a Mediação da Informação também padecerá do mesmo problema, uma vez que são questões diretamente relacionadas.

A partir do momento que a área reconhecer a importância do usuário e buscar entender profundamente de que forma eles se comportam, o que esperam dos serviços prestados, e como o profissional trabalha mediante suas expectativas poderemos ver a mediação da informação ser discutidas de maneira efetiva.

Concluimos que, o pensamento arquivístico é de maneira geral fragmentado e não discute profundamente temas essenciais como aqueles voltados para os usuários. Acredita-se que isso esteja vinculado, principalmente, pela ausência de metodologias, por fraquezas teóricas e por certos isolamentos, ou mesmo por subordinações excessivas a outras disciplinas. Talvez essas ações expliquem a ausência de um corpus teórico bem consolidado e que seja capaz de fornecer um grau de universalização da disciplina.

Essas questões são contemporâneas para a Arquivologia, razão motivadora para a concretização deste trabalho. Por isto, pensar a mediação da informação na área implica pensar em reformulações teórico-metodológicas em novos posicionamentos profissionais e em situar a área frente às expectativas assinaladas pela era pós-moderna.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. **Los archivos**: entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento. Barcelona: UOC, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Mediação da informação**: alguns aspectos. 2006. 19 slides. Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/palestras/osvaldo.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. 2014.

ALMEIDA, C. C. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/83>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ALMEIDA, M. A. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007. **Anais...** Salvador, BA: ANCIB, 2007. p. 1-16. 1 CD-ROM.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividade-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 156p.

BASTOS, M. T. Medium, media, mediação e midiaticização: a perspectiva germânica. In: JANOTTI JÚNIOR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA; Brasília:Compós, 2012. p. 53-77.

BAUTIER, Robert-Henri. Les archives. In: SAMARAN C. (Dir.). **L'Historie et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961.

BEARMAN, D.; LYTLE, R. The power of the principle of provenance. **Archivaria**, v. 21, p. 14-27, 1985.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria Arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

BROTHMAN, B. Orders of value: Probing the theoretical terms of archival practice. **Archivaria**, v.32, 1991, p.78-100.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

CALDERON, W. R. **O arquivo e a informação Arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica. 2011. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/calderon_wr_do_mar.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CARUCCI, P. Génesis del documento: redacción, clasificación y valor Jurídico. In: CARUCCI, P. et al. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: S&C Ediciones; Universidad International Menéndez Pelayo, 1994, p. 61-78.

CARUCCI, P. **Il documento contemporaneo**: diplomatica e criteri di edizione. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de políticas culturais**: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 1997.

COOK, T. A ciência Arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **InCID**: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.169-175, jan/jun 1998.

COOK, T. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives. **Archivaria**, v. 51, p. 14-35, 2001.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p.17-63, 1997.

COOK, T. **Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal**. In: CRAIG, B. (ed). *The Archival Imagination: Essays in Honor of Hugh A. Taylor*. Ottawa, 1992, pp. 38-70.

COOK, T. Macroappraisal in Theory and Practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**, v. 5, p. 101-161, 2005.

COOK, T. Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, p. 399-443, 2007a.
Disponível em: < http://archivo.cartagena.es/files/36-164-DOC_FICHERO1/06-cook_electronic.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

COOK, T. Imposturas intelectuales o renacimiento profesional: posmodernismo y práctica archivística. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León**, n. 10, 2007b, p.83-108.

COOK, T. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León**, n. 6, 2003, p.87-103.

COUTURE, C. Taking stock: the evolution of Archival Science in Québec. **Archivaria**, v. 59, p. 27-39, 2005.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. Research in archival science: a status report. **Archivaria**, v. 59, p. 41-67, 2005.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 4. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, n. 4, p. 3-36. 2007.
Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/645/pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DORADO SANTANA, Y.; MENA MUGICA, M. Evolución de la ciencia archivística. **ACIMED**, v. 20, n. 1. Disponível em: <vs.sld.cu/revistas/aci/vol20_1.../aci04709.htm>. Acesso em: 15 ago. 2013.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. /ago. 1982-1986.

DURANTI, L. **Ciencia Archivística**. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba: [s.n.], 1995a.

DURANTI, L. **Diplomatica**: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba: [s.n.] 1995b.

EASTWOOD, T. M. Reflections on the development of archives in Canada and Australia. In: MCKEMMISH, S.; UPWARD, F. (Ed.). **Archival documents**: providing accountability through recordkeeping. Melbourne: Ancora Press, 1993. p. 27-39.

FERNÁNDEZ ROMERO, I. **Tabularium**: el archivo em época romana. **Anales de Documentación**, n. 6, p. 59-70, 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/12005/1/ad0604.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da Arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GADOURY, L.; NAHUET, R. Towards an understanding of the archival discipline in Québec. **Archivaria**, v. 59, p. 03-13, 2005.

GAGNON-ARGUIN, L. **L'archivistique, ses acteurs, son histoire depuis 1960**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994.

GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos Enancib (2008-2009). **Pesq. Bras. Ci.**

Inf., Brasília, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010. Disponível em:
<<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/28/58>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. A importância da mediação para a construção de uma autonomiano contexto dos usuários da Informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2013.

GUARALDO, T. S. B. **Práticas de informação e leitura:** mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general:** teoria y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos Bad**, v. 2, p. 29-45, 1992.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Datagramazero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em:
<http://dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.

JARDIM, J. M. A Pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: Marta Lígia Pomim Valentim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.135-153.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration:** including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

JIMERSON, R. Comprender el poder de los archivos. **Tabula:** Revista de Archivos de Castilla y León, n. 10, 2007, p.237-251.

KETELAAR, E. Archival theory and the dutch manual. **Archivaria**, North American, v. 41, jan. 1996. Disponível em:
<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/articles/view/12123/13118>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

KETELAAR, E. Narrativas tácitas: los significados de los archivos. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León**, n. 10, 2007, p.137-148.

LE COADIC, Y. **Usages et usagers de l' information**. Paris: ADBS, 1997.

LE GOFF, J. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LODOLINI, E. **Archivística: principios y problemas**. Madrid: ANABAD, 1993.

LOPES, L. C. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MACNEIL, H. **Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives**. Canadá: Kluwer Academic Publishers, 2000.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília: 2011. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/53001010018P0/TES.PDF>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MARTÍN-POZUELO, M. P. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III; BOE, 1996.

MARTINS, A. A. L. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. 253 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.tdf-biblio.ufv.br/bitstream/handle/1843/ECID-88MHR9/dissertacao_ana_amelia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. **Signo: Revista de Historia de la Cultura Escrita**, v. 2, p. 113-132, 1995. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7479/largo_mendo_SIGNO_1995.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2013

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in english Canada. **Archivaria**, v. 46, p. 103-146, 1998.

MIRANDA, M. E. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: ANAIS DO SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo... **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

NESMITH, T. Archives from de bottom up. **Archivaria**, v. 14, p. 05-26, 1982.

NESMITH, T. Seeing Archives: Postmodernism and the changing intellectual place of archives. **The American Archivist.**, v. 65, 2002, p. 24-42.

NESMITH, T. Una vision de los archivos: posmodernismo y cambio del espacto intelectual de los archivos. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León**, n. 10, 2007, p.213-235.

NÚÑEZ FERNÁNDEZ, E. **Organización y gestión de archivos**. Gijón: TREA, 1999.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.L.G.; FUJINO, A.; NORONHA, D.P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Nectar, 2007. p. 47-98.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em Educação. 2004. 194f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

REIS, L. O arquivo e a Arquivística: evolução histórica. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, ano 7, n. 24, abr./jun., 2006. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2152131.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013

RIBEIRO, F. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, F. Da Arquivística técnica à Arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, I Série, v. 1, p. 97-110, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

RIBEIRO, F. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 63-70, jan./abr. 2010. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/4440/3420>>. Acesso em: 30 maio 2013.

RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. In: ENCONTROS DO OUTONO, 4., 2001, Vila Nova de Famalicão. **Anais eletrônicos...** Vila Nova de Famalicão, Portugal: Câmara Municipal de Famalicão, 2001. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer bibliotecário no âmbito das ações culturais. **InCid: Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n.2, p. 103-121, jul./dez., 2010.

SANTOS NETO, J. A. dos. **Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern Archives: Principles and Techniques**. Melbourne, 1956.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SIGNATES, L. Um estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação. In: SOUSA, Mauro Wilton de. (Org.) **Recepção mediática e espaço público**. São Paulo: Paulinas; Sepac, 2006.

SILVA, A. M. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Ed. Afrontamento, 2006.

SILVA, A. M. da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n. 9, p. 1-37, 2010a. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/700/pdf>>. Acesso em 20 abr. 2014.

SILVA, A. M. da. **Material de Aula da Disciplina Mediação da Informação: usuários, tecnologias e sociedade**. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP), 27/05/2010 à 29/05/2010b.

SILVA, A. M. da.; RIBEIRO, F. **Recursos de informação: serviços e utilizadores**. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

SILVA, J. L. C.; SILVA, A. S. R. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Bibl. Esc. em Rev.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.

TAYLOR, H. A. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? **Archivaria**, vol. 25, p. 12-28, 1987-88.

THOMASSEN, T. The development of archival science and its European dimension. In: SEMINAR FOR ANNA CHRISTINA ULFSPARRE, 1999. **Anais eletrônicos...** Estocolmo: Swedish National Archives, 1999. Disponível em: <<http://www.archiefschool.nl/docs/thomdeve.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, N. B. A Diplomática Arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti. In: ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3. 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ENARA; AAERJ, 2008. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

TOGNOLLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. O papel teórico de Luciana Duranti na diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação. In: RICHTER, E. I. S.; ARAUJO, J. C. G. (Org.). **Paleografia e diplomática no curso de Arquivologia**: UFSM. Santa Maria; FACOS, UFMS, 2007. p. 159-173.

VECHIATO, F. L. **Encontrabilidade da informação**: contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação, 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, cultura a política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 13-28.

VIANNA NETO, A. R. Eu não falo fluentemente nenhuma língua. **ALEA**, v. 8 n. 2, p. 231-247, jul./dez. 2006.

VIVAS MORENO, A. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidade histórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a10v33n3.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

VIVAS MORENO, A. Factores socio-culturales para una historia de la archivística. **Investigación Bibliotecológica**, México, D.F., v. 18, n. 36, jan./jun. 2004b. Disponível em: <<http://www.journals.unam.mx/index.php/ibi/article/view/4040>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

WILLIAMS, R. Mediation. In: _____. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. Ed. rev. e amp. New York: Oxford University Press, 1985. p. 204-207.